

**UNIVERSIDADE DO CONTESTADO – UnC  
PROGRAMA DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**JOÃO ESTEVÃO SEBEN**

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA TRANSIÇÃO DA PRODUÇÃO DE FUMO PARA  
LEITE EM PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE  
IRINEÓPOLIS (SC) SOB A ÓTICA DA “TRÍADE” SOCIAL, ECONÔMICA E  
AMBIENTAL**

**CANOINHAS  
2010**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**JOÃO ESTEVÃO SEBEN**

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA TRANSIÇÃO DA PRODUÇÃO DE FUMO PARA  
LEITE EM PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE  
IRINEÓPOLIS (SC) SOB A ÓTICA DA “TRÍADE” SOCIAL, ECONÔMICA E  
AMBIENTAL**

Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade do Contestado – UnC, *Campus* Universitário de Canoinhas - SC, sob orientação do professor Dr. Gilson Ribeiro Nachtigall.

**CANOINHAS  
2010  
AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA TRANSIÇÃO DA PRODUÇÃO DE FUMO PARA  
LEITE EM PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE  
IRINEÓPOLIS (SC) SOB A ÓTICA DA “TRÍADE” SOCIAL, ECONÔMICA E  
AMBIENTAL**

**JOÃO ESTEVAO SEBEN**

Esta dissertação, foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para a obtenção do Título de:

**Mestre em Desenvolvimento Regional – Ênfase em Políticas Públicas**

E aprovada na sua versão final em 18 de fevereiro de 2010, atendendo às normas da legislação vigente da Universidade do Contestado e Coordenação do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional – ênfase em Políticas Públicas.

---

Maria Luíza Milani – Coord. do curso

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Gilson Ribeiro Nachtigall - Presidente

---

Patrícia Cambrussi Bortolini – Membro

---

Reinaldo Knorek - Membro

Dedico este trabalho à minha amada esposa Cristine; aos meus queridos filhos, João Vítor e Luís Eduardo, motivos de muitos passos em meu caminho;  
Ao meu pai, Ulysses Antonio e minha mãe Iolanda, exemplos de integridade;  
A vocês pelo amor e apoio dados em todos os dias de minha vida.

Agradeço ao Professor Dr. Gilson Ribeiro Nachtigall, pela orientação, bem como, pela chance que me foi dada como participante de sua equipe de pesquisa.

A Professora Dra. Patrícia Cambrussi Bortolini pelo apoio e amizade.

Em especial a Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu – UNIGUAÇU por acreditar e proporcionar a mim e aos seus docentes a oportunidade de enriquecimento do conhecimento.

“[...] O vermelho se faz verde, vem o botão, vem a flor. Depois da flor a semente, o pão do trabalhador. Debaixo das folhas mortas, a terra dorme segura. Pois, nos dará para o ano, novo parto de fartura....”

“Terra tombada” - José Fortuna.

## RESUMO

A compreensão de realidades agrárias complexas exige, necessariamente, um profundo conhecimento da estrutura produtiva e das estratégias dos agricultores e produtores rurais. Esse processo deve, obrigatoriamente, preceder qualquer intervenção ou proposição em prol do desenvolvimento rural. Partindo deste pressuposto, buscou-se, a partir de uma metodologia fundamentada em entrevistas feitas no local de estudo para, fornecer uma reflexão crítica sobre as perspectivas e potencialidades de desenvolvimento em especial destas pequenas propriedades rurais em estudo no município de Irineópolis (SC). Inicialmente, cabe salientar que este estudo permitiu constatar a dependência dos agricultores familiares desta região para a cultura do fumo e aqueles que optaram pela mudança na bovinocultura de leite. Igualmente, pode-se colocar em evidência uma importante diversidade de situações vivenciadas por estes agricultores, demonstrando a influência das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural. Por fim, pode-se confirmar a importância e contribuição destas políticas públicas como ferramenta decisiva ao desenvolvimento das pequenas propriedades, da comunidade e do município em questão, ou seja, do desenvolvimento regional.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento regional, políticas públicas, agricultura familiar, pequenas propriedades rurais.

## ABSTRACT

The understanding of complex agrarian realities necessarily requires a deep knowledge of the production structure and strategies of farmers and rural producers. This process must necessarily precede any action or proposition in favor of rural development. Under this assumption, we sought, from a methodology based on interviews at the study to provide a critical reflection on the prospects and potential for development in particular of these small farms in the municipality of study Irineópolis (SC). Initially, it should be noted that this study revealed the dependence of local family farmers for the cultivation of tobacco and those who opted for change in dairy cattle. Also, you can highlight an important diversity of situations faced by these farmers, demonstrating the influence of public policies for rural development. Finally, we can confirm the importance and contribution of these policies as a decisive tool for the development of small farms, community and the municipality in question, ie regional development.

**Keywords:** Regional development, public policy, family agriculture, small farms.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fumicultura brasileira – importância social .....	39
Figura 2 – Cadeia produtiva do tabaco .....	45
Figura 3 – Produção de leite – SC. Participação por Região .....	54
Figura 4 – Plano de Desenvolvimento da Microbacia .....	67
Figura 5 – Mapa de SC com os municípios priorizados pelo Prapem/Microbacias 2.....	94
Figura 6 – Análise das variáveis diretas e indiretas da região em Estudo .....	99
Figura 7 – Mapa região planalto Norte Catarinense – destaque Irineópolis (SC) .....	
Foto 1 – Localidades estudadas.....	96
Foto 2 – Igreja de Vila Nova do Timbó, comunidade estudada.....	97
Foto 3 – Sala de resfriamento leite.....	105
Foto 4 – rebanho leiteiro de uma propriedade estudada.....	107
Foto 5 – Propriedade leiteira típica com grandes áreas de pastagens.....	109
Foto 6 – Eletrodomésticos.....	117
Foto 7 – Eletrodomésticos.....	117
Gráfico 1 – Área em hectares das propriedades antes e após a mudança de fumo para leite.....	103
Gráfico 2 – Benfeitorias existentes antes e após a mudança de fumo para leite – Irineópolis, SC.....	105
Gráfico 3 – Plantéis de animais existentes antes e após a mudança de fumo para leite.....	106
Gráfico 4 – Equipamentos existentes na propriedade antes e após a mudança de fumo para leite.....	108
Gráfico 5 – Práticas que utiliza visando à conservação de solo na propriedade antes e após a mudança de fumo para leite .....	110
Gráfico 6 – Consumo de lenha nativa em seus diversos usos .....	112
Gráfico 7– Uso de insumos nas propriedades antes e após a mudança de fumo para leite.....	113
Gráfico 8 – Qual das atividades desenvolvidas que você julga prejudicar mais o ambiente na sua propriedade? .....	114
Gráfico 9 – Destino dos resíduos orgânicos (esterco/chorume) da atividade de produção leiteira.....	114
Gráfico 10 – Grau de escolaridade dos entrevistados.....	116
Gráfico 11 – Bens e eletrodomésticos que o produtor possuía antes e depois que passou para a atividade bovinocultura em número de produtores. ....	118
Gráfico12 – Razão pela qual o produtor optou pela mudança fumo para leite.....	120
Gráfico 13 – Acesso a algum tipo de recurso controlado pelo Governo.....	122
Gráfico 14 – Qual a importância da assistência técnica na sua propriedade .....	123
Gráfico 15 – Qual a empresa de assistência técnica você utiliza?.....	123
Gráfico 16 – Qual o meio de comunicação que você utiliza? .....	124
Gráfico 17 – Qual o assunto de seu maior interesse?.....	125
Quadro 1 – Taxas de juros e os limites de crédito das linhas de crédito do Proger e Demais Produtores.....	80

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Leite - Produção mundial e dos principais países produtores .....	53
Tabela 2 – Produção brasileira e dos principais estados produtores - 1985/2008 ....	55
Tabela 3 – Recursos Financeiros do projeto .....	65
Tabela 4 – Histórico dos produtos cultivados nas a propriedades antes e depois da mudança fumo para leite. ....	101
Tabela 5 – Histórico da atividade pecuária a propriedades antes e depois da mudança fumo para leite.....	102
Tabela 6 – Distribuição e uso das áreas em hectares.....	103
Tabela 7 – Idade dos fumicultores entre homens e mulheres. ....	115
Tabela 8 – Número de filhos por propriedade .....	116

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA .....	13
1.2 PROBLEMA .....	15
1.3 HIPÓTESES .....	16
1.4 JUSTIFICATIVA .....	17
<b>2 OBJETIVOS</b> .....	<b>18</b>
2.1 OBJETIVO GERAL .....	18
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	18
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>19</b>
3.1 CRONOLOGIA DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO CATARINENSE – PLANALTO NORTE .....	19
3.1.1 A Formação da Região .....	19
3.1.2 A Situação Social .....	20
3.1.3 A Ocupação do Planalto Norte Catarinense .....	21
3.1.4 Por que Contestado? .....	23
3.1.5 Quanto à Composição Social .....	25
3.1.6 A Brusca Chegada de Novas e Poderosas Forças Econômicas-político-sociais: a Ferrovia e a Lumber .....	25
3.1.7 Histórico da Região .....	26
3.2 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL .....	29
3.2.1 Histórico da Divisão de Terras .....	29
3.2.2 A Tecnologia na Propriedade Rural .....	30
3.2.2.1 A difusão de tecnologia .....	30
3.3 CONCEITOS ENVOLVENDO A PEQUENA PROPRIEDADE RURAL .....	31
3.3.1 Ambiente das Pequenas Propriedades Rurais .....	32
3.3.2 Recursos Empresariais e Recursos Naturais nas pequenas propriedades rurais .....	34
3.3.2.1 Recursos naturais .....	34
3.4 A FUMICULTURA .....	35
3.4.1 Origem e Dispersão do Tabaco pelo Mundo .....	36
3.4.2 O fumo no Brasil .....	36
3.4.3 Introdução do Fumo em Santa Catarina .....	38
3.4.4 A Fumicultura em Irineópolis (SC) .....	39
3.4.5 A Relação Agricultura Familiar e a Fumicultura .....	40
3.4.6 Aspectos Negativos da Fumicultura que Estão Levando os Produtores a Procurar Outras Alternativas de Produção .....	46
3.4.7 Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco .....	47
3.4.7.1 O Que é a Convenção-Quadro .....	47
3.4.7.2 A Participação do Brasil na Convenção-Quadro .....	48
3.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO LEITEIRA .....	51
3.5.1 A Produção de Leite no Estado de Santa Catarina .....	52
3.5.1.1 Aspectos produtivos da bovinocultura leiteira .....	53
3.5.2 Produção Leiteira de Santa Catarina .....	55
3.5.3 Produção Leiteira no Município de Irineópolis (SC) .....	56
3.5.3.1 Evolução da cadeia leiteira no município .....	56
3.5.3.2 Dificuldades atuais .....	57
3.6 PLANEJAMENTO VOLTADO À SUSTENTABILIDADE .....	57

3.6.1 Caracterização da Agricultura Familiar.....	59
3.7 POLÍTICAS PÚBLICAS UTILIZADAS PELOS PRODUTORES QUE OPTARAM PELA MUDANÇA DE ATIVIDADE FUMO PARA LEITE .....	60
3.7.1 Projeto de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – PRAPEM/MICROBACIAS 2.....	60
3.7.1.1 O projeto e o desenvolvimento territorial .....	61
3.7.1.2 A busca dos resultados .....	63
3.7.1.3 Objetivos do projeto Microbacias 2 .....	64
3.7.1.4 Área de Atuação do projeto Microbacias 2.....	64
3.7.1.5 Beneficiados do projeto Microbacias 2 .....	64
3.7.1.6 Principais metas do projeto Microbacias 2 .....	64
3.7.1.7 Recursos Financeiros do projeto .....	65
3.7.1.8 Executores do projeto.....	66
3.7.1.9 Parcerias do projeto .....	66
3.8 A Diversificação e as Políticas Públicas .....	66
3.8.1 Crédito Rural Disponível .....	69
3.9 POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS (MUNICIPAL) .....	81
3.9.1 Programa de inseminação artificial .....	81
3.9.2 Programa “Porteira a dentro” .....	82
3.9.3 Política de assistência técnica no município de Irineópolis .....	82
3.9.4. Políticas do MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário.....	83
3.9.4.1 A questão dos territórios.....	83
3.9.4.1.1 Diversificação de culturas .....	84
3.9.4.1.2 Crédito fundiário .....	84
3.9.4.1.3 “Programa Passo a Passo - Crédito Fundiário” .....	86
3.9.4.1.4 “Programa Territórios da Cidadania Matriz” de ações do governo federal capacitação e formação em políticas públicas para mulheres rurais / 2009 .....	86
3.9.4.1.5 “Programa Nacional de Crédito Fundiário/2009” .....	87
3.9.4.1.6 ProInfo rural e urbano/2009.....	89
3.9.4.1.6.1 Produto e unidade de medida: escolas equipadas.....	89
3.9.4.1.7 Programa luz para todos/2009 .....	90
3.9.4.1.7.1 Produto e unidade de medida: ligações de energia .....	90
3.9.4.1.8 ATER/agricultores familiares / 2009 .....	92
<b>4 METODOLOGIA .....</b>	<b>93</b>
4.1 ABORDAGEM .....	93
4.1.1 Estrutura da Dissertação .....	93
4.2 TIPO DE PESQUISA.....	95
4.3 INFORMAÇÕES GERAIS DA REGIÃO ESTUDADA .....	95
4.3.1 A Origem do Município de Irineópolis.....	95
4.3.2 Características da Região – Irineópolis.....	97
4.3.3 Aspectos Econômicos – Irineópolis.....	98
4.3.4 Aspectos Geopolíticos.....	98
<b>5 ANÁLISE E DISCUSSÃO .....</b>	<b>100</b>
5.1 ANÁLISE ECONÔMICA DAS PEQUENAS PROPRIEDADES.....	100
5.2 ANÁLISE AMBIENTAL DAS PEQUENAS PROPRIEDADES .....	109
5.3 ANÁLISE SOCIAL DAS PEQUENAS PROPRIEDADES .....	115
5.3.1 Dados do agricultor e família.....	115
5.3.2 A Tomada de Decisão .....	119
5.4 ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS PEQUENAS PROPRIEDADES ..	121

<b>6 CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>126</b>
<b>7 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>132</b>
<b>APÊNDICE A - MODELO DE FORMULÁRIO DE ENTREVISTA.....</b>	<b>137</b>
<b>ANEXO A - DECRETO Nº 5.658, DE 02 DE JANEIRO DE 2006.....</b>	<b>146</b>
<b>GLOSSÁRIO.....</b>	<b>155</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA

Cabe o estudo das políticas públicas na transição da produção de fumo para leite em pequenas propriedades rurais do município de Irineópolis (SC) sob a ótica da “tríade” social, econômica e ambiental, pelo fato de visualizarem-se as dificuldades de quebra dos paradigmas de uma cultura própria de pequenas propriedades rurais como é a fumicultura.

Apresentada como a cultura de maior rentabilidade em pequenas áreas, vem aos poucos sofrendo resistência pelos diversos setores da economia, e em especial ao próprio produtor rural que busca além da diversificação, a “liberdade” de produzir um produto com maior competição de mercado, rentável mensalmente, ecologicamente sustentável e socialmente mais justo. Assim, o produtor busca na bovinocultura de leite uma alternativa importante.

O contexto histórico da evolução da sociedade, juntamente com o desenvolvimento de suas atividades, demonstra que as mudanças são cíclicas e por vezes estão presentes na vida das pessoas e seu entorno. No gerenciamento destas mudanças, a humanidade exige continuamente trabalho árduo e eficaz, onde o principal desafio é estar constantemente em sintonia com o ambiente, pois o mundo, e tudo o que nele há, é mutável; demandado assim, que se tenham planos, obtenha organização, desenvolva a direção e controle de todos os fatores que influenciem direta ou indiretamente no andamento deste sistema.

O Planalto Norte Catarinense nos últimos dez anos vem mudando sua característica produtiva em muitas pequenas propriedades rurais. Apoiada por entidades governamentais de crédito e não governamentais, a visão que se têm é de um produtor mais consciente das relações produtivas e o meio ambiente.

Mudanças no sistema produtivo sob o impacto do Decreto nº 5.658, de 02 de Janeiro de 2006 Promulga a Convenção-Quadro sobre controle do Uso do Tabaco, adotada pelos países membros da Organização Mundial da Saúde em 21 de maio de 2003 e assinada pelo Brasil em 16 de junho de 2003 (Convenção de Genebra), “impõe” ao produtor de fumo adaptações a este novo regime muitas vezes

excludentes da atividade.

Embora desenvolvida por mais de 150 mil famílias em cerca de 650 municípios do Sul (50% no Rio Grande do Sul, 35% em Santa Catarina e 15% no Paraná) OLALDE (2009). O mesmo autor enfatiza que a cultura do fumo guarda relações perversas entre pequenos produtores, indústria e consumidores. Primeiro, pelo chamado 'sistema integrado de produção', onde as indústrias garantem a compra integral da produção por preços negociados com representantes dos agricultores, devendo se responsabilizar também pela assistência técnica, financeira e transporte da produção até as usinas de beneficiamento. Mas ainda que o processo produtivo, da entrega das sementes à seleção das folhas, seja controlado pelas empresas, o contrato com as famílias não inclui a responsabilidade pelos danos ambientais da atividade.

Para Marcondes (2007, p.32), produção brasileira de fumo praticamente se confunde com a da Região Sul, que responde por cerca de 95% do total nacional. Nesta região, ela se caracteriza pelo sistema de integração, pelo qual as indústrias, através de contrato com os produtores, controlam quase totalmente o processo produtivo e a quantidade produzida.

E ainda, as indústrias atuam no sentido de que a produção se mantenha dentro de parâmetros que não provoquem grandes problemas de comercialização. Assim, a produção nacional tem apresentado variações para mais ou menos, dependendo, sobretudo, das condições do mercado, especialmente do internacional, já que, normalmente, entre 60% e 70% da produção brasileira tem como destino o mercado externo.

Alternativas buscam propiciar ao pequeno produtor muito mais que a subsistência e a melhoria da renda. É necessário que se busque resgatar a dignidade do produtor familiar. Para tanto, torna-se fundamental o desenvolvimento do meio rural, que pode ser alcançado com o aumento da capacidade produtiva, com a geração de empregos e, principalmente, propiciando ao agricultor familiar melhor qualidade de vida. No entanto, é crescente o processo de construção de uma identidade própria, que passa pela forma como realiza o processo produtivo, pela íntima relação entre a dinâmica produtiva e reprodutiva, pela estreita interação entre o trabalho, a terra e a natureza, pela preservação dos valores culturais e da solidariedade.

Assim, a bovinocultura de leite oferece uma opção concreta dentro dos

anseios do pequeno produtor rural - renda mensal, segurança de entrega do produto e de recebimento, atividade sustentável, boas linhas de crédito. Estes fatores fizeram com que os produtores buscassem nesta atividade seu novo horizonte de trabalho e perspectivas futuras. Com isto, aumentou sensivelmente a importância econômica e social da produção leiteira em Santa Catarina.

Atualmente o Estado é o sexto produtor nacional de leite; o Valor Bruto da Produção (VBP) do leite ocupa a quarta posição e representa cerca de 7% do VBP da agropecuária catarinense, superado apenas pela suinocultura, avicultura e fomicultura. Estima-se que mais de 50 mil produtores catarinenses obtenham renda com a comercialização de leite para as indústrias com inspeção federal, estadual, ou municipal, entre outros aspectos (MARCONDES, 2007).

Nos anos mais recentes, também em parte de outras regiões do Estado, a atividade vem se apresentando com uma boa alternativa de renda para os agricultores, com boas possibilidades de expansão (MARCONDES, 2007).

É necessário estimular o auto-desenvolvimento de pequenas propriedades rurais, de modo que se tornem mais eficientes, porém, sempre respeitando as peculiaridades da propriedade familiar<sup>1</sup>. Já que, ignorar o conhecimento tradicional dos produtores familiares pode ser algo bastante prejudicial ao processo de implantação ou aperfeiçoamento do gerenciamento. Partindo do pressuposto de que os extremos podem ser prejudiciais, cabe aqui a afirmação de que seria mais produtivo para o agricultor familiar somar à sua forma de produzir, alguns conhecimentos novos que lhe poderiam ser úteis.

## 1.2 PROBLEMA

Lamentavelmente, a maioria das pequenas propriedades não está em condições de solucionar problemas isoladamente, justamente porque entre outras razões, não possuem os conhecimentos, as habilidades e principalmente as atitudes necessárias para realizarem tais ações.

---

<sup>1</sup> Propriedade Familiar: é o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração e, eventualmente, trabalhado com a ajuda de terceiros.

Assim, levantam-se alguns pontos problemáticos:

O pacote tecnológico imposto pelas agroindústrias fumageiras promove uma relação de dependência econômica;

Esta dependência tende a avançar para dimensões que superam a própria dependência econômica;

Como esta dependência, possibilitará a pequena propriedade sobrepor o obstáculo da Convenção-Quadro sobre controle do Uso do Tabaco, que faz com que o agricultor abandone a fumicultura e tenha que migrar para outra alternativa de produção.

Diante do exposto, surgiram algumas indagações que auxiliaram no processo de elaboração deste trabalho nas comunidades em estudo. São elas:

- a) quais os principais limitantes, sociais, econômicos e ambientais, para a pequena propriedade na transição de sua atividade fumo - leite?
- b) quais os aspectos desfavoráveis e favoráveis na gestão rural da pequena propriedade na transição de sua atividade fumo - leite?
- c) quais os efeitos das políticas públicas como auxílio para o desenvolvimento sustentável, que possibilite alavancar as pequenas propriedades, e assim, as comunidades em estudo?

### 1.3 HIPÓTESES

H<sub>1</sub> – Existem recursos humanos intrínsecos a fumicultura de ordem tecnológicos, culturais, econômicos os quais poderão colaborar na transição do fumo para a bovinocultura de leite nas pequenas propriedades rurais.

H<sub>2</sub> – A atividade leiteira possui características análogas a atividade fumageira, em múltiplas dimensões: econômica, social, e com sustentabilidade ambiental, características próprias da pequena propriedade.

#### 1.4 JUSTIFICATIVA

É preciso encontrar uma alternativa viável aos produtores de fumo que ocupam, na sua maioria, pequenas propriedades, como no município de Irineópolis (SC). Se de um lado tem-se a pressão para diminuir a área plantada de fumo, de outro o produtor precisa de apoio do setor público através de políticas que propiciem: tecnologias, infraestrutura, conhecimento, etc.

A bovinocultura apresenta-se como alternativa à agricultura familiar, no Brasil. Vivem do trabalho na agricultura familiar mais de 15 milhões de pessoas, numa enorme gama de diferentes realidades econômicas, sociais, culturais e étnicas. No entanto, é crescente o processo de construção de uma identidade própria, que passa pela forma como realiza o processo produtivo, pela íntima relação entre a dinâmica produtiva e reprodutiva, pela estreita interação entre o trabalho, a terra e a natureza, pela preservação dos valores culturais e da solidariedade (DESER, 2009).

Este trabalho realiza uma análise das políticas públicas utilizadas por estas as pequenas propriedades que optaram pela bovinocultura de leite como alternativa e que se apresentam como opções aos produtores no município de Irineópolis (SC). Servirá de base para uma reflexão futura a outros produtores e as entidades governamentais ou não de apoio as pequenas propriedades.

A pesquisa foi motivada diante as necessidades observadas nos locais do estudo ao longo dos anos em que o autor deste trabalho (dissertação) atuava na extensão rural prestando serviço a uma cooperativa que efetua captação de leite na região por aproximadamente 10 anos. Este convívio com as famílias locais possibilitou esta observação do dia-a-dia em suas atividades, a ponto de detectar que, um estudo nesse 'sentido', poderia provocar transformações positivas em todos os aspectos, principalmente no âmbito ambiental.

Desta forma, justifica-se analisar as políticas públicas, ferramentas fundamentais ao desenvolvimento em pequenas propriedades do município de Irineópolis – Santa Catarina que de alguma forma optaram pela mudança de sua atividade anterior - a fumicultura.

## 2 OBJETIVOS

### 2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as políticas públicas na transição - produção de fumo para leite em pequenas propriedades do município de Irineópolis (SC) sob a ótica da “tríade” social, econômica e ambiental.

### 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) constatar os principais limitantes, sociais, econômicos e ambientais, para a pequena propriedade na transição de sua atividade fumo – leite;
- b) examinar os aspectos desfavoráveis e favoráveis na gestão rural da pequena propriedade na transição de sua atividade fumo – leite;

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 CRONOLOGIA DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO CATARINENSE – PLANALTO NORTE

No artigo “Herdeiros do Contestado” publicado no Jornal Correio do Contestado de autoria de Melo (07/02/2008) o autor faz uma explanação da região do Contestado onde pode-se notar a presença forte dos agricultores da época no evento.

[...] procura-se criar, aqui, uma provável vida pregressa de alguns dos personagens que fizeram a chamada ‘Guerra dos Pelados’, principalmente Henrique Wolland, o Alemãozinho, que teve uma participação importante na vida da Virgem Maria Rosa como seu ‘homem de confiança’ e escudeiro fiel, e que atacou, chefiando seu ‘piquete’ a mando da Virgem, os municípios de Papanduva, Monte Castelo e Itaiópolis. A narrativa sai da realidade conhecida e passa para a fantasia no momento em que Wolland ataca a fazenda do Coronel Manoel Estêvão Furtado, em Papanduva, e empreende fuga pela região da Rondinha e São Tomaz, tentando chegar ao acampamento dos demais jagunços entrincheirados no local denominado ‘Voltinha do Rio Papanduva’, bem próximo do atual centro da cidade.

##### 3.1.1 A Formação da Região

A região do interior de Santa Catarina e Paraná desenvolveu-se muito lentamente a partir do século XVIII, como rota de tropeiros que partiam do Rio Grande do Sul em direção a São Paulo. No Século XIX algumas poucas cidades haviam se desenvolvido, principalmente por grupos provenientes do Rio Grande, após a Guerra dos Farrapos, dando origem a uma sociedade baseada no latifúndio, no apadrinhamento e na violência. Após a Proclamação da República, com a maior autonomia dos estados, desenvolveu-se o coronelismo, cada cidade possuía seu chefe local, grande proprietário que se utilizava de jagunços e agregados para manter e ampliar seus “currais eleitorais”, influenciando a vida política estadual. Havia ainda as desavenças entre os coronéis, envolvendo as disputas por terras ou pelo controle político no estado. Em 1908 a empresa norte americana Brasil Railway

Company recebeu do governo federal uma faixa de terra de 30Km de largura, cortando os 4 estados do sul do país, para a construção de uma ferrovia que ligaria o Rio Grande do Sul a São Paulo e, ao mesmo tempo, à outra empresa coligada passaria a madeira da região, com o direito de revender as terras desapropriadas ao longo da ferrovia (MELO, 2008).

### 3.1.2 A Situação Social e as lideranças religiosas

Enquanto os latifundiários e as empresa norte americanas passaram a controlar a economia local, formou-se uma camada composta por trabalhadores braçais, caracterizada pela extrema pobreza, agravada ainda mais com o final da construção da ferrovia em 1910, elevando o nível de desemprego e de marginalidade social. Essa camada prendia-se cada vez mais ao mandonismo dos coronéis e à rígida estrutura fundiária e não alimentava nenhuma perspectiva de alteração da situação vigente. Esses elementos, somados a ignorância, determinaram o desenvolvimento de grande religiosidade, misticismo e messianismo (AURAS, 1984, p 204).

Para Auras (1984, p.204) os movimentos messiânicos são aqueles que se apegam a um líder religioso ou espiritual, um mesmo que passa a ser considerado “aquele que guia em direção à salvação”. Os “líderes messiânicos” conquistam prestígio dando conselhos, ajudando necessitados e curando doentes, sem nenhuma pretensão material, identificando-se do ponto de vista sócio econômico com as camadas populares. Na região sul, a ação dos “monges” caracterizou o messianismo, sendo que o mais importante foi o monge João Maria, que teve importante presença no final do século dezenove, época da Revolução Federalista (1893-95).

Durante muitos anos apareceram e desapareceram diversos “monges”, confundidos com o próprio João Maria. Em 1912 surgiu na cidade de Campos Novos, no interior de Santa Catarina, o monge José Maria. Aconselhando e curando doentes, a fama do monge cresceu, a ponto de receber a proteção de um dos mais importantes coronéis da região, Francisco de Albuquerque. Vivendo em terras do coronel, o monge recebia a visita de dezenas de pessoas diariamente, provenientes

de diversas cidades do interior. Proteger o monge passou a ser sinal de prestígio político, por isso a transferência de José Maria para a cidade de Taquaruçu, em terras do coronel Henrique de Almeida, agudizou as disputas políticas na região, levando seu adversário, o coronel Francisco de Albuquerque, a alertar as autoridades estaduais sobre o desenvolvimento de uma comunidade de fanáticos na região (AURAS, 1984, p. 204).

Ao iniciar a segunda década do século, o país era governado pelo Marechal Hermes da Fonseca, responsável pela "Política das Salvações", caracterizada pelas intervenções político- militares em diversos estados do país pretendendo eliminar seus adversários políticos. Além da postura autoritária e repressiva do Estado, encontramos outros elementos contrários ao messianismo, como: os interesses locais dos coronéis e a postura da Igreja Católica no sentido de combater os líderes "fanáticos". O primeiro conflito ocorreu na região de Irani, ao Sul de Palmas, quando foi morto José Maria, apesar de as tropas estaduais terem sido derrotadas pelos caboclos. Os seguidores do monge, incluindo alguns fazendeiros, reorganizados no "Quadro Santo" e na "Monarquia Celestial", acreditavam que o líder ressuscitaria e o misticismo expandiu-se com grande rapidez. Os caboclos condenavam a República, associando-a ao poder dos coronéis e ao poder da Brasil Railway (AURAS, 1984, p.204).

### 3.1.3 A Ocupação do Planalto Norte Catarinense

Em seu livro "Guerra do Contestado: organização da irmandade cabocla" Marli Auras, destaca a ocupação na região sul do rio Iguaçu e norte do rio Uruguai, numa área de aproximadamente 28 mil km<sup>2</sup> do território interiorano catarinense, viviam na época que circunda a Proclamação da República (1889), poucos milhares de pessoas, espalhadas pelos vastos campos e matas ou agrupadas nas sedes e distritos dos municípios.

O Planalto de Santa Catarina foi povoado por indivíduos oriundos de regiões diferentes daqueles que fornecem os povoados do litoral. Este recebeu, primeiramente (de 1748 a 1756), levas de açorianos e madeirenses, afeiçoados à beira-mar. Após, a partir de 1850, alguns milhares de imigrantes alemães e italianos

instalaram-se em férteis vales da faixa litorânea como Itajaí, o Itapocu, Tijucas e Tubarão. A população indígena Kokleng, respondia com agressão à agressão que sofria pela presença dos invasores de seu espaço, existia duas grandes unidades geográficas catarinenses – a região litorânea e a região planáltica (AURAS, 1984, p.204).

Auras (1984, p 204) cita que:

[...] no decorrer da década 1900-10, milhares de novos morador-imigrantes estrangeiros uns e brasileiros errantes outros vieram acrescentar cabeças à miúda população de Serra acima na região do Rio Negro e do Rio Iguaçú, ao longo da fronteira norte do Estado de Santa Catarina. Canoínhas se desenvolveu a meio caminho entre Mafra e Porto União. Davam-se variantes entre os caminhos que de São Paulo conduziam ao Rio Grande do Sul. Dentre tais variantes uma era a variante que passava o Rio Iguaçú em Canoínhas. As fronteiras entre os dois Estados foram definidas pelo acordo de limites de 20-10-1916. As vias de comunicação da Microrregião de Canoínhas se fizeram cedo por estradas, ferrovias, transporte fluvial. A região foi relativamente cedo servida por um excelente sistema de transporte. Em vista de estar no caminho São Paulo e Rio Grande do Sul pela via dos campos do Planalto, a microrregião de Canoínhas se fez conhecida bastante cedo, embora não se fizesse logo inteiramente ocupada. Em sentido Norte e Sul passa em Porto União a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul.

Para Auras (1984, p.204) a Estrada de Ferro, ligando Porto União ao porto oceânico de S. Francisco, garantiu à região um excelente sistema de transporte. Em 1910 se inaugurava a ligação do Porto ao pé da Serra. Em 1-4-1913 se iniciava o serviço regular da Estrada de Ferro entre São Bento do Sul sobre o Planalto e o Porto de São Francisco do Sul. Já em 1º. de abril de 1913 a Estrada de Ferro alcançava Três Barras (perto de Canoínhas). Em 15 de novembro de 1915 ocorreu a articulação do ramal de São Francisco, em Porto União, com a linha principal, São Paulo - Rio Grande do Sul. Posteriormente foi o sistema ferroviário acrescido pelo tronco de Rio Negro – Lages – Porto Alegre.

Finalmente a região do Planalto Norte também foi atravessada pelas grandes vias federais de asfalto: no sentido Norte e Sul, BR 116 (319,9 km em SC), atravessando pelo Planalto à altura de Mafra e Lages; no sentido Leste e Oeste, Br- 280 (221,9 km. em SC) correndo de São Francisco a Porto União, continuando para o Oeste do Paraná e fronteira do País. Ainda Norte-Sul, mais para o interior, pelo Vale do Rio do Peixe, se dá a Br-153 (118,9 km em SC), que serve também à Porto União. Não fossem estas comunicações sistemáticas, - embora do modelo estradas de passagem, - a zona de Canoínhas, que é de recursos econômicos limitados, não teria alcançado o progresso que efetivamente conseguiu. Em decorrências dos limites estabelecidos, criaram-se, pelo lado catarinense, os municípios gêmeos: Mafra, diante de Rio Negro (preexistente, e do Paraná), Porto

União, ao lado de União da Vitória (preexistente, e do Paraná). (AURAS, 1984, p.204).

Certa disposição em seqüência linear das cidades de Mafra, Canoíñas, faz com que, mais ou menos por igual, exerçam influências sobre a região. De outra parte, como um todo, a microrregião de Canoíñas é polarizada por Joinville e, sobretudo por Curitiba (AURAS, 1984).

#### 3.1.4 Os limites da região Contestada?

A questão dos limites entre Santa Catarina e Paraná – que permeia a Guerra do Contestado. Tem início em 1853, quando os paranaenses, desmembrado da Província de São Paulo, procura firmar a posse sobre as terras do oeste barrigaverde, alargando seu já mais extenso território. Entre os dois contestadores, nas respectivas capitais, as rivais vão se arrastando através de medidas de ordem de retórica política, tais como a derrubada de pontes, envio de destacamentos policiais e criação de estações fiscais em áreas sob litígio (AURAS, 1984, p.204).

Durante longo tempo, a vida econômica planaltina assenta-se na criação extensiva do gado bovino, na coleta da erva-mate e na extração da madeira, material empregado na construção de praticamente todas as residências. Imperava o despotismo dos coronéis, senhores das terras e das gentes nelas presentes, estreitamente vinculadas por laços de ajuda mútua ao governo do Estado (ALMEIDA, 2002).

Os vastos ervais nativos – o mate que já era habitualmente consumido entre os indígenas locais, eram alvo de crescente procura. Pelo porto de Paranaguá (PR), o produto, recolhido, sobretudo na região contestada, era encaminhado para os mercados do Prata. Somente quando, pela estrada de terra Dona Francisca, se conseguiu atingir o planalto. Em 1873, ligando a área de Joinville a Mafra, Rio Negro e Porto União, a erva-mate passou a ser escoada também pelo porto catarinense de São Francisco do Sul, estabelecendo um intenso vaivém de “carroças” típicas, de quatro rodas e com toldas brancas puxadas por seis cavalos”. (ALMEIDA, 2002, p.13).

As terras passaram a ser alvo maior de cobiça, pois aliado à crescente exploração dos ervais, o tipo de criação que se exercia só era viável economicamente, quando se podia contar com largos espaços campestres. Assim, paulatinamente, as áreas devolutas eram adquiridas em vastas porções, sendo o título de propriedade formalizado pelos governos imperial e republicano, por todos aqueles que, no jogo econômico-político de então, eram suficientemente fortes para terem seus interesses atendidos. (ALMEIDA, 2002.)

Para os menos privilegiados, restava, ainda, o acesso às terras mais distantes, ou o uso daqueles pedaços não próprios para a prática pastoril, mas com ervais, ou próximo deles, sempre, no entanto, na indigente situação de posseiro, à mercê dos interesses expansionistas dos senhores latifundiários ou do surgimento de novos e fortes interessados. Viviam basicamente da exploração da erva-mate, dos poucos produtos fornecidos pela roça cabocla e dos alimentos encontrados naturalmente na região (mel, palmito, pinhão, caça, etc.). (ALMEIDA, 2002).

Homens sem terra construíam moradias em áreas devolutas e tinham na coleta da erva-mate seu principal ganha pão. Na bodega mais próxima era possível trocar o produto de seu trabalho por manufaturados – até então de raro acesso no interior-, por sal, açúcar, farinha, fósforo, cujos estoques a Companhia procurava manter em dia. Nas terras dos coronéis, os agregados e os peões, durante longo tempo, podiam servir-se dos ervais porventura existentes, sem qualquer proibição. Quando, porém, o mate viu seu valor comercial ser crescentemente reconhecido e, na medida em que escasseavam as terras devolutas, os coronéis começaram a coibir o que denominavam coleta abusiva do mate em terrenos de sua propriedade (Ibid.).

Neste sentido, Almeida (2002, p.223) esclarece que com relação ao ervateiro, podem ser detectados dois circuitos de dominação:

1. pequenos proprietários ou posseiros entregavam o produto na bodega mais próxima, onde geralmente já tinham contas à espera de pagamento; daí, o mate era encaminhado para um dos armazéns do interior e, posteriormente, para Joinville;
2. o coronel permitia que o peão-ervateiro exercesse a coleta em seus domínios, desde que o produto final desse trabalho lhe fosse a ele entregue, evidentemente, por um baixo preço; daí, o mate era encaminhado para um dos vários armazéns do interior que, por sua vez, o remeteria para Joinville.

Em 1905, por um conjunto de razões, tais como a política fiscal dos governos catarinense e paranaense, elevando para 33% o imposto de exportação do mate, e a formação de grandes estoques no mercado platino, tendo como conseqüências a queda de certa forma controlar desde a coleta até a exportação do mate foi dissolvida. (RIBEIRO, 1989).

### 3.1.5 Quanto à Composição Social

A região era caracterizada, esquematicamente, de um lado, por um grupo minoritário de pessoas que dispunham da posse legal de vastas porções de terras e, de outro lado, por um grupo majoritário composto de ervateiros (pequenos proprietários ou posseiros), peões-ervateiros e agregados. Ao nível das relações sociais, o sistema do compadrio – cujo ritual era legitimado pela igreja – tratava de, ideologicamente, estabelecer um trato “igualitário” (FRANCO, 1978 *apud* AURAS, 1984).

### 3.1.6 A Brusca Chegada de Novas e Poderosas Forças Econômicas-político-sociais: a Ferrovia e a Lumber

Em 1889, os técnicos apresentaram o relatório do trabalho, onde a estrada aparece já traçada, numa extensão de aproximadamente 1.400 km. A ferrovia iria rasgar vastas porções de férteis terras devolutas, sobretudo na área compreendida entre o sul do rio Iguaçu e Passo Fundo (RS). Abundavam na área os ervais e as árvores fornecedoras de madeira, sobressaindo, pela quantidade, o pinheiro (*ibid.*)

*A Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, companhia norte-americana financiada por capitais ingleses e franceses, foi estabelecida em Três Barras<sup>2</sup> no ano de 1910. O objetivo principal era serrar a madeira nativa e colonizar as terras marginais ao ramal ferroviário construído pela

---

<sup>2</sup> A *Lumber* montou outra serraria em Calmon (SC), esta filial não será contemplada na presente análise por transcender a região do Planalto Norte de Santa Catarina, recorte espacial pré-determinado.

Brazil Railway Company<sup>3</sup>, que ligaria União da Vitória (PR) a São Francisco do Sul (SC), abrindo assim um canal de escoamento para a erva-mate e a madeira beneficiada na região (AURAS, 1984, p.204).

Auras (1984) escreve que no planalto subsistia há muito um grupo que esteve ligado aos primórdios do processo de ocupação do território. A partir do momento em que as terras tornaram-se economicamente interessantes, o modo de vida e a própria existência do caboclo<sup>4</sup>, que dependiam do apossamento e da exploração comum das terras, tanto para a composição da roça cabocla, quanto para o fabrico de erva mate, esteve ameaçada. O caboclo vivia um forte processo de marginalização que estava diretamente ligado ao projeto de construção de uma identidade nacional brasileira, que desde o final do século XIX pregava a exclusão de grande parte dos grupos considerados racial e culturalmente inferiores.

As construções de identidades étnicas por parte dos imigrantes estavam ligadas a forma de inserção econômica de cada grupo. Os poloneses caracterizaram-se por estabelecerem representações acerca do pioneirismo e da colonização de terras devolutas, sendo reconhecidos por um *ethos* do trabalho, que se contrapunha aos vícios da população nacional. (AURAS, 1094).

### 3.1.7 Histórico da Região

Para Ribas (2007) no artigo “A Epopéia do Contestado” fica enfatizada a origem da população em regiões contestadas, como a estudada nesta dissertação.

O antigo caboclo envolvido no conflito não é mais denominado jagunço ou bandido, porque hoje já se conhece as razões de sua justa revolta. A “Região do Contestado”, localizada no Norte/Centro/Oeste de Santa Catarina, é conhecida por sediar a Guerra do Contestado. O conflito se estendeu de 1912 a 1916.

Nesta região com traços sociais, econômicos e culturais que a diferenciavam das demais, aconteceu a guerra do Contestado, cujos rígida

<sup>3</sup> A *Brazil Railway Company* era a firma holding do Sindicato Farquhar, cujos empreendimentos nas primeiras décadas do século XX espalhavam-se por todo o país. Fora a responsável pela construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, que cortaria o Planalto Norte catarinense, abrindo as terras à colonização e exploração.

<sup>4</sup> Considera-se o caboclo como caracterizado não apenas pela simples idéia de mistura étnica entre indígenas e descendentes de lusos. Este grupo pode ser definido mais apropriadamente ao considerar-se seu modo de vida, tradições e costumes.

estrutura fundiária, no latifúndio, no mandonismo dos coronéis, no apadrinhamento e na violência.

A passagem das terras devolutas, no final do século XIX para a competência dos Estados, deu margem ao despejo de posseiros que viviam nos confins da região do Contestado. Sertanejos alijados de suas terras, sem sua fonte de subsistência, ex-trabalhadores das grandes fazendas, congregaram-se a outros elementos, como grande parte dos oito mil operários demitidos da construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, ao longo do vale do rio do Peixe. (THOMÉ, 2004).

O herói do Contestado não se perdeu. O povo desta região é laborioso, desenvolveu ao longo dos tempos o espírito de solidariedade, tem o hábito de trabalho em parceria e cultiva a esperança em dias melhores, que vêm se concretizando.

Ainda para Thomé em “Uma Nova História para o Contestado” (2004, p.78):

Após aconchavos políticos, orientados pelo então Presidente Wenceslau Brás, que havia sido advogado do Paraná na questão, o Governador de Santa Catarina, Felipe Schmidt, contrariando os esforços de seus antecessores, Vidal Ramos e Hercílio Luz, assinou o acordo final, entregando ao Paraná metade do território Contestado.

Castro (2002) faz várias referências em seu livro “Vida Heróica” onde descreve a vida de Frederico Grobe, filho de imigrante alemão que após sua chegada ao Brasil instalaram-se em Blumenau e posteriormente no planalto Catarinense, residindo entre outros locais na localidade de Vila Nova – hoje pertencente a Irineópolis (SC) cuja região é objeto de estudo do autor desta dissertação.

Destaca-se algumas passagens descritas:

Pelos fins do ano de 1902, Frederico e seus irmãos vieram para o sertão do Timbó. Numa tarde quando chegaram avistaram uma porção de casinhas que pareciam ser cobertas com telhas e então Frederico disse aos seus companheiros, ‘olhe lá aquilo, não é mais sertão é uma Vila Nova’. Daí até hoje o local ser chamado de Vila Nova. (CASTRO, 2002, p.60).

Outra citação de Castro (2002, p.21) mostra o domínio da região estudada: “O Alferes voltou para Vila Nova e logo foi para Curitiba, em quanto Joaquim Pinto

desgostoso com a morte de seu pai foi embora para Rio Negro onde morava seus parentes e vendeu seu terreno”. Este local hoje é chamado de Campina dos Pintos.

Para Ribas (2007, p.67) fica enfatizado a origem da população em regiões contestadas, como a estudada nesta dissertação.

O antigo caboclo envolvido no conflito não é mais denominado jagunço ou bandido, porque hoje já se conhece as razões de sua justa revolta. A ‘Região do Contestado’, localizada no Norte/Centro/Oeste de Santa Catarina, é conhecida por sediar a Guerra do Contestado. O conflito se estendeu de 1912 a 1916. Muitas eram as causas dos confrontos. Avanços e recuos nas negociações sobre a demarcação das divisas entre os dois Estados, Paraná e Santa Catarina, pautaram o contexto de um ambiente propício a desmandos. O interior de Santa Catarina e Paraná desenvolveu-se lentamente. Surgiram parques povoados a partir do século XVIII, em consequência da rota de tropeiros, ligando os campos produtores de gado do Sul ao centro comercial de Sorocaba. Nesta região com traços sociais, econômicos e culturais que a diferenciavam das demais, aconteceu a guerra do Contestado, cujos rígida estrutura fundiária, no latifúndio, no mandonismo dos coronéis, no apadrinhamento e na violência. Em 1853, criou-se a Província do Paraná e a disputa de divisas com Santa Catarina se intensificou.

## 3.2 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

### 3.2.1 Histórico da Divisão de Terras

As origens históricas da concentração da propriedade fundiária no Brasil são conhecidas: a concessão de sesmarias de vultosas dimensões pela Coroa Portuguesa e, após a emancipação política, a Lei de Terras de 1850. O conceito de capitalismo aqui utilizado baseia-se naquele estabelecido por Marx e desdobrado mais recentemente por autores como Robert Brenner e Ellen Wood. Acredita-se que ambas as instâncias se comunicam e se influenciam mutuamente, ainda que de forma indireta e tácita, ao invés de serem compartimentos estanques.

À origem da grande propriedade associa-se também a formação do minifúndio brasileiro, constituído a partir da periferia ou mesmo da abdicação das grandes plantações, como sintetizou Caio Prado Júnior: a pequena propriedade- que significa o acesso dos trabalhadores rurais à propriedade fundiária resulta em regra do retalhamento da grande propriedade, que perde sua principal razão de existência quando não pode ser aproveitada pela grande exploração. Assim as vicissitudes desta última se refletem na distribuição da propriedade agrária (PRADO JR, 1969 *apud* AURAS,1984).

Diante das péssimas condições de vida e da sujeição ao poder dos grandes proprietários de terra, os trabalhadores rurais se organizaram constituindo, nos anos 50, as Ligas Camponesas. Originadas a partir da união dos trabalhadores rurais de Pernambuco, elas foram lideradas pelo deputado Francisco Julião e chegaram a reunir 250 mil pessoas. As ligas pressionavam o governo a promover a desapropriação de parte das terras da Zona da Mata, que seriam divididas em lotes destinados à policultura de alimentos.

Nesse contexto, o presidente João Goulart, cujo mandato foi de 1961 a 1964 aprovou o Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963. No célebre discurso proferido na Central do Brasil, em 13 de março de neste ano de 1963, o presidente anunciou a intenção de encaminhar ao Congresso um projeto de lei de reforma agrária a partir do qual se pretendia que em menos de 60 dias já comecem a ser divididos os latifúndios das beiras das estradas, os latifúndios ao lado das ferrovias e dos açudes

construídos com o dinheiro do povo, ao lado das obras de saneamento realizadas com o interesse da nação (STÉDILE, 2005).

### 3.2.2 A Tecnologia na Propriedade Rural

#### 3.2.2.1 A difusão de tecnologia

A proposta de modelos agrícolas que contemplem os objetivos de uma produção suficiente, com custos sociais, econômicos e ecológicos sustentáveis, depende de um diagnóstico correto da realidade dos agricultores da região, decorrente do estudo e compreensão de seus sistemas de produção e modo de vida. A identificação da origem do produtor, o grau de organização da comunidade, problemas e êxitos encontrados nas propriedades são pontos importantes para a definição de estratégias em um trabalho participativo com comunidades de produtores rurais de uma determinada região (FIRETTI; RIBEIRO, 2001).

Na atual fase de adequação dos sistemas de produção rural aos novos tempos da economia globalizada que condicionam a manutenção de pequenas margens de lucro é necessário reavaliar os sistemas de extensão e difusão de tecnologia. Em especial, aqueles desenvolvidos nas cooperativas agropecuárias, para promover maior eficiência, preservando as características econômicas dos médios e pequenos produtores, minimizando, deste modo, o impacto social da incorporação de novas tecnologias e o conseqüente êxodo rural (FIRETTI; RIBEIRO, 2001).

Gomes (1977, *apud* FIRETTI; RIBEIRO, 2001) afirma que os produtores, de modo geral, podem trilhar três caminhos distintos: a) perderem seus bens de produção, transformando-se em assalariados rurais ou urbanos; b) fechar-se em sua própria subsistência, garantindo apenas o necessário para a manutenção da reprodução de suas famílias, sem condições de responder a estímulos do mercado e c) transformarem-se em empresários rurais, perseguindo os mesmos objetivos do grande produtor.

O caminho que os produtores rurais irão seguir depende de uma série de

fatores que, em sua maioria, estão correlacionados aos processos de geração de pesquisas em novas tecnologias, assim como aos órgãos de difusão e à estrutura das organizações de sua categoria, implicando adotar uma postura de disposição em buscar, constantemente, novas interações tecnológicas e também em participar ativamente de *processos* diferenciados de organização social para suas empresas Gomes (1977, *apud* FIRETTI; RIBEIRO, 2001). Os autores em pauta citam Miranda Jr (1977) quando afirma que o agente de assistência técnica que sabe das possibilidades de transmitir adequadamente todas as suas mensagens por meio de palavras, deve apelar para as imagens, ou seja, falar ou mostrar, sendo que a seleção dos recursos dependerá do que se quer comunicar e para quem se deseja comunicar.

A situação atual em que o homem se encontra é um produto ou conseqüência de situações anteriores, de toda a evolução passada, quer dizer, das experiências do homem. No meio rural, esse quadro encontra um contorno bastante específico, pois a maioria dos produtores é considerada tradicional e não receptiva devida possivelmente a traumas vividos no passado, por ocasião de contatos técnicos ineficientes e sistemas de difusão de tecnologia inadequados. Essas experiências condicionam, em larga medida, a reação que o homem terá frente a sua situação atual (MACHADO FILHO, 1977, *apud* FIRETTI; RIBEIRO, 2001). Ainda para Machado Filho a maior parte dos serviços de difusão de tecnologia existentes carece de adequação para que se obtenha a eficiência desejada. É parte importante de este movimento investir na capacitação de seus profissionais, a partir do desenvolvimento de um perfil específico, adequado à satisfação da demanda que os produtores rurais apresentam, no esforço de permanecerem em condições de competitividade no setor agropecuário brasileiro.

### 3.3 CONCEITOS ENVOLVENDO A PEQUENA PROPRIEDADE RURAL

A sociedade, em seu contexto geral, é uma organização complexa, compreendendo distintas atividades, utilizando diversos recursos, transformando-os em resultados – bens e/ou serviços que se inserem em vários setores. Para que estes diferentes sistemas organizacionais sejam eficazes, dependem de uma

excelente administração. A administração segundo Maximiano (2000, *apud* MAREK, 2008, p.130):

[...] é o processo que procura assegurar a eficácia e eficiência das organizações. [...] é importante em qualquer escala de utilização de recursos para realizar objetivos – individual, familiar, grupal, organizacional ou social.

Empresas, organizações ou instituições, indiferente da denominação ou do negócio em que atuam, necessitam da administração como fator fundamental para seu desenvolvimento, crescimento e consolidação no mercado. Chiavenato (2000a) relata que a empresa é um tipo de empreendimento social no qual estão reunidos diferentes recursos, em prol do alcance de determinados objetivos. Portanto, empresa é qualquer tipo de empreendimento, podendo ser no setor primário – agropecuário, extrativismo e mineração; no setor secundário – indústrias no geral ou no setor terciário – serviços e comércio.

A tarefa da administração é interpretar os objetivos propostos pela empresa e transformá-los em ação empresarial, por meio dos quatro pilares da administração: planejamento, organização, direção e controle dos esforços realizados em todas as áreas e em todos os níveis da empresa, a fim de atingir tais objetivos. Sendo de extrema importância à forma como a empresa apresenta sua estrutura, possibilitando ou não o sucesso administrativo (CHIAVENATO, 2000a).

As organizações, independentes de seu ramo de atividade, são compostas por diferentes recursos, essenciais para o desenvolvimento de seus resultados, sejam eles de produção de bens ou serviços. Destacamos então a administração no ambiente das pequenas propriedades rurais.

### 3.3.1 Ambiente das Pequenas Propriedades Rurais

Consideram-se pequenas propriedades rurais nas quais os produtores rurais trabalham de acordo com as seguintes condições: o produtor rural administra toda a propriedade, principalmente o processo produtivo; e a mão-de-obra utilizada na propriedade é em sua maior quantidade da própria família do produtor, ou seja, não

há ou é pouca a mão-de-obra contratada (GUANZIROLI et al., *apud* BUAINAIM, et al., 2005).

Define-se, portanto, pequenas propriedades rurais para os efeitos do Código Florestal na Lei nº 4.771/65 e de acordo com Sirvinskas (2007, p.57) citado por Marek (2008, p.102):

Art. 1º [...]

§ 2º [...]

I – pequena propriedade rural ou posse rural familiar: aquela explorada mediante o trabalho pessoal do proprietário ou posseiro e de sua família, admitida a ajuda eventual de terceiro cuja renda bruta seja proveniente, no mínimo, em oitenta por cento, de atividade agroflorestal ou de extrativismo, cuja área não supere:

a) cento e cinquenta hectares (150 ha) se localizada nos Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso e nas regiões situadas ao norte do paralelo 13ºS dos Estados de Tocantins e Goiás, e ao oeste do meridiano de 44º W, do Estado do Maranhão ou no Pantanal mato-grossense ou sul-mato-grossense;

b) cinquenta hectares (50 ha), se localizada no polígono das secas ou a leste do Meridiano de 44º W, do estado do Maranhão;

c) trinta hectares (30 ha), se localizada em qualquer outra região do País.

[...] a definição conceitual da agricultura familiar não determina limites máximos de área para as propriedades. Na prática, é o nível de desenvolvimento tecnológico e os sistemas de produção adotados que limitam a extensão da área que pode ser explorada com base no trabalho familiar. (BUAINAIM et al., 2005, p.15).

A diversificação da agricultura familiar brasileira está desde o trabalho de famílias que vivem e exploram minifúndios em condições precárias, até os produtores inseridos no agronegócios, com acesso a tecnologia e informação, o que os tornam poderosos perante o nível de pobreza de algumas regiões; o contraste é visível (BUAINAIM et al., 2005). Esta diferenciação não se restringe apenas na disponibilidade de recursos ou na capacidade de gerar renda e acumular patrimônio, ela se expande ao conhecimento e utilização correta dos recursos disponíveis, sejam ambientais ou socioeconômicos. Assim, grupos diferentes reagem de forma desigual aos problemas que possam enfrentar ao longo do processo produtivo, o que torna uns mais competitivos do que outros.

A aplicação de modernos instrumentos de gestão do agronegócio na agricultura, de acordo com Batalha e outros (2005), se não forem de forma adequada à realidade da propriedade, os resultados obtidos não serão os desejados, ou seja, os efeitos serão negativos ou nulos. Um dos principais motivos para isto acontecer é a heterogeneidade que a agricultura familiar apresenta,

resultando em múltiplas variáveis dependentes e independentes ao processo produtivo. A partir destes fatores, a gestão a ser desenvolvida e aplicada na agricultura familiar deverá satisfazer as necessidades existentes e evitar, ou pelo menos amenizar, possíveis falhas.

### 3.3.2 Recursos Empresariais e Recursos Naturais nas pequenas propriedades rurais

A propriedade rural, exerce as mesmas funções administrativas de um empresário em setores industriais e comerciais. Isto se explica pelo fato da propriedade rural ser um empreendimento, onde se serve de vários recursos, está exposta a inúmeros fatores controláveis e incontroláveis e exige excelente administração de toda a cadeia produtiva, para que se obtenha produtividade, qualidade e rentabilidade.

A gestão de negócios é complexa por envolver muitas áreas, entre elas a logística, gestão da qualidade, apuração e controle de custos e *marketing*. Que afetam de alguma forma nos resultados dos esforços de produtores, inseridos formalmente ou não em cadeias produtivas e/ou sistemas de produção contemporâneos. Para viabilizar a sustentabilidade depende da eficiência no uso dos recursos, envolvendo o treinamento da mão-de-obra evitando e minimizando o desperdício de recursos (BUAINAIN, 2007).

A agricultura é uma indústria, que trabalha constantemente transformando diferentes matérias em novos produtos. Em uma empresa para se melhorar os rendimentos nos processos é necessário que se invista em uma excelente estrutura – máquinas e equipamentos, edifícios e demais construções; na qualidade da matéria-prima e na eficiência da gerência. No melhoramento da fábrica agrícola investindo-se em melhores espécies e variedades produtivas, adubação adequada e eficiente, em tecnologias como irrigação e o treinamento do próprio agricultor, pois o conhecimento e as habilidades bem manejadas geram ótimos resultados (KHATOUNIAN, 2001 *apud* MAREK, 2008, p.126).

Na produção agrícola são utilizados os recursos empresariais (materiais, financeiros, humanos, mercadológicos e administrativos), assim como também são utilizados e explorados os recursos naturais, sendo os principais e mais importantes para o processo produtivo do agronegócio: o solo e a água, base eficaz da

biodiversidade e de seus sistemas.

### 3.3.2.1 Recursos naturais

A partir do século XX, com o extraordinário crescimento populacional e o vertiginoso desenvolvimento industrial, o homem passou a usar muito mais recursos da natureza. Antes utilizados apenas para sua subsistência, começou a ser explorada para suprir a demanda da era da industrialização; a natureza passou a não ser mais capaz de fornecer tamanha exigência de recursos sem se debilitar. O consumismo tornou-se um hábito na vida da sociedade e a população expandiu-se extraordinariamente (BRANCO, 1997).

Desta forma, Neto (1992, apud MAREK, 2008) comenta que os recursos renováveis com que a natureza nos proporcionou, o solo propriamente dito, as florestas, a fauna silvestre, a água usada pelas plantas, as fontes, etc., cujos usos e preservação adequados se convencionou denominar amplamente de conservação do solo, tem sido impiedosamente empregados e utilizados indevidamente, por uma verdadeira agricultura de exploração. Há muito tempo se buscou produzir a qualquer custo, esqueceu-se da preservação que garantiria a longevidade dos recursos de forma sustentável.

Por outro lado, Buainain (2007), destaca que o sucesso de uma tecnologia agrícola, empregada independente da propriedade, dependerá de sua adequação e compatibilidade com as condições físico-ambientais da propriedade. De maneira a visar a sustentabilidade do sistema como um todo, pois o tipo de solo, topografia, disponibilidade de água e clima são características que variam e dependem de uma excelente administração, que a partir da harmonia entre todos os recursos se obtém resultados favoráveis na produção.

Ao patrimônio de muitas nações, representado pelos recursos naturais de caráter renovável, deveu-se o florescimento da sua economia, caracterizado pelo bem-estar da população. A utilização dos recursos de maneira imprudente, porém, trouxe péssimas conseqüências. As florestas acabaram-se, grandes extensões de terras perderam a fertilidade pela erosão ou pelo desgaste dos nutrientes do solo, a fauna diminuiu, as fontes de água declinaram. Hoje, em tais nações, põe-se em dúvida a sua capacidade de manter o mesmo padrão de vida no futuro (NETO, 1992, p.15 *apud* MAREK,

2008, p.112).

### 3.4 A FUMICULTURA

#### 3.4.1 Origem e Dispersão do Tabaco pelo Mundo

Acredita-se que o tabaco foi descoberto há cerca de 4.000 anos atrás, quando os nativos do continente americano veneravam e adoravam as folhas douradas e as utilizavam em rituais xamânicos e como erva medicinal.

Nardi (1996) em seu livro “O fumo brasileiro no período colonial” relata que existiam duas espécies conhecidas, no século XV, a *Nicotinum tabacum*, preponderante na América do Sul e nas Antilhas, e a *Nicotiana rustica*, único fumo existente na América Setentrional.

Qualquer europeu que desembarcasse no continente americano descobriria o fumo, e foi assim que dois companheiros de Cristóvão Colombo, Rodrigo de Jeres e Luís de Torres, o encontraram pela primeira vez na ilha de Cuba, entre os dias 02 e 05 de novembro de 1492.

Naqueles dias, eles viram os índios chupar uma fumaça de “certas ervas secas metidas numa folha, seca também, à maneira de um mosquete feito de papel, e aceso por uma parte dele”. A este mosquete os índios deram o nome de *cohibas* (tabaco). O principal propagador do fumo no mundo foi o fator social do qual o aspecto comercial foi apenas uma conseqüência. Segundo o autor, tal fator social divide-se em dois movimentos característicos pelos usos hedonista, ornamental e medicinal da planta (NARDI, 1996).

O primeiro movimento foi instigado pelos marinheiros e soldados que viajavam pelas rotas das Índias Ocidentais. O fumo ajudava a passar o tempo e a descansar durante as longas horas de viagem, mas também, de volta a seus países, conferia-lhes força e magia, provocando a admiração dos que ficavam. O ambiente dos outros portos das ilhas da América não seria muito diferente. (NARDI, 1996).

As inúmeras viagens efetuadas pelo Atlântico durante as primeiras décadas do século XVI permitem entender a vertiginosa difusão do fumo pela Europa. Nardi

assinala que, por volta de 1560, o fumo era consumido por marinheiros em Portugal, Espanha e França e seu uso era comum em toda a marinha de carreira da Índia antes de 1565. Os marinheiros castelhanos e lusitanos no final do século XVI levaram o fumo da Espanha para a Turquia e dali para a Índia, as Filipinas e o Japão.

O fumo foi introduzido na África pelos portugueses durante a primeira metade do século XVI. Neste continente, o fumo teve uma rápida expansão, por motivos religiosos.

Enquanto os brancos o usavam por puro hedonismo, os negros africanos faziam seu uso como planta de força mágica e religiosa, visto que as religiões africanas eram muito similares às dos índios da América (NARDI, 1996).

O segundo movimento expandiu o fumo na Europa por causa dos aspectos ornamentais, era exótico e dava “charme” aos quintais, e aos aspectos medicinais da planta.

Segundo Nardi (1996), a introdução do fumo brasileiro em Portugal foi, sem dúvida, o maior responsável pela difusão desta cultura no mundo.

Em 1560 o senhor Jean Nicot (*apud* NARDI, 1996), então embaixador da França, o conheceu. Sabendo que a planta supostamente curava enxaquecas, mal que atingia com freqüência a rainha Catarina de Médicis, ele teve a idéia de lhe mandar. A rainha começou a pitar e a história não diz se foi curada, mas por imitação os nobres da corte começaram a fazer o mesmo; a moda passou para a corte de outros países e, aos poucos, abrangeu toda a população.

Nardi (1996) comenta que o fumo era conhecido na França pelo nome de *Herbe à la Reine* ou *Petum*, nome da planta na língua tupi dos índios brasileiros, e Lonitzer deu-lhe em 1565, em homenagem a Nicot, o nome científico de *Nicotiana* que todos os botânicos adotaram. Salienta-se assim a importância do Brasil na difusão do fumo pelo mundo, mas também o papel fundamental de Jean Nicot. Graças a ele, o uso do fumo expandiu-se nas cortes da França e das nações européias, e abriu um vantajoso mercado à planta mágica dos índios americanos. Contudo, o fumo nem sempre foi aceito. Teve seus oponentes, dos quais Jaime I, rei da Inglaterra (1556-1625), foi o mais conhecido. Mas nenhuma proibição pôde impedir o consumo que nunca parou de se desenvolver.

A procura do fumo na Europa induziu a pressa dos negociantes das colônias e das metrópoles, “para conseguir o tão cobiçado produto”, ocupando um lugar

especial na colonização: foi um elemento essencial do estabelecimento do exclusivo metropolitano.

Desde os primeiros contatos, os marinheiros e soldados receberam dos índios o fumo, assim como arcos, flechas etc. Com a instalação dos primeiros colonos, o escambo estendeu-se aos mantimentos. Os produtos de Portugal chegavam em quantidade insuficiente e foram os índios que forneceram os gêneros indispensáveis ao sustento dos portugueses: mandioca, milho, frutas, carne etc. (NARDI, 1996),

No final do século XVI, o tabaco era muito consumido pelos colonos (mamelucos e portugueses) no Brasil e sua produção era feita, pelos colonos, nas hortas juntamente com produtos alimentícios.

Boeira (2002, *apud* CARVALHO, 2006, p.23) faz relatos que demonstram a cultura nesta época do tabaco e vem confirmar esta hipótese descrevendo:

[...] as hortas do Brasil nas quais se cultivavam “cenouras, cardos, berinjelas, pepinos, balancias, abóboras [...] tabaco, a que dão o nome de erva santa em Portugal e, sobretudo melões em abundância”. Por outro lado, a associação de produtos alimentícios e fumo sempre existiu no Brasil. A passagem do fumo do quintal para a roça, fez-se provavelmente com rapidez. Com efeito, substituindo os índios, os colonos passaram a abastecer diretamente não só os marinheiros e soldados como também os homens de negócio à procura desta planta ainda rara que provocava na Europa, sobretudo depois de 1560, um entusiasmo sem precedente.

Sua produção em escala comercial se iniciou na Virgínia, na América do Norte, região de terras próprias e clima favorável a esta cultura. Rapidamente a produção cresceu. Em 1610, produziu-se uma tonelada e, em 1775, este montante saltou para 46.000 toneladas.

Simultaneamente se passou a cultivar o tabaco em quase todas as regiões do mundo. Mas eram principalmente as colônias que produziam a maior parte do que era consumido no mundo (NARDI, 1996).

### 3.4.2 O fumo no Brasil

No Brasil, o surgimento da cultura do fumo em escala comercial se iniciou com a intenção de abastecer o comércio europeu, por volta de 1570. As primeiras

lavouras surgiram na faixa litorânea, na região de Salvador e Recife. Nesta época não era considerada uma cultura economicamente importante. O tabaco era plantado em pequenas hortas, junto com outras verduras e legumes. Mais tarde, quando passa a ter maior volume comercial, o fumo vai ganhando espaço na roça, ao lado da mandioca, do milho e do feijão. Fica assim, lado a lado na disputa com os principais produtos alimentícios (NARDI, 1996).

<b>FUMICULTURA BRASILEIRA</b>				
<b>IMPORTÂNCIA SOCIAL</b>				
<b>Safra: 2007/08</b>				
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>EMPREGOS</b>		<b>TOTAL</b>	<b>%</b>
	<b>Diretos</b>	<b>Indiretos</b>		
<b>Lavoura</b>	925.000		925.000	<b>38,5</b>
<b>Indústria</b>	35.000		35.000	<b>1,5</b>
<b>Diversos</b>		1.440.000	1.440.000	<b>60,0</b>
<b>TOTAL</b>	<b>960.000</b>	<b>1.440.000</b>	<b>2.400.000</b>	<b>100</b>

Figura 1 – Fumicultura brasileira – importância social

Fonte: AFUBRA, 2009.

### 3.4.3 Introdução do Fumo em Santa Catarina

Santos (1998), em seu livro: “Estação Agronômica e Veterinária do Estado: (1895 – 1920): uma abordagem histórica sobre o início da pesquisa agrícola em Santa Catarina”, citando Ferreira da Silva (1972), destaca que, por volta de 1850, entre os imigrantes alemães, havia um charuteiro, que o autor considera fator decisivo na introdução do fumo naquela região (Blumenau). Contudo, Dall’Alba (1990, *apud* SANTOS, 1998), discorda da opinião de Ferreira da Silva e enfatiza que a introdução da cultura do fumo em Santa Catarina se deu não por alemães, mas pelos italianos.

Na análise de Dall’Alba (1990, *apud* SANTOS, 1998), os italianos que naquela época chegaram a Blumenau tiveram a vantagem de ali encontrarem a Colônia já implantada, em franco progresso, com sistema viário, organização comercial e política.

Ainda com respeito à introdução e ao cultivo de fumo, os dados de Pellizzetti

(1981, *apud* SANTOS, 1998) corroboram com Dall’Alba. Segundo ele, os italianos sempre se destacaram nesta produção.

Eles produziam e os negociantes alemães compravam e exportavam para Alemanha.

#### 3.4.4 A Fumicultura em Irineópolis (SC)

A história da fumicultura no município inicia com a Souza Cruz, empresa subsidiária da multinacional *British American Tobacco* (BAT) e pioneira no sistema de integração na região. Dois pontos alavancaram a cultura:

- a) contratação dos filhos de agricultores locais para atuarem como instrutores, que tinham como função prestar assistência técnica aos produtores e controlar o andamento das lavouras;
- b) concessão de empréstimos para construção de estufas, para compra de insumos entregues diretamente na casa do agricultor e a garantia de compra no final da safra (CARVALHO, 2006, p.23).

Com o sucesso das primeiras lavouras o número de interessados foi aumentando.

No entanto, como o fumo era pago em parcela única, a quantia em dinheiro recebida no final da safra representava um montante muito superior àquele recebido pela venda de outros produtos, o que também pesou positivamente na aceitação da nova cultura agrícola (PAULILO, 1990; SILVA, 1999 *apud* CARVALHO, 2006 p 23).

No ano de 2008, a região de Irineópolis foi responsável por 1.800 ha plantados, com uma produtividade média de 2.200kg/ha, englobando 580 produtores, o que corresponde a 58% do total de produtores do município. (AFUBRA, 2008).

### 3.4.5 A Relação Agricultura Familiar e a Fumicultura

No princípio da vida do homem sobre a terra, ele extraía da natureza somente o necessário para os seus viveres e de sua família, eram totalmente dependentes daquilo que a terra lhe proporcionava e não exigia mais do que o necessário a sua sobrevivência.

A agricultura familiar ao longo do tempo foi se organizando e modificando sua produção, de acordo com o desenvolvimento da sociedade; com isso, houve uma alteração no espaço natural.

Presentemente, devido ao progresso da tecnologia, ou seja, a modernização dos processos agrícolas, que facilitou e propiciou maior rendimento da produção, os agricultores se integraram às indústrias e preferem produzir o que lhe dá mais lucro e que tenha sua produção garantida pela indústria como é o caso do fumo.

A maneira como a produção familiar se desenvolve está submetida às regras do capital, sendo assim, ela está inserida nas relações capitalistas de produção.

Uma das primeiras culturas agrícolas com finalidade comercial a se desenvolver no município de Irineópolis, Santa Catarina, foi o fumo. Assim sendo, a produção do fumo se desenvolveu na pequena propriedade rural na qual há a utilização da mão-de-obra familiar assim como as demais culturas agrícolas.

A região do planalto norte de Santa Catarina destaca-se como a segunda maior área produtora de fumo do Estado, sendo formada por pequenos agricultores familiares, integrados a grandes agroindústrias fumageiras. Esta integração modificou a situação socioeconômica dos produtores rurais da região, levando-os da agricultura familiar-artesanal a uma agricultura familiar-empresarial<sup>5</sup> (ALTMANN, 1997 *apud* CARVALHO, 2006, p.32).

O Brasil é o maior exportador de tabaco em folhas e o segundo produtor mundial de tabaco, concentrando a maior parte da produção na região sul do país, onde se localiza cerca de 92,7% da área nacional cultivada por famílias que possuem pequenas propriedades (DESER, 2009).

O princípio de cultivo do fumo tem causado profundas transformações na

---

<sup>5</sup> Produção de base familiar que se especializa, em poucas produções e na qual há nítida separação entre o orçamento familiar e o das atividades agrícolas.

dinâmica produtiva dos agricultores familiares da região de Irineópolis - SC, gerando efeitos indesejáveis tanto econômicos quanto sociais e ambientais, não sendo capaz de proporcionar um desenvolvimento sustentável. Este sistema é insustentável por estar pautado no modelo de “modernização” da agricultura, com a maciça utilização de insumos indústrias, agrotóxicos e crédito subsidiado.

A agroindústria fumageira unifica as técnicas de produção do fumo e ao pacote tecnológico, a opressão da mão-de-obra e dos meios de produção do agricultor. Neste sistema, as empresas fornecem os insumos e garantem o crédito, a assistência técnica e a compra da produção de acordo com os seus sistemas de classificação do produto. Porém, não remuneram o trabalho.

Segundo Cabral (1997, *apud* CARVALHO, 2006, p.131):

[...] o valor recebido pelos produtores rurais após a classificação e comercialização do fumo, tem permanecido em patamares muito baixos, produzindo a descapitalização progressiva dos mesmos. Este processo de descapitalização do fumicultor também é demonstrado por Henning (1975), em sua ‘análise descritiva do custo e suas relações de produção de fumo em folha’.

Outro trabalho, destacado em sua monografia por Carvalho (2006), com enfoque mais qualitativo, foi realizado por Sauer (1976), no qual, apoiado nos trabalhos de Henning (1975) citados por Carvalho (2006, p.123) enfatiza que o processo de descapitalização do fumicultor faz com que ele se torne um assalariado rural das empresas capitalistas.

Contudo, para Meyer (1993, *apud* CARVALHO, 2006, p.131), o que ocorre é uma pauperização do produtor de fumo: A hipótese de descapitalização da propriedade pode ocorrer. No entanto, parece mais evidente que esteja acontecendo uma pauperização crescente do produtor agrícola:

[...] o que está se restringindo é exatamente o consumo necessário à reprodução da força de trabalho, no qual se incluem reparos com habitação, aquisição de roupas e outros produtos comprados no mercado. Isso porque os ‘insumos’ são financiados pelas empresas e pagos, obrigatoriamente, no final da safra através de descontos no pagamento do produto.

Conforme Paulilo (1990, *apud* CARVALHO, 2006, p.131):

[...] o processo produtivo do fumo absorve grande efetivo de mão-de-obra.

No período mais intensivo, que é a colheita, calcula-se que sejam necessárias de quatro a seis pessoas trabalhando em tempo integral para dar conta de colher dois hectares.

A exploração da mão-de-obra é uma das principais características da fumicultura, iludindo o agricultor, fazendo-o acreditar que o seu trabalho está sendo remunerado, pois como as pequenas propriedades agrícolas não operam as mesmas leis de uma empresa capitalista, em seu custo de produção não é incluído lucro médio e renda.

Neste sentido, cabe ressaltar considerações feitas por Meyer citado por Carvalho (2006, p.102) sobre o limite para a produção agrícola não capitalista:

Este valor será, regra geral, superior ao preço da produção por predominar o elemento 'trabalho vivo' [...] mas mesmo assim, a exploração dos camponeses [...] se reproduz na medida que o limite para essa exploração não se encontra no lucro médio, nem na necessidade de uma renda da terra; mas conforme o trabalho que se atribui a si mesmo, depois de deduzir o que constitui o custo de produção.

Enquanto o preço do produto o cubra, cultivará suas terras, reduzindo não poucas vezes seu salário até o limite estritamente físico (MEYER, 1993, *apud* CARVALHO, 2006, p.108).

No caso da fumicultura, ocorre um processo semelhante. A finalidade básica da produção agrícola é a reprodução da sua condição de agricultor de base familiar, com condições de garantir a sua manutenção e da propriedade.

A estrutura de funcionamento das unidades de produção familiar, segundo Lamarche (1998, *apud* MAREK, 2008), está pautada no tripé: terra, trabalho e reprodução familiar.

Segundo Wanderley (1996, p.27), “[...] a família define estratégias que visam, ao mesmo tempo, assegurar sua sobrevivência imediata e garantir a reprodução das gerações subseqüentes”.

Comparando-se com as empresas capitalistas, pode-se inferir a idéia de que, em uma primeira análise da racionalidade da agricultura familiar está a necessidade de sua reprodução social; este aspecto é ratificado tanto por Lamarche (1998, *apud* MAREK, 2008) quanto por Wanderley (1996).

Contudo, para manter seu processo produtivo e garantir cidadania à sua

família, o agricultor necessita investir em meios de produção que são obtidos através do crédito, subordinando esta unidade agrícola ao capital financeiro. Conforme análise de Meyer a respeito do capital financeiro:

O crédito, através das diferentes funções que assume, consegue conjugar os baixos rendimentos, obtidos pelos produtores com a venda do fumo, com a compra de seus meios de produção e de seus meios de vida, de tal maneira que a manutenção da unidade de produção agrícola, possa se efetivar através do nível mínimo de subsistência e, ao mesmo tempo, garantir a continuidade do fornecimento de matéria-prima, mantendo a relação de subordinação entre esta unidade de produção e a agroindústria (MEYER, 1993, *apud* CARVALHO, 2006 p.30).

Kautsky (*apud* CARVALHO, 2006, p.131) em sua obra clássica intitulada “A questão agrária”, escrita em 1898, analisa o avanço das relações capitalistas no campo, enfatizando a dissolução da indústria camponesa em detrimento do avanço tecnológico e da crescente necessidade de “ganhar dinheiro”, em espécie e não mais em mercadorias:

A família camponesa [...] constituía uma sociedade econômica bastando-se inteiramente, ou quase inteiramente, a si mesma, uma sociedade que não apenas produzia os seus gêneros alimentícios, mas também construía a sua casa, os seus móveis e utensílios [...] curtiá peles, preparava o linho e a lã, confeccionava as suas roupas, etc. O camponês ia certamente ao mercado, mas unicamente para vender o sobejo do que produzia, e apenas comprava o supérfluo, exceto o ferro que empregava, aliás na menor quantidade possível. Do resultado do mercado poderiam depender a sua abastança e o seu luxo, mas nunca a sua existência [...] Quanto mais [...] se desagrega a indústria doméstica a que se dedicava primitivamente o camponês, tanto mais aumenta a sua necessidade de dinheiro, não apenas para a compra de coisas dispensáveis e mesmo supérfluas, mas também para a compra de coisas necessárias. Ele não pode mais lavrar a sua terra, não pode mais prover a sua manutenção sem dinheiro.

A análise da atual situação que se encontram os fumicultores integrados à agroindústria fumageira, nos remete ao século XIX na Europa, onde os trabalhadores eram explorados, alienados e expropriados de sua essência como pessoa humana, vendendo sua força de trabalho, em jornadas exaustivas e, apesar de detentores da terra e de parte do processo produtivo, se sujeitam aos desmandos das empresas capitalistas, sofrendo tanto injustiça social quanto os pobres operários daquela época.



Figura 2 – Cadeia produtiva do tabaco  
Fonte: AFUBRA, 2009.

Atualmente, o sistema econômico dominante - voltado para a competitividade, intensificação da produção, aumento da produtividade, integração à indústria, provocou uma ruptura do rural (espaço social) e o agrícola (sistema de produção), reduzindo a agricultura à produção e perdendo de vista sua dimensão social.

Segundo Jara (2001, *apud* CARVALHO, 2006, p.131):

Será através de um desenvolvimento sustentável que se poderá minimizar os efeitos catastróficos oriundos do atual modelo econômico: o desenvolvimento sustentável surge como proposta de revisão das relações socioeconômica-cultural-ambiental [...] tendo em vista um desenvolvimento democrático, produtivo, incluyente, descentralizado e solidário [...] consistindo na capacidade de uma sociedade em eliminar as privações de liberdade que bloqueiam o acesso às oportunidades [...] Isso será possível se houver o fortalecimento do capital social, enriquecido de solidariedade e cooperação.

Para tanto se faz necessária a construção de um modelo sócio-interacionista, no qual os agricultores possam identificar-se com sua realidade, possibilitando ações coletivas em prol de um ideário comunitário e local, integrando, efetivamente, o conhecimento científico e a experiência prática, aliada à liberdade de iniciativa.

Assim deve-se priorizar a sustentabilidade do ser humano, para que ele possa exercer plenamente sua cidadania, com condições mínimas a serem atendidas.

O fumo no Brasil caracteriza-se pela grande utilização de mão-de-obra familiar, representando 92% do total de agricultores envolvidos no processo de produção. Apenas 8% dos trabalhadores na cultura são contratados e em sua

grande maioria de forma eventual (SCHUCH, 2003, apud BONATO, 2007, p.11).

O produtor familiar, temendo a sua eliminação no mercado se viu obrigado a seguir as orientações ditadas pelas grandes empresas no sentido de produziram mais e com qualidade, utilizando novas técnicas, tornando-os dependentes do fornecimento dessas técnicas e de insumos necessários ao plantio.

Desta forma Etges (1991, p.120), esclarece que:

O processo de dependência e subordinação às empresas fumageiras começa com o início do ciclo produtivo, quando os instrutores das empresas visitam os agricultores tentando convencê-los a plantar fumo para as empresas que representam. O vínculo se concretiza com um pedido de financiamento feito pelos produtores para a compra de sementes, insumos e defensivos, quando então se estabelece um pacto entre o agricultor e a empresa, onde a empresa se compromete a fornecer assistência técnica e os insumos necessários e o produtor compromete-se a lhe 'entregar' a sua produção.

Na análise de Etges (1991) o produtor rural quando opta à integração com as empresas fumageiras e que anteriormente produzia hortaliças, grãos, entre outros produtos alimentícios, por não ter seus produtos valorizados na hora da venda, ponderara estar adotando uma cultura rentável. Assim não percebe que no final da safra também lhe rende muito pouco, pois a maioria não contabiliza os custos com a mão-de-obra e nem a dependência de gastos com insumos externos (fertilizantes, agrotóxicos, mudas, construção de estufas, entre outros).

É importante observamos que muito embora existam esforços para que os pequenos proprietários de fumo façam sua transição para outras atividades produtivas como é o caso da bovinocultura de leite, a área colhida em 2008 e a perspectiva para 2009 possui um aumento de 2,6% conforme dados GCEA/IBGE (2008).

#### 3.4.6 Aspectos Negativos da Fumicultura que Estão Levando os Produtores a Procurar Outras Alternativas de Produção

Nos três estados do Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), na safra 96/97, foram cultivados 310.290 hectares de fumo por 209.560 produtores, que

se utilizaram de 122.170 estufas. Para secar as folhas de fumo, cada estufa consome (queima) cerca de 49 m<sup>3</sup> de lenha por ano. Para obter a lenha queimada em cada estufa, quando o proprietário não possui floresta plantada de espécie exótica, é necessário desmatar uma área de Mata Atlântica equivalente a um campo de futebol a cada ano. Ou ainda, para cada 300 cigarros fabricados é necessário queimar uma árvore da Mata Atlântica (PROCHNOW; SCHÄFFER, 1998, p.4).

No artigo de Prochnow e Schäffer (1998, p.4) os autores afirmam:

De acordo com levantamento da Fundação SOS Mata Atlântica e INPE-Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, foram desmatados 70.065 ha no período 90/95, em Santa Catarina, equivalente a 2,7 campos de futebol por hora, 24 horas por dia. Ainda, segundo a Fundação SOS Mata Atlântica, a fumicultura juntamente com a expansão urbana e os assentamentos agrícolas são os principais responsáveis por esse desmatamento. A atividade da fumicultura entra nessa estatística com o efeito formiguinha, ou seja, muitos pequenos desmatamentos, que somados somam milhares de hectares por ano, deixando muitos fumicultores à beira do colapso da atividade à medida que as áreas florestais dos seus imóveis vão se esgotando.

### 3.4.7 Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco

#### 3.4.7.1 A proposta da Convenção-Quadro

Em 1999, durante a 52<sup>a</sup> Assembléia Mundial da Saúde, os países membros das Nações Unidas propuseram a adoção do primeiro tratado internacional de saúde pública da história da humanidade: a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Foram mais de quatro anos de elaboração do documento. Em 2003, o documento foi adotado por unanimidade pelos 192 Estados-Membros da Organização Mundial da Saúde (OMS), durante a 56<sup>a</sup> Assembléia Mundial da Saúde.

O tratado não substitui as ações nacionais e locais para o controle do tabaco de nenhum país.

O objetivo principal é preservar as gerações presentes e futuras das

conseqüências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas do consumo e da exposição à fumaça do tabaco.

Entre outras as obrigações da Convenção-Quadro destacam-se: a elaboração e atualização de políticas de controle do tabaco em conformidade com a Convenção; o estabelecimento de um mecanismo de coordenação nacional e cooperação com outras partes; e a proteção das políticas nacionais contra os interesses da indústria do tabaco. Bonato (2007, p.12) sugere a implementação de importantes medidas:

**Redução da demanda por tabaco:** aplicação de políticas tributárias e de preços; proteção contra a exposição à fumaça do tabaco em ambientes fechados; regulamentação dos conteúdos e emissões dos produtos derivados do tabaco; divulgação de informações relativas a estes produtos; desenvolvimento de programas de educação e conscientização sobre os malefícios do tabagismo; proibição da publicidade, promoção e patrocínio; implementação de programas de tratamento da dependência de nicotina.

**Redução da oferta de produtos do tabaco:** eliminação do contrabando; restrição ao apoio e aos subsídios relativos à produção e à manufatura do tabaco.

**Proteção ao meio ambiente:** na implementação da Convenção, as partes devem observar a proteção da saúde das pessoas e do meio ambiente.

**Responsabilidade civil:** inclusão das questões de responsabilidade civil e penal nas políticas de controle do tabaco, bem como estabelecimento das bases para a cooperação judicial nessa área.

**Cooperação técnica, científica e intercâmbio de informações:** elaboração de pesquisas nacionais relacionadas ao tabaco e seu impacto sobre a saúde pública; coordenação de programas de pesquisas regionais e internacionais; estabelecimento de programas de vigilância do tabaco; cooperação nas áreas jurídica, científica e técnica. (grifos no original).

Até junho de 2004, prazo para a fase de assinaturas do tratado, constatou-se a participação de 168 países. Em novembro de 2004, o tratado alcançou a marca de 40 ratificações, entrando em vigor no dia 27 de fevereiro de 2005. A partir daí, ficou definida a realização da primeira Conferência das Partes (COP) para fevereiro de 2006 (BONATO, 2007).

#### 3.4.7.2 A Participação do Brasil na Convenção-Quadro

O Brasil participou de todo o processo da Convenção-Quadro, tendo papel de destaque no processo de elaboração e de negociação do tratado (foi o segundo país a assinar o documento final). Para subsidiar o governo brasileiro no processo de

negociação da Convenção-Quadro, foi criada a Comissão Nacional para o Controle e Uso do Tabaco através do Decreto nº 3136, de 13/08/99. A tramitação no Congresso Nacional teve início em 27 de agosto de 2003, com a apresentação do texto oficial durante o Seminário Internacional sobre a Convenção-Quadro, organizado pela Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados.

A Convenção-Quadro foi aprovada por unanimidade na Câmara dos Deputados no mês de maio de 2004, em caráter de urgência. O tratado começou a se tornar polêmico em setembro do mesmo ano, através de publicações na imprensa por parte da Afubra (Associação dos Fumicultores do Brasil), com informações sobre supostas implicações negativas da ratificação da Convenção para a economia nacional. Em função da pressão por parte das indústrias e de algumas representações de agricultores, o Senado Federal promoveu diversas audiências públicas, em Brasília, na Bahia e nos três estados da região Sul. Neste processo, em apoio à ratificação da Convenção tiveram importante papel diversas organizações da sociedade civil, como a Rede Tabaco Zero, a Sociedade Brasileira de Oncologia e a Sociedade Brasileira de Pneumologia, bem como algumas organizações dos agricultores, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL/CUT) e o Departamento de Estudos Sócio-Econômico Rurais. (DESER, 2009).

Igualmente foi decisivo o forte movimento desencadeado pelo Poder Executivo, através da Casa Civil e dos Ministérios da Saúde, do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, das Relações Exteriores e da Fazenda no sentido da ratificação da Convenção-Quadro, que foi aprovada pelo plenário do Senado Federal em 27 de outubro de 2005. O documento elaborado pelos seis ministérios garantia que a Convenção garantia a atividade dos produtores de fumo e se comprometia apoiar aqueles que desejassem investir em outras culturas, lançando o Programa de Apoio à Diversificação Produtiva das Áreas Cultivadas com Fumo.

A convenção quadro prevê a extinção das lavouras? O objetivo da Convenção-Quadro não é extinguir as lavouras de fumo. Não existe no Tratado qualquer menção de proibir os países de plantarem fumo, assim como não há qualquer obrigação da substituição do fumo por outras atividades. O que o tratado reconhece é que nenhum governo pode ignorar o controle do tabagismo como prioridade de saúde pública, uma prioridade social e econômica.

A Convenção-Quadro, em si, não estabelece qualquer prazo para

implantação das suas medidas relacionadas aos agricultores, inclusive para substituição das culturas. O impacto da redução de consumo sobre a produção nacional ocorrerá no médio e longo prazo, tendo impacto especialmente na próxima geração de fumicultores. No entanto, ao se reconhecer os impactos que a redução do consumo trará no longo prazo sobre a demanda de produção, a preocupação com a busca de alternativas economicamente viáveis não pode aguardar a efetivação dos efeitos para buscar de soluções e alternativas, principalmente para o elo frágil da cadeia produtiva, os fumicultores. Essa preocupação está refletida nos artigos 4, 17 e no Preâmbulo da Convenção, que dizem o seguinte:

**Artigo 4º, parágrafo 6º:** Devem ser reconhecidos e abordados, no contexto das estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, a importância da assistência técnica e financeira para auxiliar a transição econômica dos produtores agrícolas e trabalhadores cujos meios de vida sejam gravemente afetados em decorrência dos programas de controle do tabaco, nas Partes que sejam países em desenvolvimento, e nas que tenham economias em transição.

**Artigo 17:** As partes, em cooperação entre si e com as organizações intergovernamentais internacionais e regionais competentes promoverão, conforme proceda, alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores, os cultivadores e, eventualmente, os varejistas de pequeno porte.

**Preâmbulo:** Conscientes das dificuldades sociais e econômicas que podem gerar a médio e longo prazo, os programas de controle do tabaco em alguns países em desenvolvimento ou com economias em transição, e reconhecendo suas necessidades por assistência técnica e financeira no contexto das estratégias de desenvolvimento sustentável formuladas no nível nacional. [grifos no original].

A Conferência das Partes (COP), órgão que governa a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, é formada pelos países que ratificaram o tratado. Tem como objetivos promover, facilitar e acompanhar o processo de implementação do tratado nos países participantes. Conforme estabelece o artigo 23 da Convenção, cabe à COP examinar regularmente a implementação do tratado, tomar as decisões necessárias para promover sua aplicação eficaz, podendo adotar protocolos, anexos e emendas à Convenção.

A primeira sessão da COP foi realizada em Genebra, no período de 6 a 17 de fevereiro de 2006, onde foram discutidos as regras de negociação da COP, o modelo de secretariado, participação das ONGs, financiamento da COP e a eventual negociação de protocolos. O Brasil participou com uma delegação formada por membros da Comissão Nacional para a Implementação da Convenção-Quadro

(CONICQ). A delegação brasileira, nessa primeira Conferência, teve um papel destacado no debate sobre a preocupação com alternativas à cultura do fumo. A partir disso, foi aprovada uma resolução que cria um Grupo de Estudos, no âmbito da COP, que, com os seguintes objetivos: a) avaliar o status das alternativas economicamente viáveis existentes para a fumicultura; b) recomendar mecanismos para avaliar o impacto da Convenção-Quadro nos trabalhadores na indústria, fumicultores e, caso pertinente, varejistas de pequeno porte; c) avaliar políticas efetivas para apoiar o processo de transição, levando em consideração as pesquisas sobre diversificação; d) recomendar iniciativas rentáveis de diversificação.

### 3.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO LEITEIRA

A pecuária leiteira é um importante setor da agricultura brasileira e também da economia nacional. Seja devido ao seu caráter de segurança alimentar, sendo o leite, um alimento completo, ou pela quantidade de divisas geradas em toda a cadeia produtiva, em especial, para os produtores. Cerca de 75% das propriedades leiteiras do Brasil pertencem a agricultores familiares, MARCONDES, 2007). Nesse sentido, para manter o homem no campo, proporcionando-lhes renda suficiente para garantir uma vida digna a toda sua família, se torna imprescindível o equacionamento de problemas que envolvam a atividade leiteira, por meio da geração e/ou adaptação de tecnologias e conhecimentos que possam fomentar esse processo de desenvolvimento global, objetivando a estabilidade e reprodutibilidade das unidades agrícolas familiares que desenvolvem a pecuária leiteira.

A última década e, em especial os últimos cinco anos, foram caracterizados por alta seletividade no setor, sendo esses tempos muito difíceis para os produtores. A atividade perdeu milhares de produtores, principalmente os pequenos, que viram sua atividade se tornar inviável diante da nova realidade de mercado global e acabaram trilhando o caminho da clandestinidade, com o leite informal, ou migraram para as áreas urbanas e estão vivendo em condições precárias de vida. Entretanto, para frear o processo de expulsão do homem do campo, tem-se na pecuária leiteira forte possibilidade de reverter esse processo, já que era a atividade mais representativa em termos de renda aferida pelos produtores rurais, correspondendo

a 13,3% do Valor Bruto da Produção total dos agricultores familiares (GUANZIROLI; CARDIM, 2000).

### 3.5.1 A Produção de Leite no Estado de Santa Catarina

Sobre o cenário da produção de leite no estado de Santa Catarina, Tabajara Marcondes – EPAGRI/CEPA – I (2007 p. 32) fez a seguinte colocação durante o Seminário Territorial da Cadeia Leite no Planalto Norte Catarinense.

A partir do início dos anos noventa, o setor leiteiro de Santa Catarina passou a ser fortemente influenciado pelo contexto nacional e internacional.

Essa influência se deu especialmente, pela combinação de três aspectos: 1) o Governo federal deixou de tabelar os preços do leite; 2) o Brasil reduziu tarifas e liberou as importações para o setor privado; 3) foi iniciado o processo de constituição do Mercosul (o Brasil passou a ser um mercado importante para a Argentina e Uruguai, exportadores de lácteos). Além disso, outras mudanças significativas também impactaram sobre o setor conforme expõe Marcondes (2007, p.3):

- O sistema de cooperativas centrais de leite entrou em crise em vários Estados e perdeu espaço no mercado nacional;
- Poucas empresas, especialmente multinacionais, passaram a dominar o mercado;
- Aumentou a concentração e o poder do varejo na formação dos preços;
- Aumentou a produção de alguns Estados com pouca tradição na atividade leiteira;
- O consumidor passou a ser mais informado e exigente;
- Aumentou a diferenciação de produtos lácteos e cresceu a participação do leite “longa-vida” no mercado de lácteos, que passou a ter grande influência na formação do preço do leite aos produtores;
- As taxas de inflação deixaram de oscilar substancialmente;
- A taxa cambial ora facilita ora dificulta as importações e exportações brasileiras;
- O Governo passou a adotar medidas contra importações consideradas desleais à produção interna;
- Foram iniciadas políticas de pagamento por quantidade e qualidade de leite.

Isso constituiu novos desafios para o setor leiteiro catarinense, que até então, tinha o seu desempenho muito determinado pelo comportamento do mercado estadual de leite pasteurizado do tipo C, e também pelo comércio de queijos

mussarela e prato, nestes casos, além do mercado interno existia também o comércio interestadual.

Com esses novos desafios, em alguns momentos, chegou a se temer muito pelo futuro da cadeia leiteira catarinense, que vinha dando sinais de ter boas possibilidades de desenvolvimento em várias regiões do Estado. Um momento de claras preocupações foi o dos primeiros anos de Mercosul (início dos anos noventa); com a tradição leiteira da Argentina e do Uruguai se formou um forte sentimento que a atividade leiteira brasileira e catarinense seriam fortemente prejudicadas.

Passados quase duas décadas, é possível concluir que os vários elos da cadeia leiteira catarinense e particularmente os produtores foram capazes de superar os vários obstáculos enfrentados.

Isto fica muito bem caracterizado quando são comparados números da produção mundial, brasileira e de alguns Estados importantes produtores, com a produção catarinense. De 1990 a 2005, a produção mundial cresceu menos de 20%, a produção brasileira 69% e a produção catarinense 139%. (MARCONDES, 2007).

### 3.5.1.1 Aspectos produtivos da bovinocultura leiteira

**Tabela 1 - Leite - Produção mundial e dos principais países produtores<sup>6</sup>**

<b>Países</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
União Européia	146,9	145,5	154,5
Índia (1)	95,1	98,4	101,4
EUA	80,3	82,5	83,5
China	32,3	38,4	45,3
Federação Russa	31,1	31,2	31,4
Paquistão	29,7	30,6	31,8
Brasil	24,7	25,5	26,3
Nova Zelândia (2)	14,5	14,9	15,1
Ucrânia	13,7	13,3	13,4
Argentina	10,1	10,8	11,7
Outros países	163,9	165,7	160,2
<b>Mundo</b>	<b>642,3</b>	<b>656,8</b>	<b>674,6</b>

Fonte: FAO (Perspectivas Alimentárias - Junho/07)

(1) Campanha começa em abril do ano indicado.

(2) Campanha termina em maio do ano indicado.

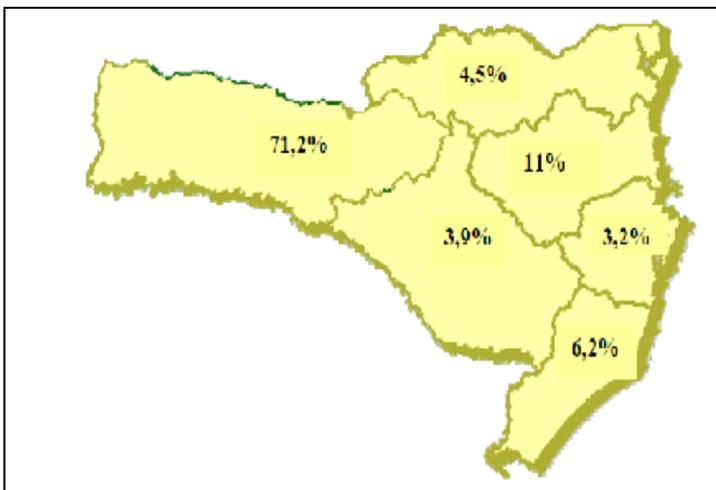
Durante este período, analisando os principais Estados brasileiros produtores

<sup>6</sup> (bilhões de quilos)

de leite, o crescimento de Santa Catarina só não é maior que o estado de Goiás. Ponderando o período de 2001 a 2005, no entanto, Santa Catarina se destaca ainda mais; a produção catarinense aumentou 45%, superando com folga o crescimento verificado em todos os principais Estados produtores de leite do Brasil (MARCONDES, 2007).

Com isto, aumentou sensivelmente a importância econômica e social da produção leiteira em Santa Catarina. O Estado é o sexto produtor nacional; o valor bruto da produção (VBP) do leite ocupa a quarta posição e representa cerca de 7% do VBP da agropecuária catarinense, superado apenas pela suinocultura, avicultura e fumiocultura. Estima-se que mais de 50 mil produtores catarinenses obtenham renda com a comercialização de leite para as indústrias com inspeção federal, estadual, ou municipal, entre outros aspectos (MARCONDES, 2007).

Este processo de crescimento da atividade leiteira tem especial relevância na região oeste do Estado. No período 1990 a 2005, enquanto o crescimento da produção estadual foi de 139%, na região Oeste atingiu 303% e a sua participação na produção de leite do Estado saltou de 42% para 71% (MARCONDES, 2007).



**Figura 3 - Produção de leite – SC. Participação por Região**  
Fonte: IBGE, 2007.

Nos anos mais recentes, também em parte de outras regiões do Estado, a atividade vem se apresentando com uma boa alternativa de renda para os agricultores, com boas possibilidades de expansão (MARCONDES, 2007)

Tabela 2 - Produção brasileira e dos principais estados produtores - 1985/2008

(milhões de litros)					
Estado	1985	1995/96(1)	2000	2007	2008
Minas Gerais	3.772,4	5.499,9	5.865,5	7.308,7	7.694,10
Paraná	919,9	1.355,5	1.799,2	2.568,3	2.903,60
Rio G. do Sul	1.280,8	1.885,6	2.102,0	2.467,6	2.825,10
Goiás	1.055,3	1.830,1	2.193,8	2.648,6	2.913,60
São Paulo	1.810,4	1.847,1	1.861,4	1.744,2	1.844,00
<b>Santa Catarina</b>	<b>603,7</b>	<b>869,4</b>	<b>1.003,1</b>	<b>1.555,6</b>	<b>1.909,80</b>
Bahia	649,0	633,3	724,9	890,2	975,8
Pará	122,7	287,2	380,3	697,0	791,1
Rondônia	47,3	343,1	422,3	692,4	787,4
Pernambuco	308,4	406,6	292,1	526,5	830,3
Outros	2.276,6	2.973,5	3.122,5	3.921,8	4.543,40
<b>Brasil</b>	<b>12.846,4</b>	<b>17.931,2</b>	<b>19.767,2</b>	<b>24.620,9</b>	<b>28.018,20</b>

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários de 1985 e de 1995-96 e Produção Pecuária Municipal.

(1) Período de 1/8/95 a 31/7/96.

### 3.5.2 Produção Leiteira de Santa Catarina

Sobre o cenário da produção de leite no estado de Santa Catarina, Tabajara Marcondes – EPAGRI/CEPA – I (2007 p. 32) fez a seguinte colocação durante o Seminário Territorial da Cadeia Leite no Planalto Norte Catarinense.

A partir do início dos anos noventa, o setor leiteiro de Santa Catarina passou a ser fortemente influenciado pelo contexto nacional e internacional. Essa influência se deu especialmente, pela combinação de três aspectos: 1) o Governo federal deixou de tabelar os preços do leite; 2) o Brasil reduziu tarifas e liberou as importações para o setor privado; 3) foi iniciado o processo de constituição do Mercosul (o Brasil passou a ser um mercado importante para a Argentina e Uruguai, exportadores de lácteos). Além disso, outras mudanças significativas também impactaram sobre o setor:

- o sistema de cooperativas centrais de leite entrou em crise em vários estados e perdeu espaço no mercado nacional;
  - poucas empresas, especialmente multinacionais, passaram a dominar o mercado;
  - aumentou a concentração e o poder do varejo na formação dos preços;
  - aumentou a produção de alguns Estados com pouca tradição na atividade leiteira;
  - o consumidor passou a ser mais informado e exigente;
- aumentou a diferenciação de produtos lácteos e cresceu a participação do leite 'longa-vida' no mercado de lácteos, que passou a ter grande influência na formação do preço do leite aos produtores;
- as taxas de inflação deixaram de oscilar substancialmente;
- a taxa cambial ora facilita ora dificulta as importações e exportações brasileiras;
- o governo passou a adotar medidas contra importações consideradas desleais à produção interna;
  - foram iniciadas políticas de pagamento por quantidade e qualidade de leite.

Isso significou novos desafios para o setor leiteiro catarinense, que até então, tinha o seu desempenho muito determinado pelo comportamento do mercado estadual de leite pasteurizado do tipo C, e também pelo comércio de queijos mussarela e prato, nestes casos, além do mercado interno existia também o comércio interestadual.

Com esses novos desafios, em alguns momentos, chegou a se temer muito pelo futuro da cadeia leiteira catarinense, que vinha dando sinais de ter boas possibilidades de desenvolvimento em várias regiões do Estado. Um momento de claras preocupações foi o dos primeiros anos de Mercosul (início dos anos noventa); com a tradição leiteira da Argentina e do Uruguai se formou um forte sentimento que a atividade leiteira brasileira e catarinense seriam fortemente prejudicadas.

Passados quase duas décadas, é possível concluir que os vários elos da cadeia leiteira catarinense e particularmente os produtores foram capazes de superar os vários obstáculos enfrentados.

### 3.5.3 Produção Leiteira no Município de Irineópolis (SC)

#### 3.5.3.1 Evolução da cadeia leiteira no município

A cadeia leite no município de Irineópolis está em crescimento. Hoje há o maior número de produtores que já foi registrado: aproximadamente 120 famílias de produtores, de um total de 1.147 propriedades rurais. Estas famílias contam com um rebanho estimado de 1300 vacas de leite, que produzem mais de 277.000 litros/mês. Somente nos último dois anos, foram financiadas mais de 400 vacas no município, através de projetos de investimento.

Segundo os entrevistados, em geral, os produtores de leite são os que vivem bem no meio rural e é uma atividade que dá para conciliar com a proposta de redução da área cultivada de fumo.

### 3.5.3.2 Dificuldades atuais

Falta um trabalho de prevenção com um médico veterinário público. Não existe um trabalho sistemático, pró-ativo, como política pública para estímulo á produção leiteira. Falta conhecer a capacidade de absorção desse produto pelo mercado. O preço do leite no último ano também não estava estimulante. Falta de organização.

Neste cenário o principal desafio é identificar aqueles que têm vocação para a atividade e desenvolver trabalhos sistemáticos com este público para auxiliar na estruturação da atividade na propriedade.

## 3.6 PLANEJAMENTO VOLTADO À SUSTENTABILIDADE

Segundo a definição descrita pelo Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, *apud* SILVA; SANTOS, 2002, p.26) “[...] o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades”.

De acordo com Silva e Santos (2002) a CMMAD foi instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1983, e tem por finalidade a criação de propostas para harmonizar as questões relacionadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento das gerações.

Para Dias (2006, p.39) “[...] o desenvolvimento sustentável nas organizações apresenta três dimensões: a econômica, a social e a ambiental”.

O desenvolvimento sustentável não é um estado de harmonia fixo, mas um processo de mudança pelo qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação dos progressos tecnológicos e a modificação das instituições concordam com as necessidades tanto presentes como futuras (CAPORAL; COSTABEBER, 2007, p.28).

Ao relacionar desenvolvimento sustentável no âmbito econômico, pretende-

se analisar se o empreendimento é economicamente viável, se as atividades desenvolvidas geram retorno financeiro. Na relação com a visão social, avalia-se a interação empresa e comunidade, as condições de trabalho, contemplação das diversidades culturais, oferecimento de oportunidades, entre outras. E quanto ao ponto de vista ambiental destaca-se a eco-eficiência da organização na busca da produção limpa, reaproveitamento de recursos, responsabilidade ambiental visando a não contaminação dos recursos naturais. E o mais importante dentro desta visão tridimensional e o equilíbrio dinâmico entre elas (CAPORAL; COSTABEBER, 2007).

Existem quatro componentes essenciais no paradigma do desenvolvimento sustentável, a saber: a equidade, que é a igualdade de oportunidades para todos os seres humanos na sociedade; o caráter sustentável, para que tais oportunidades “passem” de uma geração para a próxima; a produtividade e por fim o empoderamento (que significa o exercício do poder individual de cada ser humano, que leva a crescimento, transformação, unidade, justiça e paz) dos seres humanos, de modo que eles participem, e se beneficiem, do processo de desenvolvimento (HAD *apud* SILVA; SANTOS, 2002, p.27-28).

Dentro desta ótica Herrero (*apud* CAPORAL; COSTABEBER, 2007), o desenvolvimento humano, dentro do âmbito da sustentabilidade, requer um equilíbrio dinâmico entre população, capacidade do meio ambiente e vitalidade produtiva, o que supõe que a capacidade de utilização dos recursos naturais disponíveis não deve ultrapassar a capacidade de regeneração dos mesmos, evitando a degradação ou a própria escassez. É preciso que os recursos sejam preservados para serem contínuos, proporcionando que a produção não cesse e / ou se estagne.

Desta maneira, para Dias (2006), o desenvolvimento sustentável visa estabelecer a conversão ruma à sustentabilidade, de acordo com Khatounian (2001), a partir da reestruturação da propriedade, utilizando rotações de cultura, manejo das culturas e fertilização biológica, manejo adequado e correto dos animais e organização, planejamento e controle do trabalho. Porém, a conversão requer muito trabalho e dedicação, para que a propriedade se transforme em um sistema sustentável.

### 3.6.1 Caracterização da Agricultura Familiar

De acordo com os dados da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) realizada em setembro de 2007, transcritos por Müller, a agricultura familiar gera 77% dos postos de trabalho no campo; respondendo por 60% da comida na mesa dos brasileiros; representando 85% do total dos estabelecimentos rurais (4,1 milhões); 15 milhões de trabalhadores envolvidos diretamente e correspondendo a 10,06% do Produto Interno Bruto (PIB).

De acordo com Olalde (2009), o interesse pela agricultura familiar brasileira se expandiu dos anos 90 em diante, dando ênfase a concepção de políticas públicas voltadas ao setor, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e também proporcionando a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A partir desta visão sistêmica do setor, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

FAO e o INCRA realizaram uma pesquisa a fim de estabelecer diretrizes voltadas ao desenvolvimento sustentável; onde, classificaram os estabelecimentos rurais brasileiros em duas tipologias: patronal – que apresentava distinção entre gestão e trabalho, descentralizada e especializada; e a familiar – gestão e mão de obra essencialmente familiar e atividades diversificadas.

A partir destas informações, percebe-se que a importância do desenvolvimento da agricultura familiar é relevante para assegurar a permanência e sobrevivência da população no meio rural. E só será possível garantir estes fatores se houver um planejamento adequado a realidade, de maneira empreendedora e com finalidade de melhorar a utilização dos recursos disponíveis, minimizando e eliminando custos oriundos das atividades a serem desenvolvidas e maximizando a rentabilidade da propriedade rural, através da agregação de valor aos produtos, a partir de uma administração eficaz e sistêmica.

Perante este aspecto Abramovay (1992), ressalta que o perfil da agricultura familiar permite que a sustentabilidade seja alcançada, pois ela é altamente integrada ao mercado, se apresenta capaz de absorver as tecnologias e responder positivamente as políticas governamentais. O que mais chama atenção, neste contexto, é que a agricultura familiar antes era apenas um modo de vida, que atualmente se converteu em um trabalho profissional.

Com base na realidade e potencial que este setor representa atualmente, é que se diagnostica o quanto o gerenciamento eficaz deste sistema é importante. Ao aplicar um bom planejamento em uma propriedade rural, especificamente da agricultura familiar, observa-se que o principal entrave é a falta de conhecimento, o produtor rural possui a escassez do controle, isto reflete na impossibilidade de planejar a sua produção, controlar o processo produtivo e comprovar se foi rentável ou não.

### 3.7 POLÍTICAS PÚBLICAS UTILIZADAS PELOS PRODUTORES QUE OPTARAM PELA MUDANÇA DE ATIVIDADE FUMO PARA LEITE

#### 3.7.1 Projeto de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PRAPEM/MICROBACIAS 2

O projeto “Desenvolvimento Local Sustentável em Microbacias Hidrográficas de SC” (ou projeto microbacias 2) surgiu em contraponto ao modelo de desenvolvimento econômico setorial (baseado no crescimento dos setores e atividades econômicas) e a tendência a homogeneização cultural e técnico-produtiva promovida pela globalização de mercados, além da crescente percepção das crises ambientais, sociais e econômicas intensificadas pelo processo de modernização da agricultura no Brasil e no mundo (EPAGRI, 2009).

Este projeto é iniciativa do governo de Santa Catarina com apoio do banco mundial, envolve parcerias com prefeituras, universidades, cooperativas, associações de agricultores, ONGs e outras entidades, e vem dar sequência ao projeto microbacias 1, no sentido de oferecer uma alternativa para melhorar a qualidade de vida das famílias rurais (sobretudo das mais excluídas do modelo de desenvolvimento globalizante) (EPAGRI, 2009).

Para isso conjectura diversas atuações apontando aumentar a renda e as oportunidades sociais, culturais e econômicas dos agricultores familiares historicamente marginalizados, além da recuperação, conservação e utilização sustentável dos recursos ambientais (principal objetivo do Projeto Microbacias 1).

Neste contexto a Agroecologia tem sido promovida pelo projeto, e embora não com exclusividade (sistemas convencionais também recebem apoio), tem emergido naturalmente como filosofia e prática preferencial entre agricultores e técnicos. (EPAGRI, 2009).

#### 3.7.1.1 O projeto e o desenvolvimento territorial

A estratégia fundamental do projeto é a promoção da diferenciação territorial e a articulação de ações de desenvolvimento via rede de relações e interações de forças em um espaço no qual se constrói identidades coletivas nas áreas social cultural, econômica, ambiental e política, entre outras. Este processo se baseia na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável e no conceito de territorialidade, em uma agricultura mais aproximada com a natureza e com as questões sociais (além dos objetivos econômicos) (EPAGRI, 2009).

Esta visão corresponde a uma quebra de paradigma, estimulando a participação e a cidadania, a valorização de movimentos sociais ascendentes e o fortalecimento do capital social, além de resgatar a agricultura familiar como um modo de vida (e não só como um negócio) (EPAGRI, 2009).

Entre outros aspectos, reafirma também os princípios da sustentabilidade e da diversidade, as ações endógenas, coletivas e a autonomia nos sistemas agropecuários, justamente as características mais promovidas em sistemas agroecológicos (RESUMOS..., 2007, p.150).

Por isso, o projeto apóia a Agroecologia (via eventos de capacitação e diversas ações de pesquisa e extensão rural), embora não com exclusividade. O principal argumento para isso são os princípios da endogenia, participação, empoderamento local e descentralização de poder, os quais sugerem que a decisão de adotar sistemas agroecológicos ou convencionais devam emergir dos próprios agricultores familiares e dos outros participantes do projeto. A exemplo do projeto microbacias 1, este projeto adota como território base de planejamento e ação as microbacias hidrográficas, o qual foi adaptado para cumprir também os objetivos sociais e econômicos do projeto microbacias 2. Por isso identificou-se áreas de trabalho que combinam parâmetros físicos com sociais, pois em muitos casos o

divisor de águas passava no meio de uma comunidade e não seria adequado “dividir” este sistema social (EPAGRI, 2009).

Nesta concepção, a estratégia metodológica do projeto procura primeiro fortalecer as organizações existentes ou estimular novas organizações entre as comunidades rurais, através da formação de Grupos de Animação (GAM) e da criação de Associações de Desenvolvimento nas Microbacias (ADM) envolvendo todos os atores interessados e, sobretudo o público preferencial do projeto (os agricultores mais marginalizados). Em complementação, o projeto apóia tecnicamente processos participativos de planejamento nos municípios, nas microbacias hidrográficas e nos estabelecimentos rurais. Este apoio é oferecido de várias formas simultâneas, das quais destacamos as seguintes:

Uma complementação financeira para cada duas ADMs contratarem um técnico a ser escolhido por elas (denominado “facilitador”); Auxílio da extensão rural oficial do Estado, através do técnico local da Epagri (chamado animador); Um processo de capacitação (centrado na filosofia e métodos do projeto) oferecido para os agricultores e técnicos, inclusive os animadores e facilitadores. Estes terão a missão de apoiar as famílias rurais e as ADMs na elaboração, gestão e execução dos planos municipais de desenvolvimento, dos planos das microbacias e dos planos dos estabelecimentos agropecuários (RESUMOS..., 2007, p.80).

Esta estratégia procura enfatizar projetos coletivos, grupais e individuais, a produção agroecológica, a construção de processos e produtos diferenciados no território, a agregação de valor e a promoção da educação ambiental. Inclui também a promoção do capital social através da estruturação e fortalecimento (em termos de representatividade e poder deliberativo) dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs), dos Fundos municipais para o desenvolvimento e de outras estruturas organizacionais (como Sindicatos, ONGs e outros atores) que atuem a serviço do desenvolvimento integrado no território (RESUMOS..., 2007).

### 3.7.1.2 A busca dos resultados

O maior avanço é justamente a emergência natural da Agroecologia como a grande prioridade na maioria dos Planos de desenvolvimento das microbacias elaborados até o momento. Isto reforça o argumento de que a estratégia de não “impor” a agroecologia com exclusividade nas ações apoiadas pelo projeto está resultando na emergência endógena da proposta agroecológica. Não queremos dizer que esta estratégia é melhor (ou pior) que a estratégia da exclusividade para a agroecologia, mas apenas realçar que esta perspectiva está emergindo naturalmente como uma das principais demandas sociais (a principal em muitos casos) dos beneficiários e demais participantes do projeto (RESUMOS..., 2007, p.153).

Entre os maiores desafios e limitações, destaca-se na Rev. Bras. de Agroecologia (RESUMOS..., 2007, p.89) a dificuldade da participação dos agricultores mais desfavorecidos e excluídos do processo e modernização. Para contrapor a tradicionalmente limitada participação deste público, acentuada por um processo crescente de “desconfiança histórica”, o projeto está investindo em alternativas pedagógicas que contemplem melhor a questão da linguagem, através do lúdico e de ações especialmente adaptadas para os agricultores menos favorecidos, além das mulheres, jovens, indígenas e outros atores que em geral participam menos.

Outro grande desafio citado em Rev. Bras. de Agroecologia (RESUMOS..., 2007, p.123) do projeto é a mudança da postura institucional, tanto dos técnicos (na maioria formados na visão produtivista e geralmente se enxergando como únicos detentores do conhecimento) como das estruturas gerenciais das empresas participantes (em geral centralizadas e burocratizadas). Uma quebra de paradigmas é normalmente um grande desafio, e neste sentido o projeto está investindo em um intenso programa de capacitação visando promover uma outra formação para estes atores, adequada aos princípios e métodos do projeto (construtivista, participativa e dialética, entre outros aspectos).

### 3.7.1.3 Objetivos do projeto Microbacias 2

Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população rural de Santa Catarina, através da preservação, recuperação e conservação dos recursos naturais, do aumento da renda, das condições de moradia e estimulando uma maior organização e participação no planejamento, gestão e execução das ações (EPAGRI, 2009).

### 3.7.1.4 Área de Atuação do projeto Microbacias 2

O Projeto é desenvolvido em todo Estado de Santa Catarina, e atinge 879 microbacias hidrográficas, o que representa 52% das existentes (EPAGRI, 2009).

### 3.7.1.5 Beneficiados do projeto Microbacias 2

São atendidos pelo Projeto, prioritariamente, os pequenos agricultores familiares com renda de até 2 salários mínimos por mês, empregados rurais e populações indígenas, totalizando 105 mil famílias residentes nas microbacias (EPAGRI, 2009, p. 45).

### 3.7.1.6 Principais metas do projeto Microbacias 2

Descrito em EPAGRI (2009):

1) Em manejo e conservação de recursos naturais:

- a) gestão em três bacias hidrográficas abrangendo uma área de 8,4 mil km<sup>2</sup>;
- b) dois corredores ecológicos abrangendo uma área de 4,2 mil km<sup>2</sup>;

- c) sistemas de coleta de dejetos animais em 16.500 propriedades;
- d) manejo e conservação do solo e água, em 250.000 hectares, beneficiando 50.000 famílias;
- e) implantação de mata ciliar em 2.000 km;
- f) Programa de Educação Ambiental em 1.000 escolas rurais, atingindo 92.850 pessoas entre agricultores, professores e escolares;
- g) Consolidação da Unidade de Conservação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

## 2) Em melhoria de renda

- a) agregação de valor, beneficiando 50.000 famílias;
- b) melhoria do sistema de produção em 40.000 propriedades;
- c) aquisição de insumos e serviços.
- d) em melhoria de habitação
- e) implantação de sistemas de captação, armazenamento e distribuição de água beneficiando 30.000 famílias;
- f) destinação adequada de efluentes domésticos beneficiando 14.500 famílias;
- g) reforma de moradias beneficiando 15.000 famílias.

### 3.7.1.7 Recursos Financeiros do projeto

U\$107,5 milhões, sendo 59% financiado pelo Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e 41% de contrapartida do Estado de Santa Catarina - 6 anos (2002 a 2008)

**Tabela 3 - Recursos Financeiros do projeto**

Subcomponente	Previsto	Realizado	%
Capacitação	3.764.700,00	3.013.187,86	80,04
Educação Ambiental	1.069.800,00	885.868,28	82,81
Extensão Rural	5.545.500,00	5.174.305,13	93,31
Pesquisa e Estudos	3.874.500,00	2.577.347,24	66,52
Administração	4.077.400,00	3.681.355,42	90,24
Monitoramento e Avaliação	2.450.500,00	1.469.418,95	59,96
Gestão Participativa	2.827.600,00	2.120.583,65	75,00
<b>Total Projeto</b>	<b>107.489.600,00</b>	<b>102.616.995,44</b>	<b>95,47</b>

Fonte: Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina - Icepta e Fundação do Meio Ambiente (FATMA) (EPAGRI 2009).

### 3.7.1.8 Executores do projeto

Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural (SDR) (Coordenação), Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri, Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina - Icepa e Fundação do Meio Ambiente (FATMA) (EPAGRI 2009).

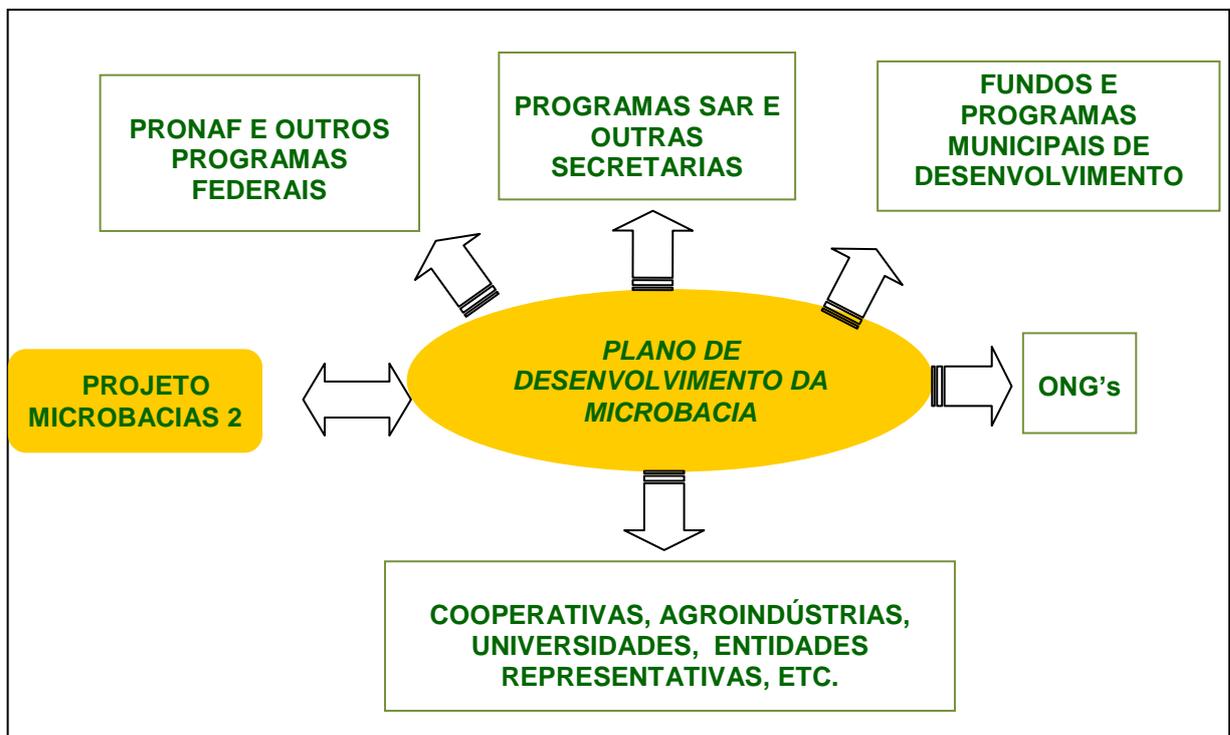
### 3.7.1.9 Parcerias do projeto

Associações, prefeituras, sindicatos, cooperativas, universidades, OnGs, secretarias de estados, agroindústrias, Cidasc.

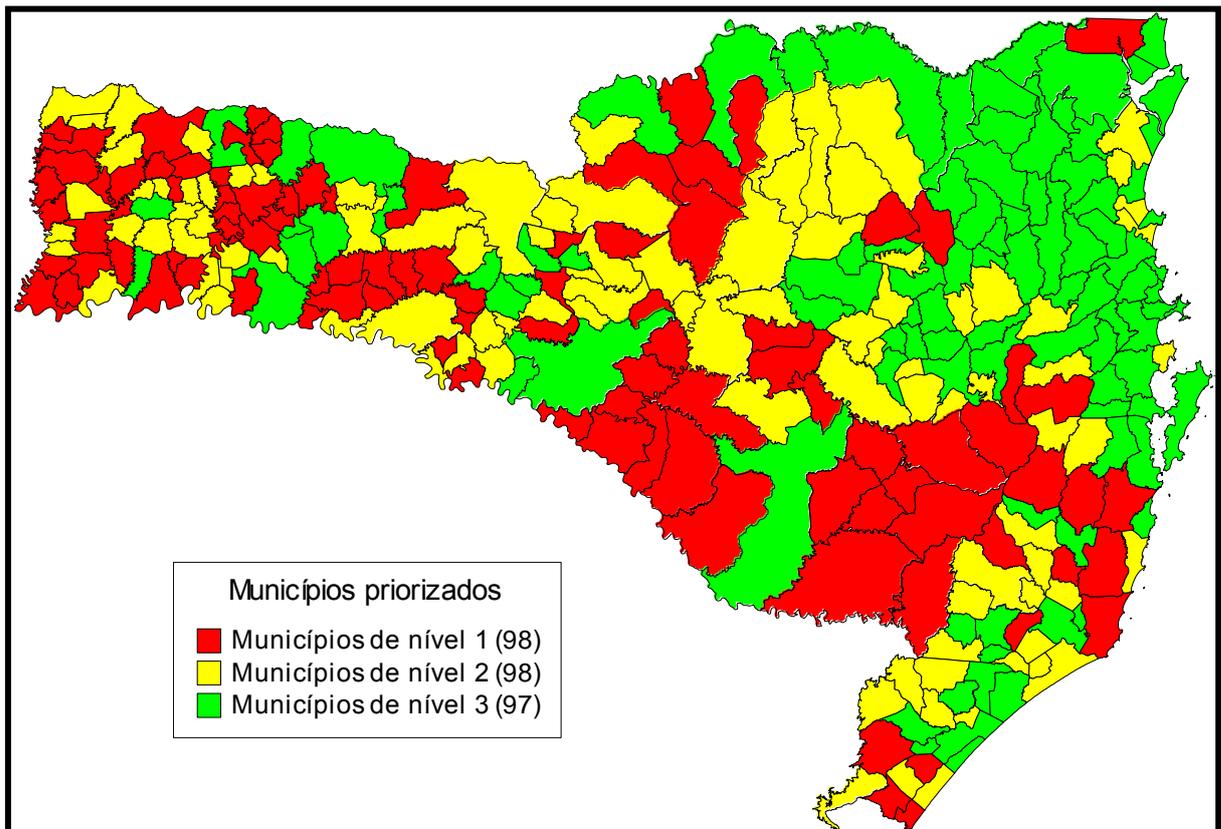
Proposta de financiamento – Período de 2009 a 2011

Valor: US\$ 70.000.000,00

Sendo: - 60% BIRD; - 40% ESTADO



**Figura 4 – Plano de Desenvolvimento da Microbacia**  
Fonte: MICROBACIAS, 2009.



**Figura 5 - Mapa de SC com os municípios priorizados pelo Prapem/Microbacias 2**  
 Fonte: RESUMOS... (2007).

### 3.8 A DIVERSIFICAÇÃO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

É impossível pensar um Programa estratégico que tenha por objetivo avançar na diversificação nas áreas com cultivo de tabaco sem a efetiva participação do Estado, através de políticas públicas de longo prazo que induzam, possibilitem e potencializem a implementação dessa estratégia (MDA, 2009).

No entanto, é preciso ter claro que as políticas públicas atualmente existentes para a agricultura familiar já possuem um desenho institucional que, pelo menos para esse momento, pode efetivamente desencadear o processo, desde que:

- a) Sejam destinados recursos específicos e suficientes para que as atuais políticas públicas sejam efetivadas com ênfase específicos nas áreas produtoras de fumo. Para tanto, se faz necessário a constituição de um Fundo Nacional para a Implementação da Convenção Quadro, com fonte específica de recursos a serem destinados, dentre outras finalidades exigidas pela Convenção Quadro, para as políticas públicas que

- potencializem a diversificação produtiva dos produtores de fumo.
- b) As atuais políticas públicas, com os devidos aperfeiçoamentos necessários, sejam intensificadas, quantitativamente e qualitativamente nas áreas de produção mais intensiva de fumo.
  - c) Haja um esforço governamental e da sociedade civil para que o conjunto das políticas públicas funcione de forma muito articulada e integrada. (MDA 2009).

Dentre as políticas públicas (considerando-se a necessidade de alguns aperfeiçoamentos), que podem e devem compor esse sistema integrado e articulado das ações governamentais, estão:

- Crédito rural (investimento e custeio), através do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, com ênfase para o crédito de investimento, com carência e prazos compatíveis aos programas de diversificação e/ou reconversão. Igualmente deve haver ênfase nos programas de crédito que potencializem a agregação de valor pelos próprios agricultores, através da implantação de agroindústrias familiares, associativas e cooperativadas (para tanto, a implementação do Serviço Unificado).
- Programa de Aquisição de Alimentos – PAA que, além das compras para a distribuição simultânea e para a formação de estoques reguladores, deve avançar para possibilitar a compra para os mercados institucionais (merenda escolar, hospitais, presídios, etc.).
- Política de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar, como forma de garantia de renda, aliado ao Programa de Seguro Agrícola da Agricultura Familiar, ampliando-se também para além dos produtores e produtos que não recebem financiamento do PRONAF.
- Fortalecimento da agroecologia.
- Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), de forma massificada e com qualidade, e integrando os órgãos estatais de ATER, as ONGs e os próprios agricultores com capacidade de difusão de experiência e conhecimento.
- Reforma Agrária e Crédito Fundiário, tendo em vista que um segmento significativo de fumicultores é constituído de parceiros e arrendatários ou de proprietários que possuem pouca área de terra.
- Programas de fortalecimento do cooperativismo e do associativismo.
- Ampliação e aperfeiçoamento do zoneamento agrícola para uma diversidade maior de produtos nas áreas atualmente produtoras de fumo.
- Fortalecimento dos programas de capacitação para a produção, mercado e gestão e para a criação o fortalecimento de redes de agricultores e para o acesso e fortalecimento de mercados locais e regionais.
- Implementação de programas educativos sobre os efeitos maléficos da produção de tabaco, tanto para os consumidores, como para os produtores. Criação de Bolsas de Iniciação Científica, com esforços interministeriais, para o desenvolvimento de pesquisas para a diversificação e/ou reconversão nas áreas de produção de tabaco.
- Implementação efetiva nas áreas rurais do SUS – Sistema Único do Saúde, de modo especial do PSF – Programa de Saúde da Família, incluindo o Programa dos Agentes Comunitários de Saúde. Além disso, o sistema público de saúde deverá avançar no reconhecimento das doenças de trabalho nas atividades agrícolas.
- Aperfeiçoamento da política de educação, com qualidade e garantindo-se

a sua adequação às especificidades da realidade rural e da agricultura familiar (DOMINÓ, 2008, p.12).

### 3.8.1 Crédito Rural Disponível

O município de Irineópolis possui aproximadamente 762 estabelecimentos agropecuários, segundo o site do IBGE (2008), podemos então perceber que a atividade agropecuária na região é intensa.

Com um elevado número de propriedades rurais existentes, devemos acreditar que os benefícios oferecidos no ramo agropecuário da região são bem utilizados, mas ao contrario do que imaginamos muitos agricultores não tem informações ou nem conhecimento sobre os mesmos.

O Crédito Rural é um suprimento de recursos financeiros, por instituições do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), para aplicação exclusiva nas finalidades e condições estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR) do Banco Central do Brasil.

Objetiva financiar, as despesas normais de custeio da produção agrícola e pecuária, e os créditos de investimentos rurais, inclusive para a implantação, ampliação ou modernização da infra-estrutura de produção e serviços agropecuários no estabelecimento rural ou m áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos; servindo para incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção, objetivando o aumento de produtividade, a melhoria do padrão de vida das populações rurais e a adequada defesa do solo; portanto, fortalecendo o setor rural.

O crédito rural tem se mostrado como ferramenta de destacada valia nos Arranjos Produtivos Locais (APL) e, principalmente, no Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), fomentando todos os segmentos da cadeia produtiva, contribuindo para o crescimento ordenado e sustentável das comunidades.

Um documento de extrema importância e necessidade para obtenção do crédito rural é a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que deve ser fornecida apenas por agentes credenciados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e elaborada:

- a) para a unidade familiar de produção, prevalecendo para todos os membros da família que habitem a mesma residência e explorem as mesmas áreas de terra;
- b) segundo normas estabelecidas por aquela pasta.

A DAP, para agricultores familiares enquadrados no Grupo “B”, é suficiente para comprovar a relação do beneficiário do crédito com a terra e a atividade que será objeto de financiamento.

A renda proveniente da venda de produtos das agroindústrias e as oriundas de serviços de turismo rural obtidas por agricultores familiares serão somadas à renda da exploração agropecuária e não agropecuária obtida no estabelecimento, quando da emissão da DAP.

Metas Territorializadas: Território Meta Física Meta Financeira - Planalto Norte (SC) 7.597 produtores com recursos de R\$ 56.834.334,00 no ano de 2009.

Quando da solicitação do crédito, os proponentes a financiamentos dos Grupos “A” ou “A/C” devem apresentar ao agente financeiro uma nova DAP, a ser fornecida pelo Incra para os beneficiários do PNRA, ou pela UTE/UTR para os beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

O Pronaf tem por objetivo:

[...] promover o desenvolvimento do meio rural por intermédio de ações destinadas a implementar o aumento da capacidade produtiva, a manutenção e geração de empregos e a elevação da renda, visando a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania pelos agricultores familiares (BITTENCOURT, 2003, p.103).

O Pronaf é formado por quatro grandes linhas de ação:

- a) Negociação e articulação de políticas públicas: articula com órgãos das três esferas de governo para a adoção de medidas e implementação de ações que visem o fortalecimento da agricultura familiar.
- b) Instalação e melhoria de infra-estrutura e serviços nos municípios: apóia com recursos financeiros não reembolsáveis a instalação e melhoria de infra-estrutura e serviços essenciais ao desenvolvimento da agricultura familiar nos municípios rurais mais pobres e com grande concentração de agricultores familiares e dos assentados pela Reforma Agrária.
- c) Capacitação e profissionalização de agricultores familiares e técnicos:

capacita agentes de desenvolvimento local (técnicos, conselheiros e agricultores familiares) para a produção sustentável e o exercício da cidadania. As atividades são executadas mediante convênios e contratos com instituições governamentais e não-governamentais.

- d) Financiamento da produção: financia atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas pelos agricultores familiares. Esta linha de ação é a única discutida neste trabalho.

O objetivo que Bittencourt (2003) expõe sobre o pronaf é ótimo, infelizmente que ainda não é precisamente dessa maneira utilizado, isso faz com que os agricultores tenham percas de várias maneiras, mas que todas só tem uma única conclusão, que é a ausência de lucratividade em sua propriedade.

Bittencourt (2003) relata ainda que, o Programa é estruturado em parceria com órgãos e entidades públicas e privadas e com os agricultores familiares e suas propriedades. No âmbito nacional, as questões relacionadas ao crédito do Pronaf são definidas pela Secretaria de Agricultura Familiar, pelo Incra (Pronaf A) e pelo CMN. Nas unidades da federação, atua através de uma Secretaria Executiva vinculada aos governos estaduais, e com os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) ou equivalente. Nos municípios os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) são seus fóruns de controle social.

São beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) os produtores rurais familiares que se enquadrem nos grupos a seguir especificados, comprovados mediante “Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)”, sendo que, desde a data de 01 de julho de 2008, o Pronaf teve novas alterações nas regras de contratação de operações, divulgadas pela Resolução CMN-BACEN nº 3.559, de 28.03.2008:

- 1) Grupo “A”: assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa de Crédito Fundiário do Governo Federal que ainda não foram contemplados com operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) ou que não foram contemplados com o limite do crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf;
- 2) Grupo “B”: agricultores familiares que:
  - I - explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro,

- arrendatário ou parceiro;
- II - residam na propriedade ou em local próximo;
- III - não disponham, a qualquer título, de área superior a 4 módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor;
- IV- obtenham, no mínimo, 30% da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;
- V- tenham o trabalho familiar como base na exploração do estabelecimento;
- 3) Foram extintos os grupos “C”, “D” e “E” do Pronaf: passando seus atuais integrantes a serem definidos com base em padrão único de requisitos, denominados de “Agricultor Familiar”, mantendo a faixa de R\$ 5.000,00 a R\$ 110.000,00 a renda bruta anual por produtor rural;
- a) Será mantida as DAP já emitidas, sendo que em caso de novo financiamento o produtor será enquadrado como “agricultor familiar”, bem como permanecem válidos os atuais modelos de DAP e nos casos de nova emissão os produtores serão enquadrados na nova denominação (agricultor familiar);
- b) Estão disponibilizadas duas novas linhas de crédito: BB Pronaf Custeio – Agricultor Familiar e BB Pronaf Investimentos – Agricultor Familiar, em substituição as linhas Pronaf Custeio grupos “C”, “D” e “E” e Investimentos grupos “C”, “D” e “E”, de forma a contemplar a novas condições;
- c) O teto de R\$ 36.000,00 pode ser elevado em até 50%, desde que o projeto técnico ou a proposta de crédito comprovem incremento da renda ou economia de custos, e os recursos sejam destinados a aquisição de máquinas, tratores e implementos agrícolas, veículos utilitários, embarcações, equipamentos de armazenagem, equipamentos de irrigação e outros bens destinados especificamente a agropecuária, novos ou usados;
- d) As taxas de juros para as novas linhas serão diferenciadas e definidas em função do valor do crédito obtido pelo ‘Agricultor Familiar’, sendo para:

#### PRONAF CUSTEIO

1. até R\$ 5.000,00 – juros de 1,5% a.a.;
2. acima de R\$ 5.000,00 e até R\$ 10.000,00 – juros de 3,0% a.a.;

3. acima de R\$ 10.000,00 e até R\$ 20.000,00 – juros de 4,5% a.a.;
4. acima de R\$ 20.000,00 e até R\$ 30.000,00 – juros de 5,5% a.a.;
5. extintos os sobretetos nas operações de custeio. O teto passa a ser o valor máximo de R\$ 30.000,00, por safra.

Prazo de pagamento:

- a) custeio agrícola: máximo de 2 (dois) anos, de acordo com o ciclo da atividade financiada;
- b) custeio pecuário: até 1 (um) ano.

#### PRONAF INVESTIMENTO

1. até R\$ 7.000,00 – juros de 1,0% a.a.;
2. acima de R\$ 7.000,00 e até R\$ 18.000,00 – juros de 2,0% a.a.;
3. acima de R\$ 18.000,00 e até R\$ 28.000,00 – juros de 4,0% a.a.;
4. acima de R\$ 28.000,00 e até R\$ 36.000,00 – juros de 5,0% a.a.;
5. não serão computados, no somatório, para fins da definição das taxas acima as operações contratadas, de Pronaf Agroindústria, Florestal, Semi-árido, Jovem, Mulher, Agroecologia, Eco e das linhas grupo “A”, “A/C” e “B”;
6. mantendo a elevação do teto (sobreteto) em 50%, exclusivamente para aquisição de máquinas, tratores e implementos agrícolas, veículos utilitários, embarcações, equipamentos de armazenagem, equipamentos de irrigação e outros bens destinados especificamente a agropecuária, novos ou usados;

Prazo de pagamento:

- a) máquinas, tratores e implementos agrícolas ‘novos’: até 10 (dez) anos, incluídos até 3 (três) anos de carência, quando a atividade assistida requer esse prazo e o projeto técnico ou a proposta simplificada de crédito comprovar a sua necessidade;
  - b) demais investimentos: até 8 (oito) anos, incluídos até 5 (cinco) anos de carência, quando a atividade assistida requerer esse prazo e o projeto técnico ou a proposta simplificada de crédito comprovar a sua necessidade, ou até 3 (três) anos de carência, nos demais casos.
- 4) Pronaf Agrindustrial: Os créditos ao amparo da Linha de Crédito de Investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural (Pronaf

Agroindústria) sujeitam-se às seguintes condições especiais:

- a) beneficiários: agricultores familiares, pessoas físicas, enquadrados nos Grupos “A/C”, “B”, e “Agricultura Familiar”, cooperativas centrais e singulares e associações, observado que a pessoa jurídica deve ter, no mínimo, 90% de seus participantes ativos agricultores familiares, e que comprovarem, no projeto técnico, que mais de 70% da matéria-prima a beneficiar ou industrializar são de produção própria ou de associados/participantes;
  - b) finalidades: investimentos, inclusive em infra-estrutura, que visem o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural, incluindo-se a:
    - I - implantação de pequenas e médias agroindústrias, isoladas ou em forma de rede;
    - II - implantação de unidades centrais de apoio gerencial, nos casos de projetos de agroindústrias em rede, para a prestação de serviços de controle de qualidade do processamento, de marketing, de aquisição, de distribuição e de comercialização da produção;
    - III- ampliação, recuperação ou modernização de unidades agroindustriais de agricultores familiares já instaladas e em funcionamento;
    - IV- implantação, recuperação, ampliação ou modernização de infra-estrutura de produção e de serviços agropecuários e não agropecuários, assim como para a operacionalização dessas atividades no curto prazo, de acordo com projeto específico em que esteja demonstrada a viabilidade técnica, econômica e financeira do empreendimento;
    - V - capital de giro associado limitado a 35% (trinta e cinco por cento) do financiamento para investimento fixo;
    - VI) prazo de reembolso: até 8 anos, incluídos até 5 anos de carência, quando a atividade assistida requerer esse prazo e o projeto técnico comprovar a sua necessidade, ou até 3 anos de carência, nos demais casos.
- 5) Pronaf Florestal: Os créditos ao amparo da Linha de Crédito de Investimento para Silvicultura e Sistemas Agroflorestais (Pronaf Floresta), sujeitam-se às seguintes condições

especiais:

- a) beneficiários: agricultores familiares enquadrados nos Grupos “A”, “A/C”, “B”, ou “Agricultor familiar”;
- b) finalidades: investimentos em projetos de silvicultura e sistemas agroflorestais e exploração extrativista ecologicamente sustentável, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento;
- c) prazo de reembolso: de até 12 anos, quando envolvidos recursos de outras fontes, contando com a carência do principal até a data do primeiro corte, acrescida de 6 (seis) meses, limitada a 8 anos, observado que o cronograma das amortizações deve refletir as condições de maturação dos projetos e ser fixado conforme a exploração florestal.

A mesma unidade familiar de produção pode contratar até 2 (dois) financiamentos, sendo que o segundo somente pode ser concedido após decorridos 12 (doze) meses do financiamento anterior e mediante a apresentação de laudo da assistência técnica que confirme a situação de regularidade do empreendimento financiado.

6) Pronaf Mulher: Os créditos ao amparo da Linha de Crédito de Investimento para Mulheres (Pronaf Mulher) sujeitam-se às seguintes condições especiais:

- a) beneficiárias: mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos “A”, “A/C”, “B”, “C”, “D” ou “E”, independentemente de sua condição civil;
- b) finalidades: atendimento de propostas de crédito de mulher agricultora, segundo o que o projeto técnico ou a proposta de crédito determinar;
- c) prazos de reembolso:
  - I - para os Grupos “A”, “A/C” ou “B”, até 2 anos;
  - II - para “Agricultor Familiar”, até 8 anos, incluídos até 5 anos de carência, quando a atividade assistida requerer esse prazo e o projeto técnico comprovar a sua necessidade, ou até 3 anos de carência, nos demais casos.

As mulheres agricultoras integrantes das unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos “A” ou “A/C” somente podem ter acesso à linha Pronaf Mulher se a unidade familiar já tiver liquidado pelo menos uma operação de custeio “A/C” ou “C” e mediante a apresentação da DAP fornecida pelo Incra ou UTE/UTR

do Crédito Fundiário, conforme o caso, segundo normas definidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

7) Pronaf Jovem: Os créditos ao amparo da Linha de Crédito de Investimento para Jovens (Pronaf Jovem) sujeitam-se às seguintes condições especiais:

a) beneficiários: jovens agricultores e agricultoras pertencentes a famílias enquadradas nos Grupos “A”, “A/C”, “B”, e “Agricultura Familiar”, maiores de 16 (dezesesseis) anos e com até 25 (vinte e cinco) anos que atendam a uma ou mais das seguintes condições, além da apresentação da “Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)”:

I - tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino;

II- tenham concluído ou estejam cursando o último ano em escolas técnicas agrícolas de nível médio, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino;

III- tenham participado de curso ou estágio de formação profissional que preencham os requisitos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário;

b) finalidades: atendimento de propostas de crédito de jovens agricultores;

c) prazo de reembolso: até 10 anos, incluídos até 5 anos de carência, quando a atividade assistida requerer esse prazo e o projeto técnico comprovar a sua necessidade, ou até 3 anos de carência, nos demais casos.

A necessidade de financiamento para mais de um jovem pode ser contemplada em um mesmo instrumento de crédito, respeitado o limite de financiamento.

8) Pronaf Agroecologia: A Linha de Crédito de Investimento para Agroecologia (Pronaf Agroecologia) está sujeita às seguintes condições especiais:

a) beneficiários: agricultores familiares enquadrados no Grupo de “Agricultura Familiar”, desde que apresentem proposta ou projeto técnico para:

I - sistemas agroecológicos de produção, conforme normas estabelecidas pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário;

II - sistemas orgânicos de produção, conforme normas estabelecidas pelo

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

- b) finalidades: financiamento dos sistemas de produção agroecológica, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento;
- c) limite por beneficiário, independentemente dos definidos para outros investimentos ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

para agricultores familiares pertencentes ao Grupo:

- I – Limite definido individualmente de acordo com a renda bruta anual estabelecida na DAP para cada beneficiário;
- II - coletivo ou grupal: de acordo com o projeto técnico e o estudo de viabilidade técnica, econômica e financeira do empreendimento, observado o limite individual por beneficiário;
- d) encargos financeiros: taxa efetiva de juros de acordo com o valor financiado;
- e) prazo de reembolso: até 8 anos, incluídos até 3 anos de carência quando a atividade assistida requerer esse prazo e o projeto técnico determinar;
- f) a mesma unidade familiar de produção pode contratar até dois empréstimos consecutivos, sendo que o segundo somente pode ser concedido após o pagamento de pelo menos 1 (uma) parcela da primeira operação e mediante apresentação de laudo da assistência técnica que ateste a situação de regularidade do empreendimento financiado.

9) Pronaf Mais Alimentos: a mais nova linha de crédito criada para a agricultura familiar como apoio financeiro, mediante abertura de crédito fixo. Sua principal finalidade é desenvolver projetos de investimento para a produção de milho, feijão, arroz, trigo, mandioca, olerícolas, frutas e leite.

a) Público-alvo: Agricultores Familiares (antigo C, D e E) enquadrados no Pronaf, exceto os participantes dos Grupos A, B e A/C, que tenham 70% da renda da unidade familiar oriunda das seguintes atividades: milho, feijão, arroz, trigo, mandioca, olerícolas, frutas, leite, ovinocultura e caprinocultura; comprovada na DAP. Sendo indispensável a apresentação da DAP.

- b) Encargos Financeiros: taxa efetiva de juros de 2% a.a..
- c) Piso/Teto: acima de R\$ 7.000,00 e até R\$ 100.000,00
- d) Prazo: até 10 anos, incluído carência de até 03 anos, quando a atividade

assistida requerer esse prazo e o projeto técnico comprovar a sua necessidade.

- e) Reposição: de acordo com o cronograma de retorno previsto no projeto técnico.
- f) Garantias: Penhor Censual, Hipoteca ou Aval, de acordo com definição do agente financeiro
- g) Financiamentos de bens usados: Vedado para essa linha de crédito
- 10) Proger Rural: destina-se a Produtores Rurais, que sejam

cumulativamente:

- a) proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro (arrendatário e parceiro: apresentar a documentação comprobatória da relação contratual entre o proprietário da terra e o beneficiário, devidamente registrada em cartório).
- b) explore área de até a 15 (quinze) módulos fiscais; (o módulo fiscal é variável para cada município)
- c) utilize predominantemente trabalho familiar, podendo manter até 02 (dois) empregados permanentes, admitindo-se eventualmente a ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade o exigir;
- d) tenha, no mínimo, 80% de sua renda originária da atividade rural;
- e) comprove, na forma das instruções em vigor: se pessoa jurídica, estar adimplente com as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias; se pessoa física, estar em regularidade com a Previdência Social;
- f) possua renda bruta anual de até R\$ 250.000,00, (rebate de 50% para avicultura não integrada, pecuária leiteira, piscicultura, olericultura, sericicultura e suinocultura não integradas);
- g) resida na propriedade rural ou em local próximo.

Sendo que estas normas são utilizadas tanto para custeios agrícolas e pecuários, quanto pra investimentos.

Tetos: R\$ 150.000,00 para custeio agrícola e custeio pecuário

R\$ 150.000,00 para investimento.

Encargos Financeiros: Juros de 6,25 % a.a.

Prazo: Até 8 anos incluídos até 3 anos de carência, ou em consonância com o ciclo da cultura financiada;

Garantias: penhor de safra, aval ou garantia real, conforme solicitação do agente financeiro.

11) MCR 6.2 / MCR 6.4 – Custeio Agrícola: São beneficiários do crédito:

- Produtores rurais, pessoas físicas ou jurídicas, diretamente ou por meio de suas cooperativas;
- Cooperativas de produtores rurais e suas centrais, quando se tratar de exploração própria.
- Produtores de sementes, pessoas físicas ou jurídicas, registrados no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Finalidade: Financiamento das despesas normais do ciclo produtivo de lavouras periódicas, da entressafra de lavouras permanentes ou da extração de produtos vegetais espontâneos ou cultivados.

12) MCR 6.2 / MCR 6.4 – Custeio Pecuário: São beneficiários do crédito:

- a) produtores rurais, pessoas físicas e jurídicas, diretamente ou através de suas cooperativas;
- b) empresas agroindustriais que explorem atividades ligadas a suinocultura e avicultura de corte sob regime de parceria;
- c) pessoa física ou jurídica que se dedique à exploração da pesca, com fins comerciais;
- d) empresas de conservação, beneficiamento, transformação ou industrialização do pescado.

Finalidade: financiamento das despesas normais da exploração, durante o ciclo produtivo de animais, tais como:

- a) produção animal (bovinocultura, suinocultura, avicultura, outras):
  - medicamentos, vacinas, antiparasitários, sais minerais, ração, etc;
  - limpeza e reforma de pastagens, fenação, silagem e formação de forrageira periódica,
  - aquisição, a preço de mercado, de milho em grãos e em espigas (com palha) sorgo e farelo de soja para estocagem, destinados a arraçoamento;
- b) atividade aquícola, relacionada ao cultivo ou à criação comercial de organismos (peixes, crustáceos, moluscos, anfíbios e algas) que têm na água seu normal e mais freqüente habitat, sendo financiáveis as despesas normais de: aquisição de matrizes e alevinos; reparo e limpeza de diques, comportas e canais; mão-de-obra, ração e demais bens secundários necessários ao desenvolvimento da atividade.

As taxas de juros e os limites de crédito das linhas de crédito do Proger e Demais Produtores estão demonstrados no quadro abaixo:

LINHA	BENEFICIÁRIOS	FINALIDADE	TETOS	PARTICIP.	JUROS	PRAZO
Moderfrota	Demais produtores	Máquinas e equipamentos novos e usados	Não há	Até 90%	9,50% aa	Usados 4 anos Trat e implem 6 anos Colhedoras 8 anos
MCR 6.2	Demais produtores	Máquinas e equip novos (inclusive finamizáveis) Aquisição animais	130 mil	Até 100%	6,75% aa	Maq e equip 2 a 5 anos Animais 6 m a 3 anos Benfeitorias 2 a 5 anos Pec Leiteira 2 a 5 anos
Proger	R.B. até 250 mil	Máquinas e equipamentos novos e usados Aquisição animais	150 mil individual	Até 100%	6,25% aa	8 anos
Moderagro	Demais produtores	Fruta Desenvolvimento Leite Defesa animal	250 mil individual 500.000 coletivo	Até 100%	6,75 % aa	8 anos
Moderinfra	Demais produtores	Armazenagem e Irrigação	1 milhão individual 3 milhões coletivo	Até 100%	6,75% aa	8 anos
Propflora	Demais produtores	Silvicultura	200 mil	Até 80% mini e peq  Até 70% demais	6,75% aa	Silvicultura 12 anos Viveiros – mudas 4 anos
Prolapec	Demais produtores	Integração lavoura pecuária Correção solos e Pastagens	300 mil	Até 100%	6,75% aa	5 anos
Programa Manutenção Recuperação Equip Agríc	Demais produtores	Manutenção e recuperação de máquinas e equipamentos agrícolas		Até 100%	12,35% aa	5 anos

**Quadro 1 - Taxas de juros e os limites de crédito das linhas de crédito do Proger e Demais Produtores**

Fonte: LINHAS..., 2008.

O ano agrícola é contado de uma forma diferenciada, ou seja, ele começa na metade do ano e termina na metade do ano seguinte, por isso sempre vamos ouvir dizer ano agrícola de 2008/2009, o ano que estamos presenciando no calendário

agrícola.

Em todo o mês de julho, quando inicia o ano agrícola é que são definidas pelo Banco Central do Brasil as normativas das Linhas de Crédito Rural para o novo ano que esta começando.

Portanto, fica bem esclarecido que as linhas de Crédito Rural podem mudar todos os anos, e as novas adaptações se assim houver, devem ser executadas por cada agente financeiro credenciado a fazer financiamentos agrícolas.

Os recursos para os financiamentos agrícolas são oriundos de:

Recursos controlados (taxas controladas pelo Governo) que são: exigibilidade dos depósitos à vista; obrigatórios da Poupança Rural equalizáveis; Fundo de Amparo do Trabalhador- FAT; Tesouro Nacional.

Recursos não controlados (taxas livres) que correspondem a: obrigatórios da Poupança Rural, não equalizáveis; Poupança Rural de aplicação livre; recursos externos.

Fundos ou Programas (principais), ou seja: BNDES; FCO; FNE; FNO; Funcafé.

### 3.9 POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS (MUNICIPAL)

#### 3.9.1 Programa de Inseminação Artificial

O município tem seis inseminadores treinados e seis botijões distribuídos nas comunidades. Distribui o Nitrogênio líquido para manutenção dos botijões e os sêmens somente para gado de leite.

. Neste tipo de trabalho o objetivo é o melhoramento genético através do uso de sêmem de touros melhorados e comprovados. Além de diminuir o custo com relação a manter um touro na propriedade os produtores têm a disposição este serviço de forma subsidiada e de qualidade. O rebanho leiteiro tem mostrado uma melhoria na produção de leite por vaca (produtividade).

### 3.9.2 Programa “Porteira a dentro”

A prefeitura paga o frete para o transporte de insumos agrícolas e está tentando legalizar a questão de melhoria para dentro da propriedade, próximo às instalações. Um dos custos mais alto é o frete para as propriedades. Neste caso a prefeitura esta disponibilizando este frete o que reduz o preço dos insumos.

### 3.9.3 Política de Assistência Técnica no Município de Irineópolis

A Epagri tem estimulado o trabalho com leite através da formação de grupos de interesse, utilizando-se de reuniões mensais, excursões às propriedades que produzem leite e planejamento das propriedades das famílias envolvidas. Trabalha atualmente com quatro grupos, com apoio dos técnicos do MB2, que inclusive apoiaram a criação de novas linhas de leite. O enfoque do trabalho, por ordem, é: pastagem, sanidade, instalação e por último, animal.

Buscando um modelo que priorize a alimentação e o melhoramento dos animais através de inseminação.

Há ainda no município um projeto de pesquisa participativa em produção de leite a pasto, com formação de dois grupos de produtores, que contribui na distribuição de mudas de pastagens perenes, encontros de capacitação e duas unidades demonstrativas.

### 3.9.4. Políticas do MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário

#### 3.9.4.1 A questão dos territórios

Preocupado em atender o que prevê a Convenção Quadro, acordo entre vários países e que propõe diminuir a área plantada de fumo o MDA apresenta algumas propostas aos pequenos produtores.

O Território da Cidadania Planalto Norte (SC) abrange uma área de 10.466,70 Km<sup>2</sup> e é composto por 14 municípios: Bela Vista do Toldo, Campo Alegre, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Matos Costa, Monte Castelo, Papanduva, Porto União, Rio Negrinho, São Bento do Sul e Três Barras.

A população total do território é de 349.402 habitantes, dos quais 83.472 vivem na área rural, o que corresponde a 23,89% do total. Possui 12.606 agricultores familiares, 466 famílias assentadas e 2 terras indígenas. Seu IDH médio é 0,79.

Juventude Livre do Tabaco. Este é o tema do Dia Mundial sem Tabaco 2008, que realizou-se no Brasil e em 191 países Estados-Membros da Organização Mundial da Saúde (OMS). O objetivo é fortalecer a necessidade do controle do tabagismo em todo o mundo (MDA, 2009).

No Brasil são desenvolvidas várias ações governamentais para diminuir o consumo de tabaco. Uma delas, exemplo para outros países, é o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivas com Tabaco. Criado pelos ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em 2006, sob a coordenação da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), o programa estimula geração de renda e qualidade de vida com o apoio a projetos de extensão rural, formação e pesquisa para o desenvolvimento de estratégias de diversificação produtiva e não-agrícolas em propriedades de agricultores familiares fumicultores (MDA, 2009).

O Programa apóia 47 projetos na região Sul desenvolvidos por meio de parcerias com organizações não-governamentais (ONGs), universidades, centros de pesquisa, organizações de assistência técnica e extensão rural. A ação abrange 500 municípios e beneficia 19 mil famílias (MDA, 2009).

O Programa de Diversificação é referência mundial pela capacidade do governo em criar políticas públicas para enfrentar as ações da indústria do fumo por meio do crédito, assistência técnica e extensão rural (ATER) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entre outros. Os investimentos iniciais são da ordem de R\$ 10 milhões em ações de capacitação, assistência técnica, apoio a organizações governamentais e não-governamentais junto às famílias de agricultores que optaram pela diversificação e reconversão das áreas de produção de fumo (MDA, 2009)

Em Santa Catarina, estado que mais produz fumo no País, o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro) desenvolve um trabalho na região do Alto Vale do Itajaí (SC), sobretudo nos municípios de Leoberto Leal, Angelina, Imbuia, Vidal Ramos, Major Gercino, Alfredo Wagner e Nova Trento. A ação, que envolve mais de 1.800 famílias que dependem do plantio de fumo, é direcionado à transição para sistemas agroecológicos, sobretudo no incremento de pastagens. Isso tem permitido o aumento do rebanho e da produção de leite. A garantia de um vencimento quinzenal ou mensal para os agricultores que optaram pela venda de leite para laticínios da região tornou a atividade atrativa (MDA, 2009).

#### 3.9.4.1.1 Diversificação de culturas

O Brasil ratificou a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) em 2005, comprometendo-se a implementar uma série de medidas para o controle do tabaco, inclusive àquelas referentes ao artigo 17 da Convenção que trata das alternativas produtivas economicamente viáveis à cultura do tabaco. Dentro deste contexto que foi criado o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco (MDA, 2009).

#### 3.9.4.1.2 Crédito fundiário

O Crédito Fundiário é um programa que possibilita aos trabalhadores e

trabalhadoras rurais sem terra, minifundistas e jovens rurais o acesso a terra por meio de financiamento para aquisição de imóveis rurais (MDA, 2009).

São também financiados os investimentos em infra-estrutura básica (casas, energia elétrica, rede de abastecimento de água, estradas), para a estruturação da unidade produtiva (assistência técnica, investimentos iniciais na produção) e projetos comunitários. Há créditos adicionais para projetos de convivência com a seca no semi-árido e para recuperação de passivos ambientais (MDA, 2009).

Apenas pode ser financiada a compra de áreas não passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária (imóveis produtivos ou de menos de 15 módulos fiscais) (MDA, 2009).

O Programa Nacional de Crédito Fundiário faz parte do Plano Nacional de Reforma Agrária do Ministério do Desenvolvimento Agrário e está vinculado à Secretaria de Reordenamento Agrário. É resultado de Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial. Os recursos para aquisição dos imóveis são oriundos do Governo Federal (MDA, 2009).

O Crédito Fundiário é executado de forma descentralizada, em parceria com os governos estaduais e com o movimento sindical de trabalhadores rurais e da agricultura familiar e conta com a participação dos Conselhos Municipais e Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável (MDA, 2009).

Para cada público, há uma linha de financiamento:

- Combate à Pobreza Rural - para as regiões e os trabalhadores mais pobres;
- Nossa Primeira Terra – para os jovens filhos de agricultores familiares e estudantes de escolas agrotécnicas e Escolas Família Agrícola;
- Consolidação da Agricultura Familiar - para agricultores familiares que desejam ampliar sua propriedade. (MDA, 2009).

a) Condições de financiamento

- As taxas de juros variam de 3 a 6.5% ao ano, conforme as faixas de financiamento, que variam de R\$ 5 mil a R\$ 40 mil.
- Os beneficiários terão bônus fixo sobre o principal e sobre os juros, que variam de acordo com a região, e um bônus adicional nos casos de uma boa negociação na compra da terra.
- No caso das linhas Combate à Pobreza Rural e Nossa Primeira Terra, que conta com recursos do Banco Mundial, o financiamento dos investimentos

não é reembolsável.

- Os prazos de pagamento são de 14 anos (para financiamentos até R\$ 15 mil) e de 17 anos (para financiamentos superiores a R\$ 15 mil). O prazo de carência é de 24 meses.

#### 3.9.4.1.3 "Programa Passo a Passo - Crédito Fundiário"

Quem pode participar? Podem participar os seguintes trabalhadores, com mais de 5 anos de experiência

- Mulheres trabalhadoras rurais que se enquadram nestes mesmos critérios;
- Trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra, na condição de diarista ou assalariado;
- Agricultores familiares como arrendatários, parceiros, meeiros, agregados, posseiros;
- Pequenos proprietários de terra (propriedade inferior ao módulo familiar, que varia de acordo com o município);
- Jovens rurais, filhos de agricultores ou estudantes de escolas agrotécnicas e escolas famílias agrícolas, com idade entre 18 e 28 anos (MDA, 2009).

#### 3.9.4.1.4 "Programa Territórios da Cidadania Matriz" de ações do governo federal capacitação e formação em políticas públicas para mulheres rurais / 2009

- a) Ação Capacitação e Formação em Políticas Públicas para Mulheres Rurais / 2009;
- b) Produto e Unidade de Medida: Mulheres Atendidas em Ações de Capacitação e Formação;
- c) Descrição: Realizar ações de capacitação e formação em políticas públicas para mulheres rurais (Acesso à Terra, Documentação, Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER/ATES, Crédito, Organização Produtiva, Comercialização e Desenvolvimento Territorial), visando a ampliação e qualificação do acesso delas às políticas públicas, em especial às políticas de apoio à cidadania e desenvolvimento econômico

por meio de convênio realizados com a Sempre Viva Organização Feminista (SOF) e o Centro Feminista 8 de março (CF8) para execução de ação no período de 2008 a 2010;

- d) Beneficiários: Mulheres rurais: agricultoras familiares, assentadas da reforma agrária, extrativistas, quilombolas, indígenas, pescadoras artesanais, povos e comunidades tradicionais;
- e) Ano do orçamento: 2009;
- f) Órgão Executor: Min. do Desenvolvimento Agrário (MDA.);
- g) Unidade Executora: Assessoria Especial - Programa de Promoção de Igualdade, Raça e Etnia (AEGRE);
- h) Com quem executa: ONG's;
- i) Procedimentos e critérios para a definição da prioridade: Territórios da Cidadania com ações do PNDTR; territórios com projetos desenvolvidas por parceiros da AEGRE; quantidade de municípios por territórios; territórios definidos como prioritários pelo Governo Federal para ação em 2009;
- j) Papel do colegiado na definição da prioridade: O Colegiado Territorial deverá acompanhar e participar da execução das ações de capacitação e formação a serem realizadas no território;
- k) Forma de acesso ao recurso: Convênios com entidades parceiras selecionadas para execução das ações no período de 2008 a 2010;
- l) Metas Territorializadas: Planalto Norte – SC, 180 famílias, R\$ 97.212,68. (MDA, 2009).

#### 3.9.4.1.5 “Programa Nacional de Crédito Fundiário/2009”

O Programa de Crédito Fundiário integra o Plano Nacional de Reforma Agrária como um instrumento de acesso a terra por meio de financiamento para compra de imóveis rurais não passíveis de desapropriação.

Concede crédito para investimentos básicos e estruturação da unidade produtiva, beneficiando trabalhadores rurais sem-terra, minifundistas e jovens rurais,

buscando a ocupação produtiva permanente para as famílias beneficiadas, o aumento da renda e a conseqüente melhoria das condições de vida da população rural. Existem, ainda, créditos adicionais para projetos de convivência com a seca no semi-árido e para recuperação de passivos ambientais.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário é financiado com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, fundo especial de natureza contábil, criado pela Lei Complementar N° 93, de 04 de fevereiro de 1998, tem a finalidade de financiar programas de reordenamento fundiário e de assentamento rural e Decreto-Lei 6.672 de 02 de dezembro de 2008, destinado ao financiamento parcial do Projeto de Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural, que é parte integrante do Programa.

O Programa oferece atualmente três linhas de ação:

- a) combate à Pobreza Rural: financia a aquisição de imóveis rurais e investimentos básicos e comunitários, contemplando as camadas mais necessitadas da população rural, trabalhadores rurais sem-terra, pequenos produtores com acesso precário à terra e proprietários de minifúndios, cuja área não alcance a dimensão de propriedade familiar. Nesta linha o financiamento para a aquisição de imóveis é reembolsável e os recursos partem do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. O financiamento para investimentos básicos e comunitários não é reembolsável e os recursos são provenientes do Orçamento Geral da União;
- b) nossa Primeira Terra: atende às demandas de jovens sem-terra ou filhos de agricultores familiares, na faixa etária de 18 a 28 anos, visando reduzir o êxodo rural;
- c) consolidação da Agricultura Familiar: essa linha é voltada para agricultores com renda familiar inferior a 15 mil reais e patrimônio inferior a 30 mil reais. As aquisições podem ser individuais ou realizadas por grupos de agricultores. Os financiamentos para aquisição de imóveis e para investimentos comunitários são reembolsáveis. Um dos objetivos estratégicos do Programa Nacional de Crédito Fundiário é beneficiar as famílias das regiões mais pobres do país;
- d) beneficiários: 5.792;
- e) ano do orçamento: 2009.;
- f) órgão Executor: Min. do Desenvolvimento Agrário (MDA);

- g) unidade Executora: Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA). (MDA, 2009).

#### 3.9.4.1.6 ProInfo rural e urbano/2009

##### 3.9.4.1.6.1 Produto e unidade de medida: escolas equipadas

Promover o uso pedagógico das diversas mídias eletrônicas nas escolas públicas de todo o Brasil. Para isso, o Programa atua em duas frentes: equipando as escolas com tecnologias da informação; e capacitando professores para fazer o uso adequado dos recursos no processo de ensino e aprendizagem. Portanto, os valores das metas, física e financeira, lançados neste caderno, referem-se tanto a equipamentos quanto à formação de alunos envolvidos nesta ação.

- a) beneficiários: Estudantes;
- b) ano do orçamento: 2009;
- c) órgão Executor: Ministério da Educação (MEC);
- d) unidade Executora: Secretaria de Educação à Distância (SEED);
- e) com quem executa: União, Estados, Distrito federal, Município e uma estrutura operacional descentralizada;
- f) procedimentos e critérios para a definição da prioridade: Mediante a assinatura de um Termo de Cooperação ou Adesão assinado entre a SEED/MEC e as secretarias de educação dos estados e as prefeituras municipais (MDA, 2009).

### 3.9.4.1.7 Programa luz para todos/2009

#### 3.9.4.1.7.1 Produto e unidade de medida: ligações de energia

O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Luz Para Todos) tem como objetivo levar o acesso à energia elétrica, gratuitamente, a todos os moradores do meio rural brasileiro que ainda não dispõem desse serviço. A meta inicial previa beneficiar cerca de 10 milhões de pessoas até o ano 2008 e atualmente o Ministério de Minas e Energia tem uma previsão de atingir o atendimento para cerca de 15 milhões de pessoas até o ano de 2010. O acesso a energia elétrica não só proporciona a melhoria de qualidade de vida dos beneficiários, mas também proporcionará o desenvolvimento social e econômico, alavancando a geração de trabalho e renda e contribuindo para a redução dos índices da pobreza e da fome. Além disso, a chegada da energia elétrica facilita a integração de outros programas sociais, como o acesso aos serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento entre outros.

Beneficiários: Agricultores familiares, assentados, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, povos e comunidades tradicionais sem acesso à energia elétrica em suas casas.

Ano do orçamento: 2009.

Órgão Executor: Min. de Minas e Energia (MME).

Unidade Executora: Eletrobrás, Concessionárias e/ou Cooperativas de Eletrificação.

Com quem executa: Concessionárias e/ou Cooperativas de Eletrificação.

Procedimentos e critérios para a definição da prioridade: De acordo com o Decreto nº 4.783, de 11 de novembro de 2003, que criou o Programa LUZ PARA TODOS, as obras a serem selecionadas como prioritárias deverão contemplar pelo menos um dos itens abaixo, sendo que terão preferência de atendimento aquelas que satisfizerem o maior número de itens:

- 1- Projetos de eletrificação rural em municípios com índice de atendimento a domicílios inferior a oitenta e cinco por cento, calculado não esteja definida para o executor do empreendimento;

- 2- Projetos de eletrificação rural em municípios com Índice de Desenvolvimento Humano inferior à média estadual;
- 3- Projetos de eletrificação rural que atendam;
- 4- Projetos de eletrificação rural que enfoquem o uso produtivo comunitário da energia elétrica e que fomentem o desenvolvimento local integrado;
- 5- Projetos de eletrificação rural em escolas públicas, postos de saúde e poços de abastecimento d'água, sendo este último exclusivamente voltado ao atendimento comunitário;
- 6- Projetos de eletrificação em assentamentos rurais;
- 7- Projetos de eletrificação rural para o desenvolvimento comunitário da agricultura familiar ou de atividades de artesanato de base familiar;
- 8- Projetos de eletrificação rural para atendimento de pequenos e médios agricultores;
- 9- Projetos de eletrificação rural, paralisados por falta de recursos, que atendam comunidades e povoados rurais;
- 10- Projetos de eletrificação rural das populações do entorno de unidades de conservação da natureza e dos Territórios da Cidadania; e
- 11- Projetos de eletrificação rural das populações em áreas de uso específico de comunidades especiais, tais como minorias raciais, comunidades remanescentes de quilombos, comunidades indígenas e comunidades extrativistas, etc.

Papel do colegiado na definição da prioridade:

As metas da Matriz 2009 referem-se a execução de ligações já previstas ou priorizadas, portanto o papel do Colegiado é de controle social. Mas deve ir além. O Programa Luz para Todos é operacionalizado em parceria com as Concessionárias de Energia Elétrica ou Cooperativas de Eletrificação em sua área de concessão. Para que as obras de eletrificação rural aconteçam no Território, existe a necessidade de localização das demandas. Para que isso aconteça, o Colegiado, por meio das Prefeituras, dos Sindicatos Rurais, dos Movimentos Sociais e das lideranças deverão identificar as demandas não atendidas no Território e formalizá-las junto ao Comitê Gestor Estadual do Programa Luz para Todos, além de acompanhar o processo de priorização junto ao referido Comitê. O Comitê Gestor Estadual do Programa Luz para Todos tem o papel de recepcionar e analisar as demandas, sendo que após a priorização dessas demandas, a concessionária de

energia elétrica da área de concessão realiza o Programa de Obras para ser aprovado e posteriormente executado.

Forma de acesso ao recurso: Para receber a energia elétrica, basta que o morador do meio rural entre em contato com a concessionária de energia elétrica e faça o pedido da ligação. A instalação até a moradia é gratuita e nas ligações monofásicas recebe, ainda, três pontos de luz e duas tomadas dentro de casa. Cada Estado possui um Comitê Gestor responsável por receber e priorizar as demandas, além de tirar dúvida em relação ao Programa. As instalações elétricas até as moradias são gratuitas.

Território Meta Física: Planalto Norte (SC)247 ligações.

Meta Financeira: R\$ 1.185.600,00. (MDA, 2009).

#### 3.9.4.1.8 ATER/agricultores familiares / 2009

Garantir a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural para os agricultores familiares com base nos princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

Beneficiários: Agricultores Familiares

Ano do orçamento: 2009

Órgão Executor: Min. do Desenvolvimento Agrário - MDA

Unidade Executora: Secretaria da Agricultura Familiar - SAF

Com quem executa: Instituições Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural e entidades privadas sem fins lucrativos.

Procedimentos e critérios para a definição da prioridade: As entidades prestadoras de assistência técnica e extensão rural devem ser credenciadas no SIBRATER e atender aos critérios de seleção estabelecidos pela SAF/MDA.

Papel do colegiado na definição da prioridade: Identificação da demanda; divulgar os instrumentos e critérios de seleção e exercer o controle social.

Forma de acesso ao recurso: chamada de projetos e termo de referencia.

Metas Territorializadas: Planalto Norte (SC)5.206 proprietários rurais

Meta Física Meta Financeira:R\$ 1.525.358,00. (MDA, 2009).

## 4 METODOLOGIA

### 4.1 ABORDAGEM

#### 4.1.1 Estrutura da Dissertação

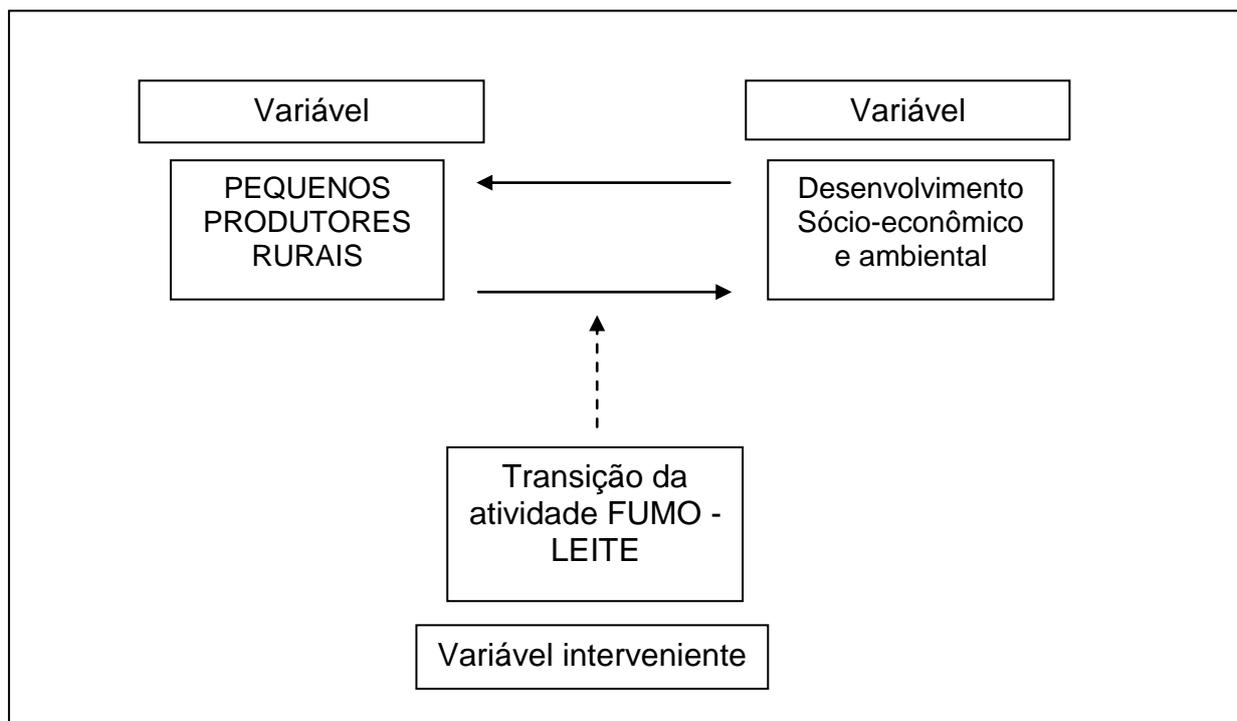
A presente dissertação está organizada em sete temas. Primeiramente, se contextualiza a problemática que se estabeleceu no município de Irineópolis, a partir da substituição de uma cultura não alimentícia (fumo) por uma cultura alimentícia (leite) ou alternativas que não são objetos do estudo.

Esta matriz tecnológica (fumo) ocorre sob a influência de grandes agroindústrias fumageiras nacionais e multinacionais, através do processo de integração da agricultura sobre seus sistemas de produção. Neste tema são apresentados os caminhos teóricos e metodológicos que orientaram a pesquisa. Demonstra-se a história da região estudada com intuito de mostrar a ligação dos agricultores da época e as culturas recentes plantadas na região. Demonstra-se ainda a cronologia e o uso da ocupação do solo catarinense. O resgate ao extrativismo e uso da terra na região posteriormente contestada fica demonstrado de “o porquê da cultura fumo no Planalto Norte Catarinense”. O segundo tema faz referência à situação da agricultura familiar. São demonstrados conceitos de administração de maneira geral e específica da administração familiar. Procura-se mostrar a realidade regional da agricultura com base na mão de obra familiar e seus aspectos e reflexos sobre a questão estudada: social, econômica e ambiental.

No terceiro tema descrevem-se: conceitos usados na agricultura familiar e no meio ambiente, legislações ambientais, ressaltando suas implicações negativas nos aspectos socioeconômico-ambientais e culturais. O quarto tema explicita a fomicultura de modo geral. No mundo, Santa Catarina, Irineópolis e comunidades estudadas. É possível compreender pela história destes agricultores e perceber até onde a cultura do fumo e os processos de integração influenciaram na tomada de decisão no processo da substituição de cultura não alimentícia por um sistema de produção como o leite. No quinto tema tem-se uma descrição detalhada de todo o

processo produtivo da cultura leite. Análise mundial, brasileira, estadual e regional. Este capítulo demonstra a importância do trabalho ao analisar principalmente a questão econômica, social e ambiental que é objeto sugerido. Para estudar as políticas públicas voltadas ao produtor rural e especialmente ao produtor do planalto norte catarinense desenvolve-se no sexto tema as principais políticas enfáticas a atividade rural especialmente para pequenos produtores e previstas pelo governo federal, estadual e local.

Descritos estes temas, através da aplicação de questionários “*in loco*” na região de estudo, conclui-se sobre as políticas públicas em todos os âmbitos; sobre a influência destas sobre o desenvolvimento da pequena propriedade rural que optou na mudança de atividade fumo para leite e o impacto desta mudança sobre as questões de sustentabilidade (social, ambiental e econômica).



**Figura 6 – Análise das variáveis diretas e indiretas da região em estudo.**

Fonte: do autor, 2009.

Para definição dos perfis sócio-econômico e ambiental serão utilizados questionários elaborados com ênfase em dados sobre a propriedade, estrutura de imóveis, equipamentos, ocupação do solo, rentabilidade, etc. (Anexo A).

## 4.2 TIPO DE PESQUISA

A presente pesquisa, de caráter qualitativo e quantitativo. Têm como principal objetivo analisar as políticas públicas na transição - produção de fumo para leite em pequenas propriedades do município de Irineópolis (SC) sob a ótica da “tríade” social, econômica e ambiental.

Para se alcançar tal objetivo, foram entrevistados 135 pequenos produtores rurais residentes em comunidades do município de Irineópolis – SC.

No ponto de vista dos procedimentos técnicos, a pesquisa foi realizada através de observação: análise do pesquisador e entrevista de campo.

Para definir o tamanho da amostra a ser pesquisada, foi considerado o número de agricultores familiares das comunidades e que estão enquadradas no objeto de estudo, do município de Irineópolis, que gira em torno de 202 pequenos produtores. Considerando-se esta quantidade de produtores determinou-se o número de 135 propriedades analisadas no estudo como base aceitável da amostra estando de acordo com o que propõe Barbetta (2005, p. 59).

A coleta dos dados das entrevistas foi elaborada pelo autor. (Modelo em anexo1)

Os dados serão analisados a partir de tabelas de frequência de ocorrências únicas ou cruzadas, tendo como auxílio os *softwares* com planilhas eletrônicas.

## 4.3 INFORMAÇÕES GERAIS DA REGIÃO ESTUDADA

### 4.3.1 A Origem do Município de Irineópolis

A família de Caetano Valões formou um pequeno povoado em 1885 que mais tarde se transformou na localidade de Valões, em homenagem aos fundadores. Naquele período o vilarejo estava sob a jurisdição do Estado do Paraná. E só passou definitivamente para Santa Catarina em 1916, com a assinatura de um acordo que estabeleceu a divisa entre os dois Estados.

Mas, antes disso, entre 1912 e 1916, toda a região esteve envolvida na Guerra do Contestado, uma batalha que tinha como causas o fanatismo religioso, o descontentamento de alguns setores com a exploração desenfreada da região e o problema de divisa entre os territórios sem conflito. Solucionado o impasse, foram chegando os primeiros imigrantes: alemães, poloneses e em pequena escala italianos. Em 1921 a localidade foi elevada à categoria de distrito de Porto União, obtendo sua emancipação política através da Lei Estadual nº 820 de 23.04.62, ocorrendo a sua instalação em 22 de julho do mesmo ano.

O nome Irineópolis é uma homenagem ao ex-governador do Estado Irineu Bornhausen. Vale ressaltar, como curiosidade, o fato de que muitos moradores, considerando difícil sua pronúncia, preferem denominar o município de Valões, nome antigo do distrito.



**Foto 1 - Localidades estudadas.**

Fonte: Acervo do autor, 2009.

#### 4.3.2 Características da Região - Irineópolis

A região onde fica o município foi castigada pela Guerra do Contestado e pertenceu ao Paraná até 1916. Apresenta conforme (PNUD, 2000).

- a) Clima: Mesotérmico úmido;
- b) Temperatura Média: 17° C (no inverno, os termômetros podem marcar até -5°C);
- c) Localização: Planalto Norte, no Estado de Santa Catarina;
- d) Limites: Porto União, Bela do Toldo, Matos Costa;
- e) Acesso: Rodoviário: SC-460;
- f) Distâncias: 440 km de Florianópolis .



**Foto 2 – Igreja de Vila Nova do Timbó, comunidade estudada.**

Fonte: Acervo do autor, 2009.

#### 4.3.3 Aspectos Econômicos - Irineópolis

Irineópolis é uma cidade pequena, em que o extrativismo vegetal e a agricultura representam 85% da economia. As poucas indústrias existentes são de cerâmica (telhas e tijolos). A maior produção agrícola é de milho, mas cultiva-se também soja, feijão, fumo e trigo. Na área urbana existe uma fonte de águas sulfurosas – os proprietários do terreno construíram um hotel e engarrafam a água, com a intenção de atrair turistas. O inverno é rigoroso, com temperaturas que podem cair a até  $-5^{\circ}\text{C}$ , mas o verão é quente, com os termômetros alcançando a marca de  $38,5^{\circ}\text{C}$ . A região tem belas várzeas e planaltos e os pontos mais elevados da região são a Serra Grande, com 1.143m de altitude, e a Serra do Tamanduá, com 1.193m. Não existem mais matas nativas no município – apenas a vegetação secundária. As tradições dos colonizadores são mantidas através dos encontros de seus descendentes, promovidos pela Igreja Católica (CNM, 2009).

#### 4.3.4 Aspectos Geopolíticos

A População total do município de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000) é de 9.734 de habitantes.

Sua Área é de 591 km<sup>2</sup> representando 0.6202 % do Estado, 0.1049 % da Região e 0.007 % de todo o território brasileiro.

Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.767 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2000).

Microrregião Canoinhas, Mesorregião Norte Catarinense, Altitude da Sede: 762m. No figura abaixo a posição do município de Irineópolis (SC) em relação aos limítrofes.



**Figura 7 - Mapa região planalto Norte Catarinense – destaque Irineópolis (SC)**

Fonte: Google maps – 2009.

## 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Apresenta-se e analisa-se a seguir, os dados coletados através das entrevistas realizadas com 135 agricultores da amostra definida.

São dispostos em três sessões secundárias onde se apresenta dados econômicos, ambientais e relativos aos recursos humanos e sociais das pequenas propriedades em comunidades de Irineópolis, (SC).

Para efeitos de comparação alguns dos dados foram colhidos com informações da situação atual e de antes da mudança de fomicultura para bovinocultura de leite.

### 5.1 ANÁLISE ECONOMICA DAS PEQUENAS PROPRIEDADES

O Propósito de se analisar economicamente as pequenas propriedades rurais em comunidades de Irineópolis (SC) é identificar a partir dos resultados se houve: crescimento destas estruturas, diversificação das estruturas, incremento de tecnologias, aumento do patrimônio, aumento da produtividade e outros.

A estrutura de funcionamento das unidades de produção familiar, segundo Lamarche (1998, p.61-89), está pautada no tripé: terra, trabalho e reprodução familiar.

Segundo Wanderley, (1996, p.27) “[...] a família define estratégias que visam, ao mesmo tempo, assegurar sua sobrevivência imediata e garantir a reprodução das gerações subseqüentes”.

Observando alguns dados coletados em entrevista é possível verificar um aumento das áreas cultivadas e uma inversão no tipo de cultura. Isto seria esperado em função da proposta embasar-se na mudança fomicultura, que é uma cultura isolada e que requer mão de obra para tal, passando posteriormente para o leite com características familiares diferentes onde cada componente familiar possuiu sua função na cadeia de produção.

Abre-se aqui a figura masculina do homem principalmente voltado ao preparo do solo, manejo de cercas, trabalho mais pesados com o rebanho. Já para a mulher

e filhas cabem os labores diários da ordenha.

Boeira (2002, p.343) ressalta:

[...] a política cognitiva das empresas fumageiras implica em convencer o agricultor com argumentos técnicos e mercadológicos a plantar fumo de forma duradoura, ou seja, fazendo do cultivo sua atividade principal.

Assim resgata-se um pouco a tradicionalidade das atividades dentro do contexto da propriedade. O tempo usado para as tarefas passa a ser programado abrindo espaço para trabalhar em conjunto outras culturas que se ajustam a bovinocultura de leite.

O conhecimento herdado dos antepassados, somado ao adquirido pelos produtores familiares durante sua existência, é importante para os mesmos e para as próximas gerações. A forma de utilização da terra, a diversificação das culturas e das técnicas de produção - é [...] uma sábia combinação entre diferentes técnicas. Ou ainda "[...] a forma [...] mais elaborada, a mais produtiva da economia agrícola. E que tem como objetivo a eliminação dos riscos que poderiam impedir o suprimento da subsistência da família e da manutenção das gerações futuras. (WANDERLEY. 1996, p.2-3).

Souza Filho e Batalha (2005) salientam que em geral as escolhas e/ou decisões dos agricultores familiares prestam atenção especial à necessidade de redução de riscos, em geral buscam isso por meio da diversificação de atividades produtivas e da combinação de alternativas de renda que lhes asseguram o sustento da família ao longo do ano.

**Tabela 4 - Histórico dos produtos cultivados nas propriedades antes e depois da mudança fumo para leite.**

Produtos	Produtividades			ÁREA-Há		Renda	Renda
	Anterior	Posterior	Resultado %	Anterior	Posterior	(antes)	(atual)
Soja	2800	3000	7,14	0,5	2	980,00	4.200,00
Milho	6000	7000	16,67	2	8	3.396,00	15.848,00
Feijão Preto	2800	3500	25,00	0,5	1	1.498,00	3.745,00
Fumo	2000	2100	5,00	2	0,5	18.000,00	4.725,00
Outros					0,5		525,00
Total				5	12	23.874,00	29.043,00

Fonte: dados da pesquisa do autor – Irineópolis SC, 2009.

A tabela acima demonstra duas situações comparativas de antes e após a mudança da atividade fumo para leite. Uma delas que já era esperado é a redução

da área plantada de fumo e o aumento do plantio de cereais como milho e soja destinados a produção de grãos para alimentação animal.

‘Outro aspecto é o aumento da produtividade e da área plantada destas culturas em razão principalmente do produtor encarar realmente como culturas, utilizando-se de tecnologias apropriadas para este fim. Cabe aqui relacionar o uso das políticas de financiamento via recursos controlados (prona f e proger) para aplicação destas tecnologias, tais como uso de insumos, maquinários, defensivos e controles, etc. após elaboração de projetos pela empresa de extensão rural do estado – Epagri ou da iniciativa privada.

**Tabela 5 - Histórico da atividade pecuária a propriedades antes e depois da mudança fumo para leite.**

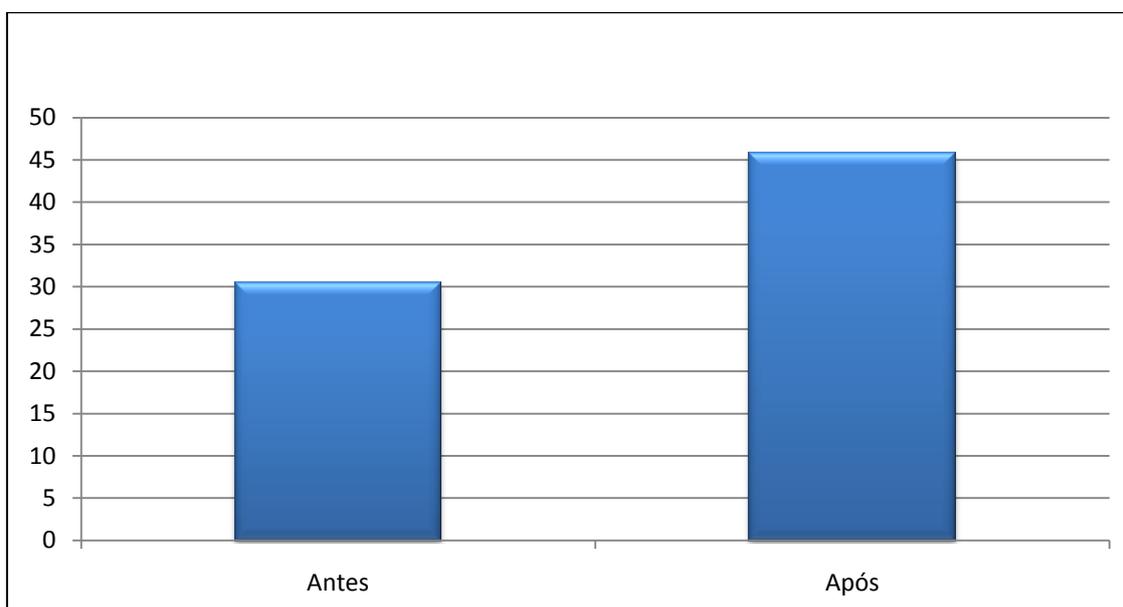
	Produtividade média	Produtividade média	Renda Bruta anual	Renda Bruta anual
Atividade	Anterior na fumicultura	Posterior bovinos de leite	Anterior na fumicultura	Posterior bovinos de leite
Rebanho leiteiro em cabeças média ano	1,2	12		
Produção/vaca média litros por dia	5	13,3	891,00	23.700,60
Venda de novilhas por ano	0,2	6	260,00	10.800,00
Suínocultura cabeças	4	20	792,00	3.960,00
Produção de Fumo	7.500 kg	2500 kg	36.000,00	7.200,00
Total da renda bruta			37.943,00	45.660,60

Fonte: dados da pesquisa do autor – Irineópolis SC, 2009.

Na análise da tabela acima se verifica que houve aumento do número de animais por propriedade. Isto por que estas passaram a dedicar-se a produção de maneira profissional. Para o investimento em compra de animais, equipamentos para armazenagem e resfriamento do leite, ordenhadeiras, triturador de grãos, construção de estábulo e outros, as propriedades (produtores) utilizaram duas fontes de recursos via programas governamentais. O Pronaf investimento possibilitou a aquisição destes bens e insumos em função da carência e o prazo alongado de pagamento, além dos juros baixos. Também o programa Micro bacias 2 auxiliou na aquisição de sementes de forrageiras, equipamentos e no repasse de treinamentos e novas tecnologias.

No gráfico a seguir verifica-se uma importante mudança estrutural das propriedades que possuíam quando trabalhavam na fumicultura 30,4 hectares de área e passaram após com a bovinocultura de leite a ter 45,8 hectares somando-se

uma diferença de 15,8 hectares.



**Gráfico 1 - Área em hectares das propriedades antes e após a mudança de fumo para leite**

Fonte: dados da pesquisa do autor – Irineópolis SC, 2009.

Observou-se que este aumento em sua maioria deve-se ao fato de muitos agricultores possuírem na atividade fumo áreas arrendadas para cultivo e que após na bovinocultura buscaram anexar a sua propriedade como definitivas estas áreas para poderem trabalhar os cultivos de forrageiras e milho para alimentação do rebanho.

As áreas foram em suas maiorias adquiridas com recursos próprios, trocas por equipamentos, arrendo de instalações de fumo e outras.

**Tabela 6 – Distribuição e uso das áreas em hectares.**

	Antes	Após	Diferença %
Culturas anuais	5	12	41,67
Culturas permanentes	2	2	0
Pastagens nativas	3	1	-300
Pastagens cultivadas	0,5	4	12,5
Mata Nativa	6,5	9,8	66,33
Reflorestamento	1,5	1,5	0
Várzea	0,5	0,7	71,43
Pousio / Capoeira	1,5	1	-150
Pomar Doméstico	0,1	0,2	50
Horta Caseira	0,1	0,2	50
Sede / Instalação	0,3	0,4	75
Inaproveitáveis	0,4	0,7	57,14
Total	30,4	45,8	66,38

Fonte: dados da pesquisa do autor – Irineópolis SC, 2009.

A distribuição e uso das áreas (tabela acima) mostra um aumento das áreas de culturas anuais. É possível entender esta mudança, pois as forrageiras para alimentação passam ter foco principal nesta modalidade de sistema de produção.

Também podemos atrelar esta mudança as políticas públicas estaduais do programa Micro bacias 2 onde os produtores passaram a receber tecnologias de plantio através de novas espécies, conservação de forragens, fornecimento parcial de sementes, etc. Da mesma forma muitas das instalações presentes nas propriedades entrevistadas tiveram ampliações ou construções novas em função de programas de investimentos tanto da ordem estadual como federal.

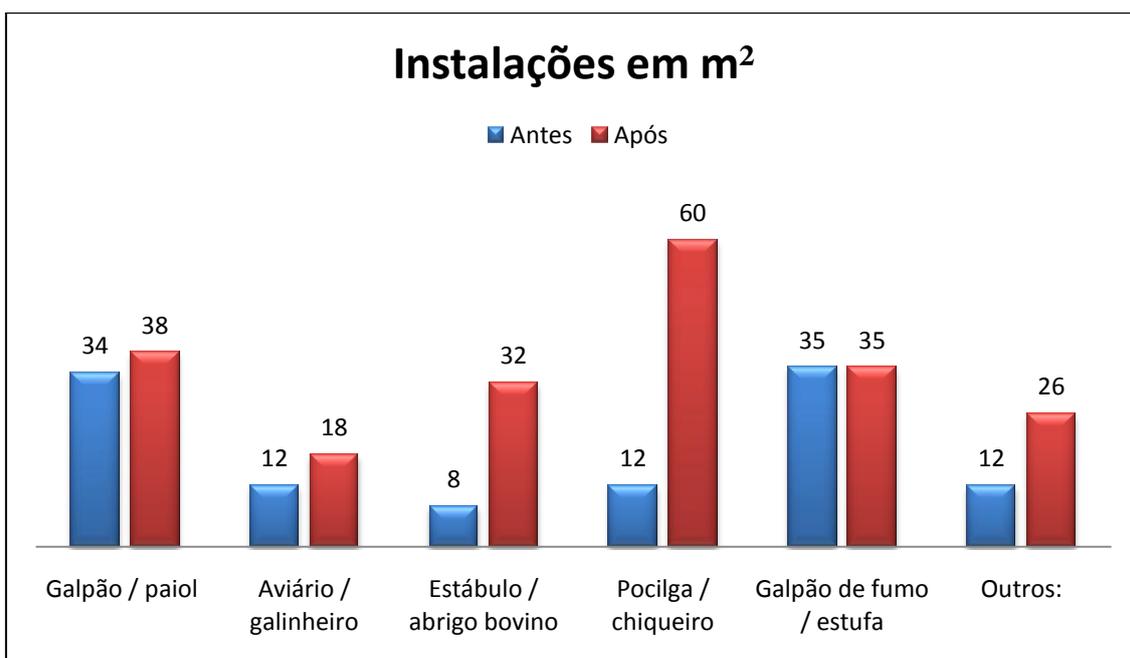
Os principais investimentos como no caso da construção de estábulos leiteiros foram realizados com recursos controlados do governo federal (vide capítulo 2.8), recursos estes que possibilitaram além da construção propriamente dita, também a compra dos equipamentos necessários para o manejo e conservação do leite.

No gráfico a seguir mostram-se algumas das instalações que foram melhoradas ou adquiridas antes e após a opção de trabalhar-se a bovinocultura leiteira. Nota-se que apenas poucas estufas de fumo foram desativadas totalmente. Muitos produtores acabaram por arrendar para vizinhos suas instalações como fonte de rendimento, ou simplesmente para cumprir questões contratuais com as indústrias fumageiras.



**Foto 3 - Sala de resfriamento do leite.**

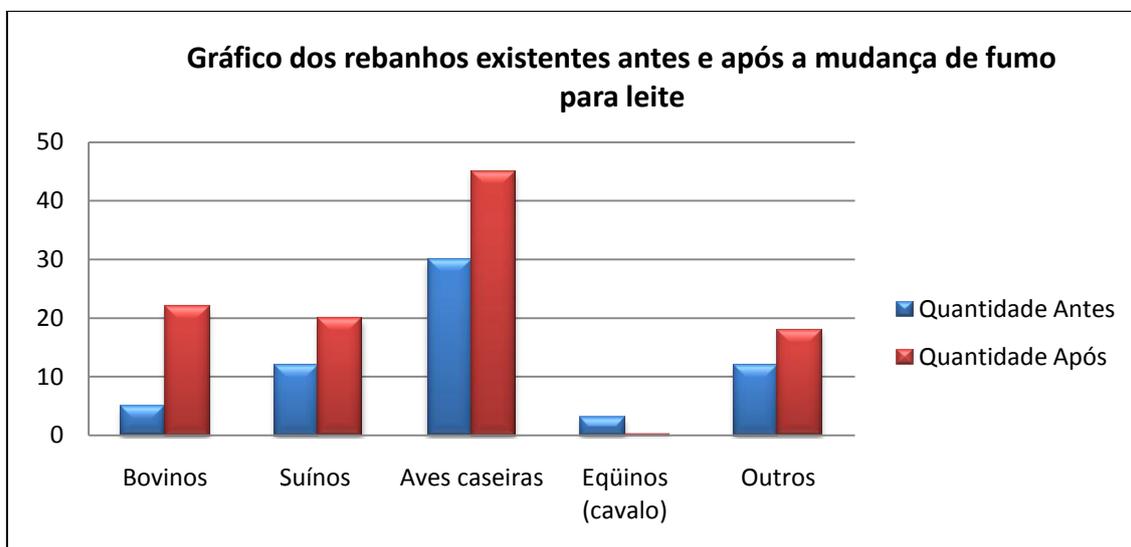
Fonte: Acervo do autor, 2009.



**Gráfico 2 - Benfeitorias existentes antes e após a mudança de fumo para leite – Irineópolis, SC.**

Fonte: do autor, 2009.

Aplica-se da mesma forma os investimento feitos em plantéis de animais das propriedades que acabarão aumentando conforme se evidencia no gráfico seguinte:



**Gráfico 3 – Plantéis de animais existentes antes e após a mudança de fumo para leite.**

Fonte: do autor, 2009.

Enfoca-se o aumento dos rebanhos bovinos de leite como consequência da atividade, no entanto, verifica-se que os demais rebanhos também tiveram aumentos significativos o que só reforça positivamente a atividade bovinocultura leiteira como possibilitadora de diversificação bem ao contrário da monocultura fumageira atrelada.



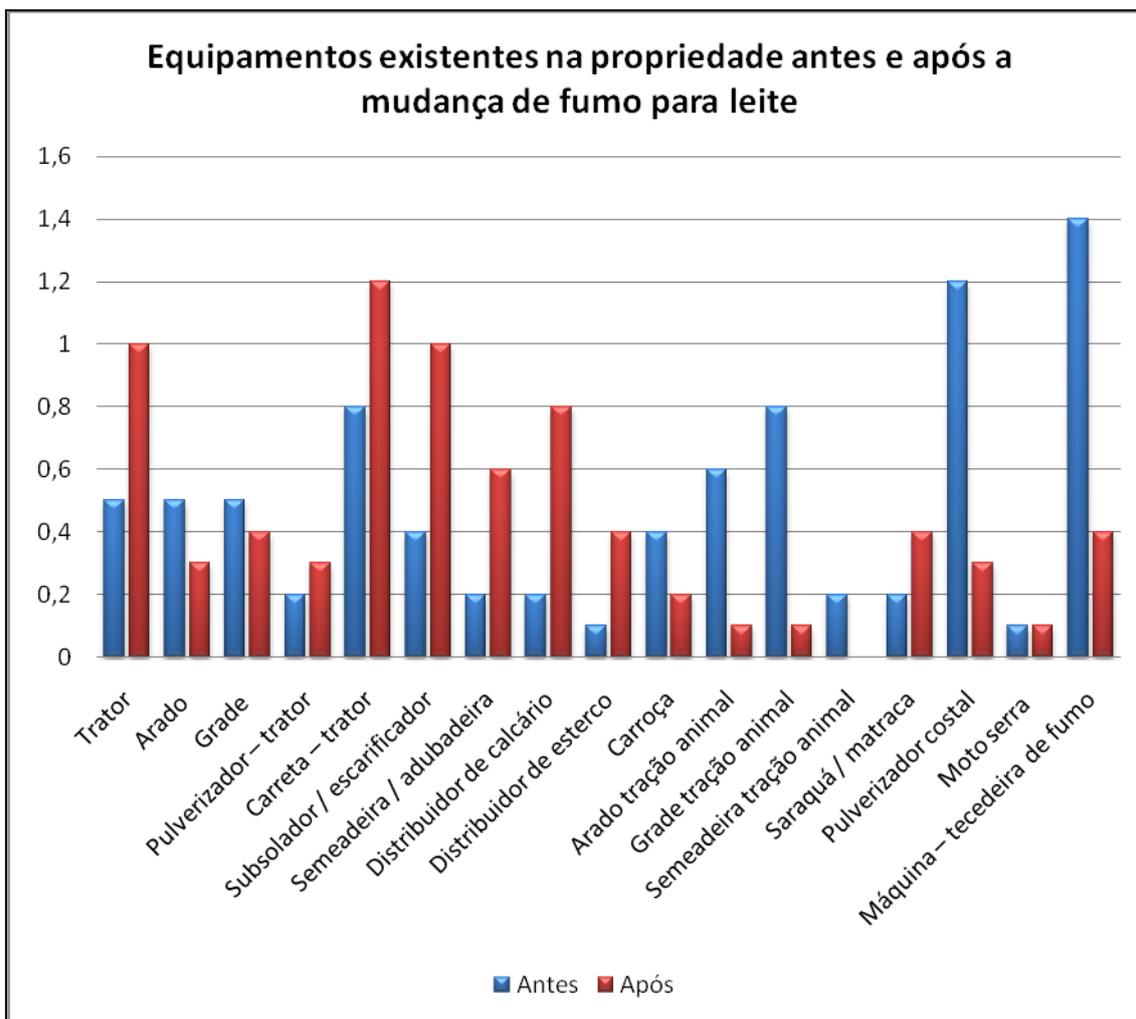
**Foto 4 – Rebanho leiteiro de uma propriedade estudada.**

Fonte: Acervo do autor, 2009.

Este destaque das políticas públicas influenciando no desenvolvimento das pequenas propriedades é fundamentado por Guanzioli e Cardim (2000):

Em âmbito nacional, os agricultores de sistemas familiares produzem 52% do VBP total da pecuária de leite, 24% da pecuária de corte, 58% de suínos e 40% de aves e ovos, o que demonstra a importância deste segmento nos produtos destinados ao mercado interno e também entre os principais produtos de exportação agrícola brasileira.

E ainda, a agricultura familiar deve ser entendida como o segmento que detém poder de influência econômica e social. Esta atividade, cujo capital pertence à família e em que a direção do processo produtivo está assegurada pelos proprietários, apesar do tamanho das unidades produtivas e de sua capacidade geradora de renda, possui características inteiramente compatíveis com a importante participação na oferta agrícola (ABRAMOVAY, 1992).



**Gráfico 4 - Equipamentos existentes na propriedade antes e após a mudança de fumo para leite**

Fonte: do autor, 2009.

Os investimentos em equipamentos (gráfico 4) mostram que a prática do manejo em bovinocultura utiliza-se de equipamentos na sua maioria voltado ao plantio de milho e forrageiras para alimentação animal.



**Foto 5 – Propriedade leiteira típica com grandes áreas de pastagens.**

Fonte: acervo do autor, 2009.

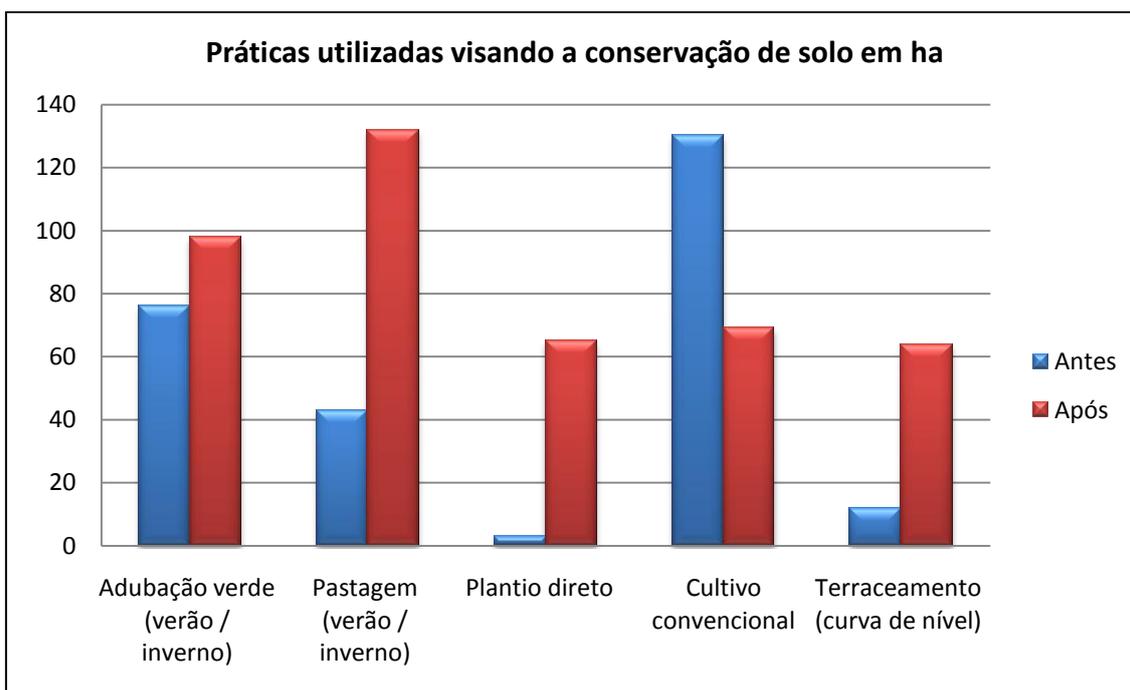
Este plantio muda do antes (fumicultura) para agora (bovinocultura de leite) na sua forma de preparo de solo. O plantio convencional é substituído por plantio direto em cultivo mínimo.

## 5.2 ANÁLISE AMBIENTAL DAS PEQUENAS PROPRIEDADES

As entrevistas “*in loco*” utilizaram como ferramenta metodológica a observação. Esta ferramenta fundamental para a descrição deste capítulo tem como base critérios qualitativos descritos no apêndice 1 “modelo de formulário”.

O controle e aplicação de práticas de conservação do solo são tecnologias cada vez mais difundidas pelos órgãos de assistência técnica seja esta em todas as esferas governamentais. As políticas de desenvolvimento rural vinculam sempre estas medidas necessárias e importantes e que quando aplicadas compulsoriamente atingem na sua grande parte todas as propriedades envolvidas.

Como se pode observar, no caso das pequenas propriedades rurais de comunidades do município de Irineópolis SC, estas medidas de conservação de solo estão sendo muito bem dirigidas em conjunto com o Programa Micro bacias 2, com os projetos de investimentos com recursos controlados do governo federal e distribuídos via Banco do Brasil S.A, através do Pronaf investimentos e Proger rural, além de outros.



**Gráfico 5 - Práticas que utiliza visando à conservação de solo na propriedade antes e após a mudança de fumo para leite**

Fonte: do autor, 2009.

Os recursos renováveis com que a natureza nos proporcionou, o solo propriamente dito, as florestas, a fauna silvestre, a água usada pelas plantas, as fontes, etc., cujos usos e preservação adequados se convencionou denominar amplamente de conservação do solo. Há muito tempo se buscou produzir a qualquer custo, esqueceu-se da preservação que garantiria a longevidade dos recursos de forma sustentável (MAREK, 2008, p.18).

Buainain (2005) destaca que o sucesso de uma tecnologia agrícola, empregada independente da propriedade, dependerá de sua adequação e compatibilidade com as condições físico-ambientais da propriedade. De maneira a visar a sustentabilidade do sistema como um todo, pois o tipo de solo, topografia,

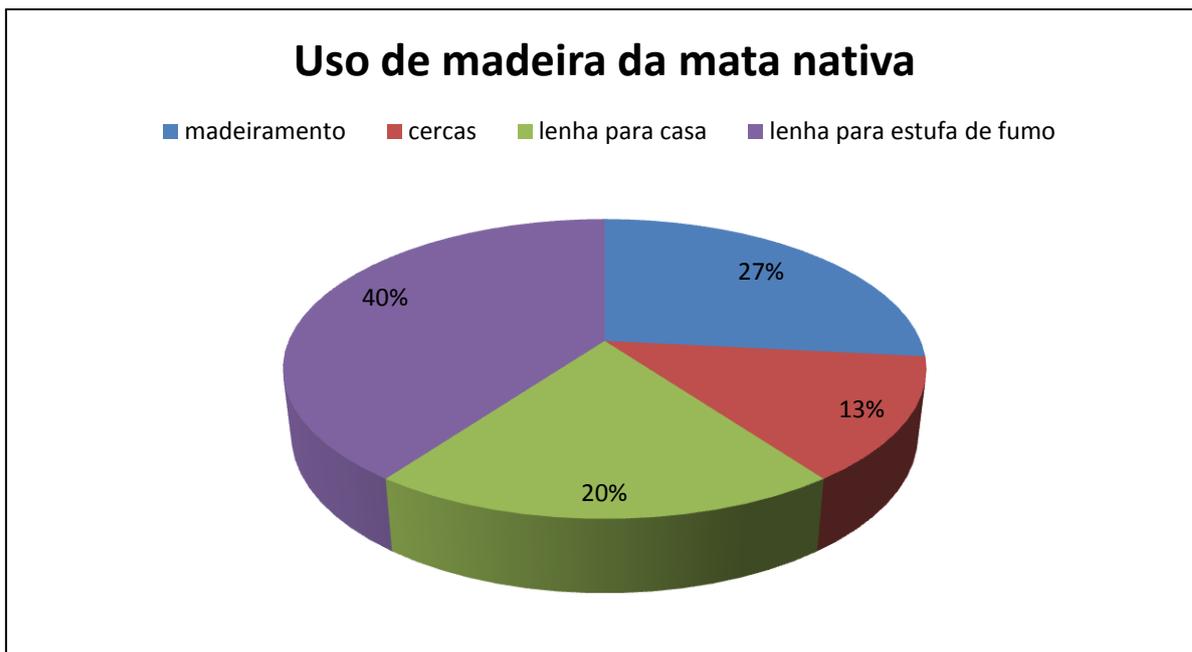
disponibilidade de água e clima são características que variam e dependem de uma excelente administração, que a partir da harmonia entre todos os recursos se obtém resultados favoráveis na produção.

Ao patrimônio de muitas nações, representado pelos recursos naturais de caráter renovável, deveu-se o florescimento da sua economia, caracterizado pelo bem-estar da população. A utilização dos recursos de maneira imprudente, porém, trouxe péssimas conseqüências. As florestas acabaram-se, grandes extensões de terras perderam a fertilidade pela erosão ou pelo desgaste dos nutrientes do solo, a fauna diminuiu, as fontes de água declinaram. Hoje, em tais nações, põe-se em dúvida a sua capacidade de manter o mesmo padrão de vida no futuro (MAREK, 2008, p.20).

No gráfico número 6 fica evidente que após as pequenas propriedades passarem a explorar a bovinocultura de leite caiu consideravelmente de 12 metros cúbicos anuais de lenha da floresta nativa para 2 metros cúbicos. Verifica-se ainda a destinação desta madeira em suas propriedades.

Embora proibido o uso em estufas da queima de lenha de origem da flora nativa esta prática ainda é muito usada por muitos produtores. Hoje a área reflorestada aumentou e praticamente todas as propriedades já possuem. Como ainda são áreas novas em muitas delas o corte para uso nas estufas ainda não está ocorrendo. Esta situação deverá ocorrer já no próximo ano.

O consumo baixo de 2 metros refere-se a queima em fogões de lenha e outros procedimentos como forno etc. Esta lenha muitas vezes é de vegetação seca de árvores em fim de ciclo vegetativo não comprometendo a flora nativa como um todo.



**Gráfico 6 – Consumo de lenha nativa em seus diversos usos**

Fonte: do autor, 2009.

Na esfera da agricultura familiar os fatores que afetam significativamente não estão somente ‘porteira para dentro’. Algumas variáveis de caráter econômico, como preços de produtos e insumos, o tamanho da propriedade, são em geral, importantes quando se fala em administração rural. Fatores decorrentes de: políticas, conjuntura macroeconômica, especificidades locais, mesorregionais e regionais, geram riscos a agricultura familiar, que torna-se muito suscetível a eles. Neste ponto se destaca a variável crucial para a tomada de decisões sobre a introdução de novas técnicas (BUAINAIN, 2005).

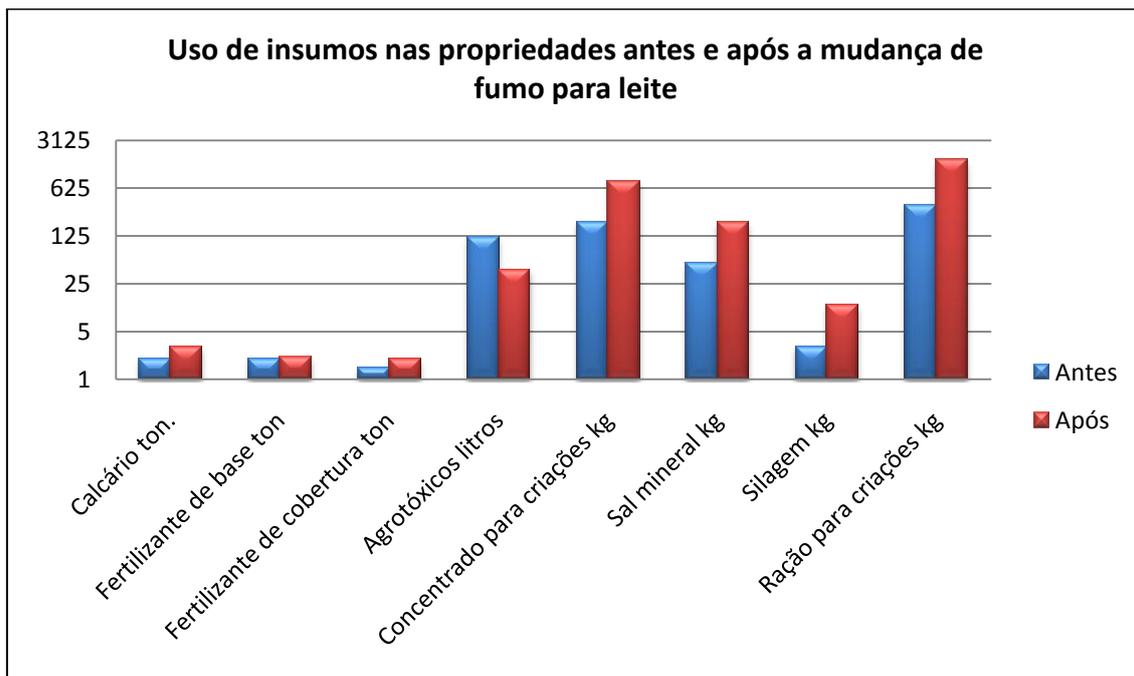
As conseqüências do uso de agrotóxicos na agricultura são freqüentemente relacionadas à saúde humana. Contudo, a “saúde” do ambiente também é primordial para que se possa assegurar a qualidade de vida do agricultor. (GLIESSMAN, 2005). No caso dos fumicultores entrevistados em Irineópolis (SC), fica evidente que após a mudança de atividade as propriedades melhoraram as práticas conservacionistas do meio ambiente. O plantio em áreas antes ocupadas pelo fumo passou a ser preenchidas por forrageiras para alimentação do gado, más com menos tratamentos culturais como visto pela menor quantidade de produtores que se utilizam do plantio em cultivo convencional em relação ao plantio direto.

O uso de terraceamento também aumentou pela ocupação da área e das culturas proporcionarem esta tecnologia. (Gráfico 5).

No que diz respeito ao sistema de manejo de solo, existem muitos padrões diferentes de preparo do solo, mas o principal empregado na agricultura convencional para a produção de fumo se processa em três operações, envolvendo uma aração profunda que revolve o solo e incorpora a massa verde das plantas de cobertura, uma gradagem leve e a preparação do mouchão. GLIESSMAN (2005).

Ainda segundo Gliessman (2005): os solos são utilizados como suporte para a planta e completa:

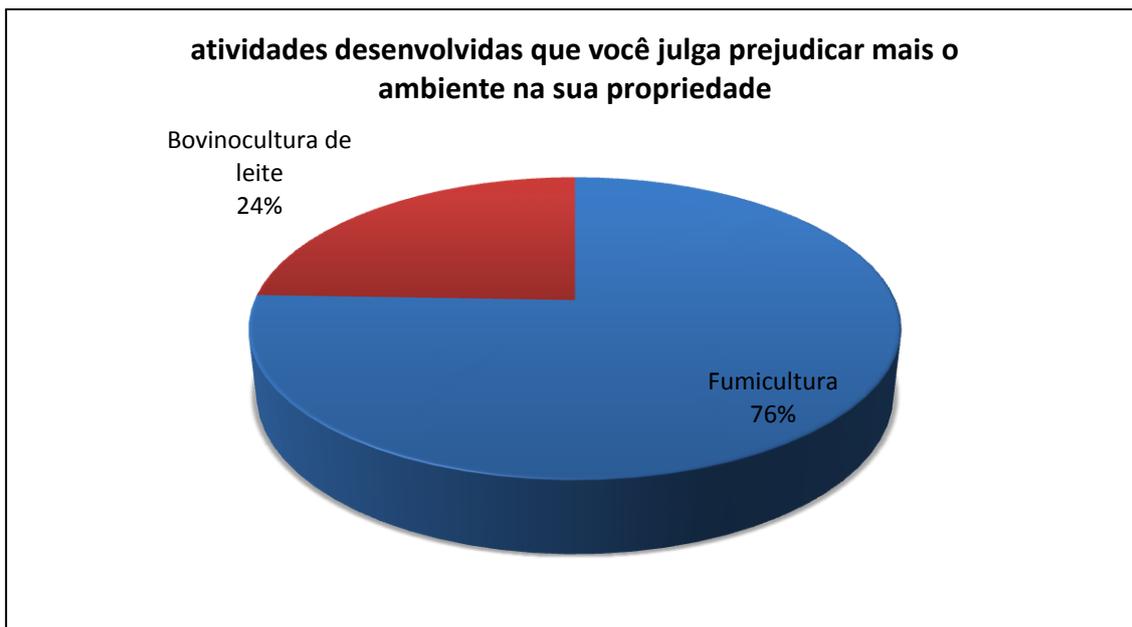
Nos atuais sistemas de cultivo, o solo é tratado como se fosse, basicamente, um meio para segurar a planta em pé. Entretanto, a função do solo cresce enormemente quando é manejado para a produção sustentável e se enfatiza o papel da sua matéria orgânica. (GLIESSMAN, 2005. p. 230).



**Gráfico 7- Uso de insumos nas propriedades antes e após a mudança de fumo para leite**

Fonte: do autor, 2009.

Outro dado significativo é a própria opinião dos produtores sobre as duas atividades comparadas. 76% acreditam ser a atividade bovinocultura de leite menos agressiva ao meio ambiente.



**Gráfico 8 - Qual das atividades desenvolvidas que você julga prejudicar mais o ambiente na sua propriedade.**

Fonte: do autor, 2009.



**Gráfico 9 - Destino dos resíduos orgânicos (esterco/chorume) da atividade de produção leiteira.**

Fonte: do autor, 2009.

A atividade leiteira embora produza resíduos poluentes ambientalmente, estes resíduos quando recebem tratamento adequados tornam-se importantes para a adubação do solo.

Esses sistemas caracterizam-se pelo confinamento dos animais e resulta em grande volume de dejetos líquidos, denominados chorume, um composto orgânico com elevado potencial fertilizante, constituído de fezes, urina, sobras de ração, água e outros resíduos. Quando adequadamente armazenados e corretamente utilizados, esses dejetos podem fornecer nutrientes para as plantas e ainda melhorar consideravelmente as condições físico-químicas do solo. Essa é uma das alternativas de maior receptividade pelos agricultores por ser de fácil operacionalidade na propriedade (SEGANFREDO, 1999).

### 5.3 ANÁLISE SOCIAL DAS PEQUENAS PROPRIEDADES

#### 5.3.1 Dados do agricultor e família

A realidade da agricultura familiar no município pesquisado demonstra que os jovens estão migrando para a cidade, deixando o meio rural sem jovens, principalmente do sexo masculino.

Na tabela abaixo apresenta-se a distribuição etária dos produtores de fumo, entre homens e mulheres.

Tabela 7 - Idade dos fumicultores entre homens e mulheres.

<b>Categoria descrita: Idade</b>	Até 20 anos	21 a 40 anos	Maior de 40 anos
<b>Homens %</b>	5	70	25
<b>Mulheres %</b>	17	57	26

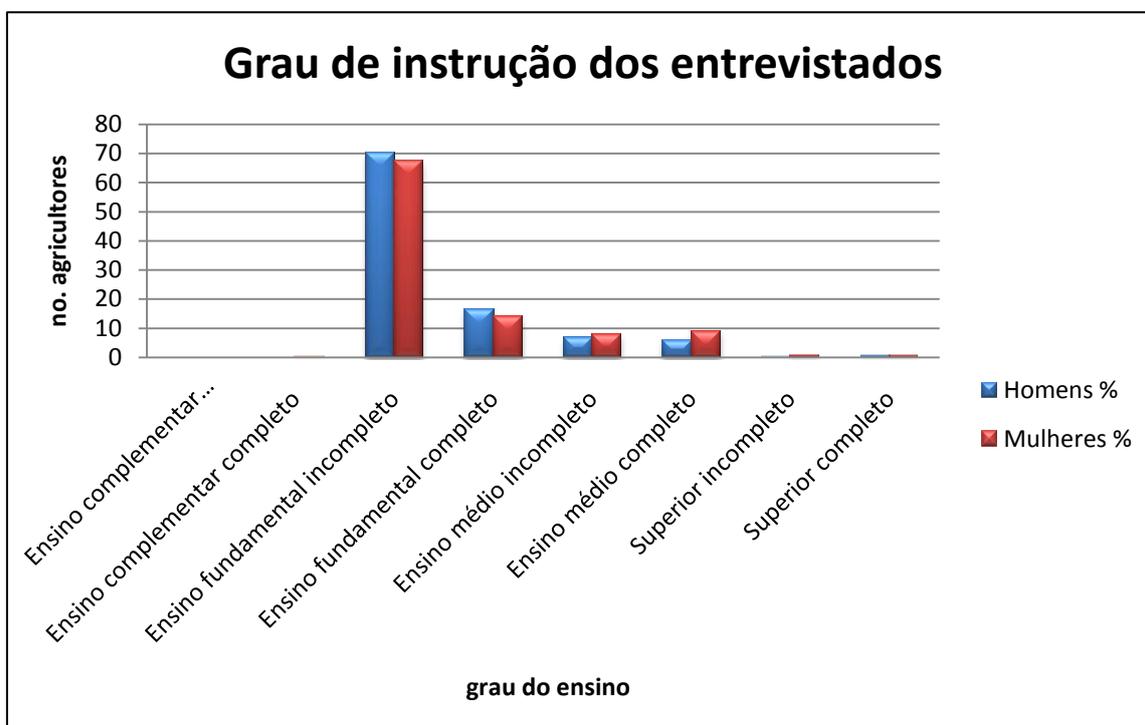
Fonte: do autor, 2009.

Verificou-se pela tabela 7 que 70% das mulheres e 57% dos homens têm idade entre 21 e 40 anos. Com isso, demonstra-se que para o cultivo do fumo é necessário mão-de-obra de ambos os sexos, jovens e com vigor físico, para suportar os trabalhos exigidos pela cultura.

O Gráfico abaixo indica o grau de escolaridade dos entrevistados. Apenas 0,5% possuem ensino superior, 9% médio completo (mulheres), ao passo que a maioria, aproximadamente 70% cursaram o ensino fundamental, muitas vezes incompleto.

É possível relacionar também que as mulheres alongaram-se mais em seus

estudos quando comparado aos homens.



**Gráfico 10 - Grau de escolaridade dos entrevistados**

Fonte: do autor, 2009.

No que concerne o número de pessoas que compõem a família, 55% dos entrevistados possuem de dois a quatro pessoas residentes na propriedade, com até dois filhos e 45% possuem de cinco a sete membros, com 3 a 5 filhos. O gráfico a seguir apresenta o número de filhos de cada casal entrevistado.

**Tabela 8 - Número de filhos por propriedade, Irineópolis, ( SC).**

Número de filhos por propriedade	Porcentagem (%)
1 filho	7%
2 filhos	21%
3 filhos	17%
4 filhos	24%
5 filhos	19%
Não tem	12%

Fonte: do autor, 2009.

Apesar da maioria dos produtores de fumo possuir mais de dois filhos, os jovens quando entrevistados afirmam que não gostam ou não pretendem continuar plantando fumo. "Não gosto de trabalhar na propriedade, não gosto de trabalhar com o fumo." (Jovem, 18 anos).

E ainda em outra entrevista o depoente relata: “Quero trabalhar com alguma coisa de se comer, leite, qualquer coisa menos fumo.” (Jovem, 17 anos).

Também foram perguntados aos membros das famílias quais seriam as razões ou motivos que podem levar os jovens a migrar para as cidades.

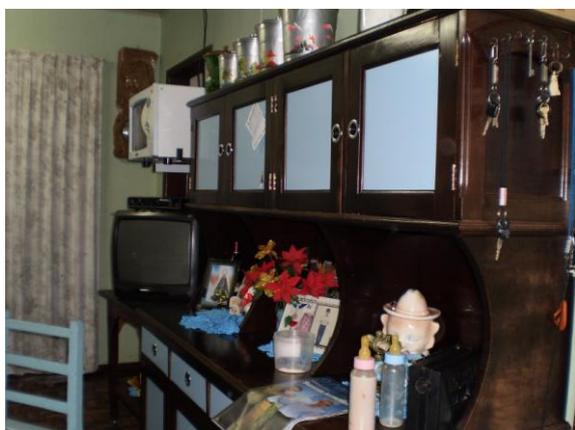
A dinâmica demográfica do rural brasileiro tem sido marcada pela drástica diminuição da população, principalmente nos últimos 50 anos. Apesar de que, em percentuais absolutos, essa diminuição tenha perdido a intensidade, ainda provoca uma série de prejuízos ao desenvolvimento dessas áreas. Atualmente, o êxodo rural apresenta-se revestido de duas novas formas: a masculinização e o envelhecimento da população rural (ABRAMOVAY, 2000).

Dentre as diversas respostas, as mais citadas foram:

- a) falta de alternativa para a agricultura;
- b) não gostam de trabalhar com o fumo;
- c) busca por estudo e trabalho;
- d) melhoria das condições de vida;
- e) mais oportunidade nas cidades.

Souza (2002, p. 28) ressalta que “[...] embora a saída do campo não signifique, necessariamente, melhores condições de vida para os jovens rurais, muitas vezes, essa é vista como uma possibilidade de acesso às condições básicas de saúde, transporte, lazer, educação.

Outro aspecto interessante a ser comparado é quanto aos bens e eletrodomésticos que o produtor possuía antes e depois que passou para a atividade bovinocultura.

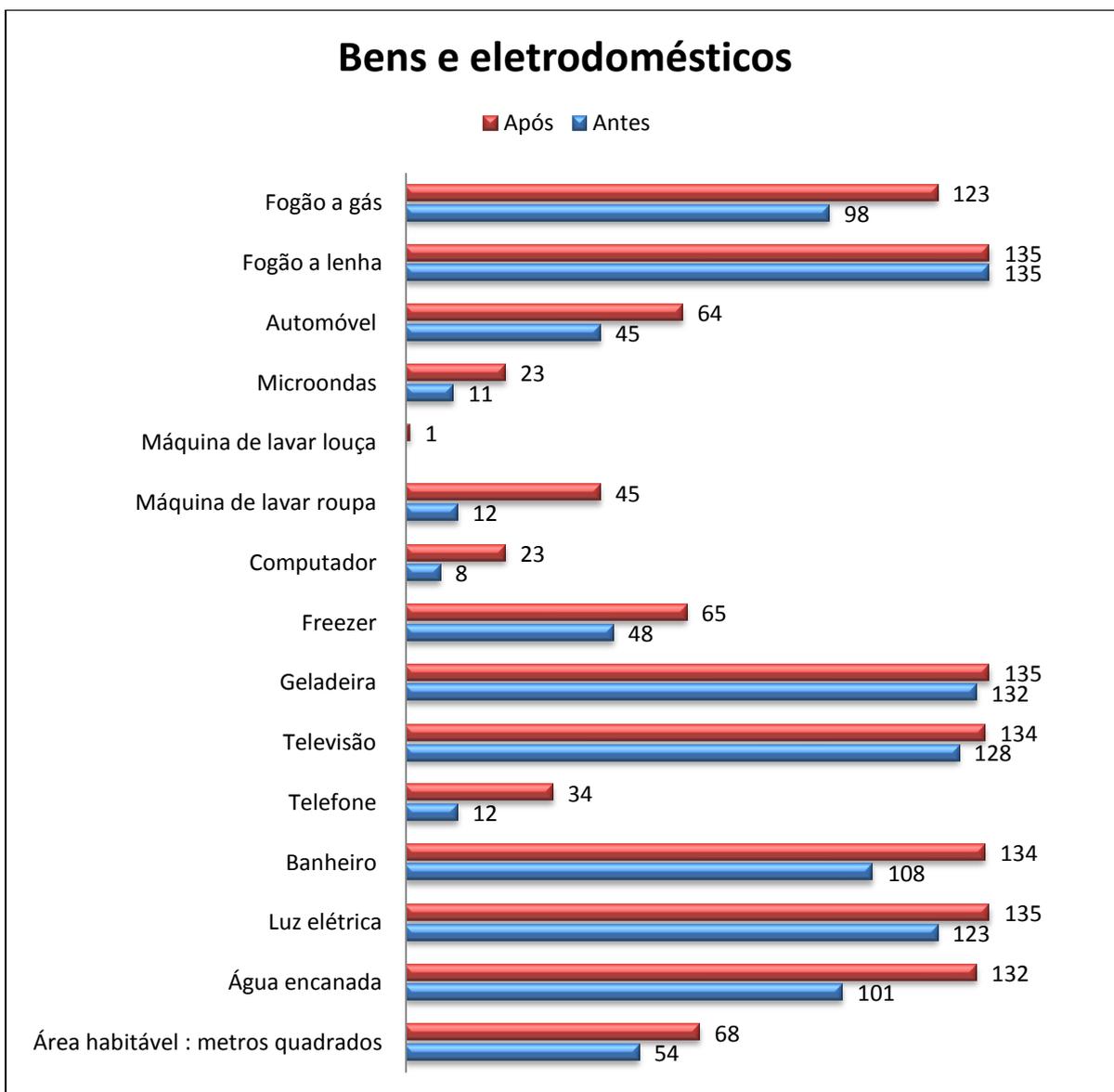


**Foto 6 – Eletrodomésticos**  
Fonte: Acervo do autor, 2009.



**Foto 7 – Eletrodomésticos**  
Fonte: Acervo do autor, 2009.

É notório que não é o fato econômico simples da mudança de atividade que levou a uma maior aquisição de bens, mas a ocorrência de que a partir do trabalho feminino na atividade faz também que ocorra uma mudança de hábito uma valorização das suas ambições. Isto acaba por traduzir-se em compras de utensílios do lar como se pode verificar no gráfico a seguir.



**Gráfico 11 - Bens e eletrodomésticos que o produtor possuía antes e depois que passou para a atividade bovino-cultora em número de produtores.**

Fonte: do autor, 2009.

### 5.3.2 A Tomada de Decisão

A “expansão vertical” (busca rápida de aumento da produtividade) praticada pelas grandes agroindústrias fez com que a pequena propriedade rural se tornasse “especialista” no assunto, atrelado ao pacote tecnológico (sementes, fertilizantes, agrotóxicos) e ao tripé: crédito, assistência técnica e comercialização, perdendo sua autonomia e seu poder decisório de o que, como e quando plantar.

Propriedade especialista no processo da atividade, sem, no entanto, prepará-lo para a gestão do conjunto como um todo.

De outra forma, houve uma transformação dos ideais destes agricultores, fazendo com que eles não vislumbrem novas alternativas de produção, tão pouco acreditem que possam produzir outras culturas. Este marasmo levou a perda de informações, novas tecnologias, conhecimentos de novas culturas, com conseqüências.

Segundo Caporal e Costabeber (2007), para se lograr um novo modelo de desenvolvimento agrícola é fundamental, primeiramente a participação ativa dos agricultores, seguida da valorização das tecnologias alternativas de menor custo e pelo uso racional dos recursos energéticos locais. Também se deve primar pela distinção de interesses, características e potencialidades de cada tipo de público.

É imprescindível fazer a transição de uma agricultura fortemente dependente de recursos materiais e financeiros externos aos estabelecimentos (desenvolvimento exógeno) em direção a uma agricultura baseada em conhecimentos, em tecnologias apropriadas, na ação protagônica das famílias rurais e no uso dos recursos que elas possuem no seu próprio meio (desenvolvimento endógeno). [...] substituir os “insumos materiais” por “insumos intelectuais”. (CAPORAL; COSTABEBER, 2005, p. 8).

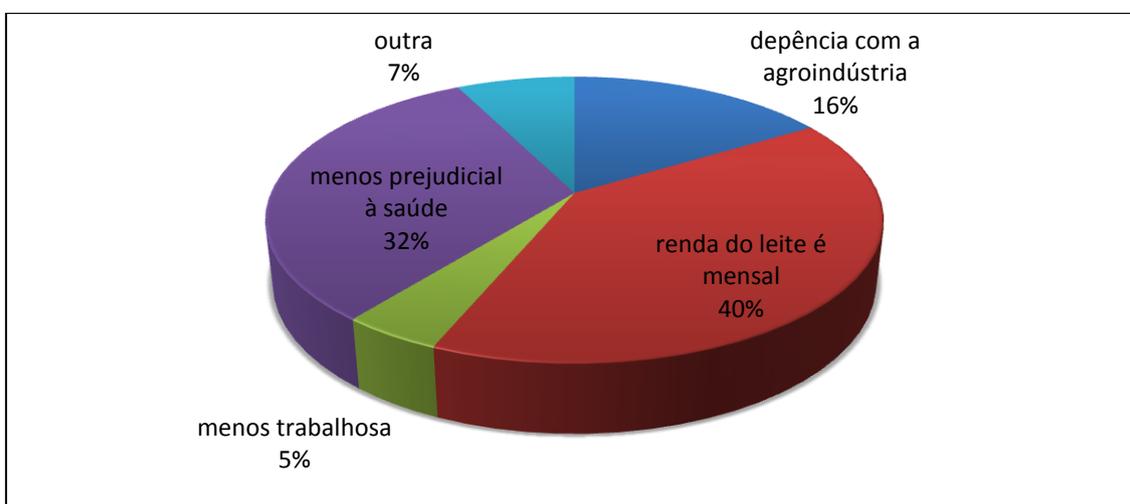
É preciso revolucionar as bases teóricas, redimensionando seu papel, rever seu público prioritário e apossar-se de um novo referencial metodológico capaz de abrir caminho para uma nova extensão rural apta a ocupar o espaço no qual ainda poderá mostrar-se útil (CAPORAL, COSTABEBER, 2005).

O depoimento de Maria de Lourdes Henning de Oliveira (entrevistada), 36 anos a cerca da substituição do fumo por leite, ratifica a afirmação do autor: “A nossa vida mudou bastante, o trabalho é bem menor e a gente tem todo mês aquela

renda. A gente pode contar com aquele dinheiro que vai entrar todo mês, a gente manda a última mandada de fumo para a firma e acabou o dinheiro, só na próxima safra. Agora sempre temos dinheiro certo por mês para o rancho, a luz, o gás. Com o fumo a gente é obrigada a comprar fiado no mercado todo o ano, pagando o dobro de juros”. (Maria de Lourdes Henning de Oliveira, 36 anos).

A expectativa de haver uma mudança de base econômica na propriedade acarretou, paralelamente, a uma mudança ideológica quanto à produção de culturas de subsistência.

Esta opinião é corroborada também por 50% dos entrevistados na entrevista de campo, (Gráfico 12).



**Gráfico12 - Razão pela qual o produtor optou pela mudança fumo para leite**

Fonte: do autor, 2009.

Ressalta-se que para 40% dos entrevistados a primeira razão em optar pela mudança da fumicultura para a bovinocultura foi o fato de que na atividade leite, a renda ser mensal. Pesa neste aspecto a mão de obra feminina da esposa e filhas as quais adquirem uma independência financeira, ainda que muito ínfima, no entanto importante para o reconhecimento do seu trabalho.

A dignidade deste trabalho, a manutenção mensal dos gastos “da casa” e a possibilidade da compra de bens de conforto, levam a família à tomada da decisão em conjunto e a opção pela mudança. A atividade leiteira tem esta característica de promover uma maior integração familiar nas decisões.

A escolha das vacas, a compra dos insumos, equipamentos etc. são exemplos de ações familiares tomadas em conjunto. É o respeito às decisões antes

na fumicultura unilateral.

A figura do homem e do técnico da empresa, agora é substituída pelo grupo de extensão do Estado, cooperativas, prefeitura, bancos, com a família.

#### 5.4 ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS PEQUENAS PROPRIEDADES

Um fator importante de análise do uso das políticas públicas no desenvolvimento das pequenas propriedades rurais no município de Irineópolis (SC) mais especificamente nas comunidades amostradas, é a utilização de recursos controlados. Este acesso passa obrigatoriamente pelos órgãos de extensão do estado (Epagri), quando da emissão da declaração de aptidão - DAP ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.

Desta forma a Epagri passa a dar de forma direta, caso seja a executante do projeto, ou indireta na situação em que o produtor efetuar seu projeto via escritórios de planejamento ou cooperativas.

Perguntado aos entrevistados se eles já tinham utilizado alguma forma de recurso controlado (Pronaf em suas modalidades, Proger, etc) 95% responderam que já haviam feito uso. Isto reforça a importância desta política pública em âmbito federal para o desenvolvimento da propriedade. Gráfico 13.



**Gráfico 13 – Acesso a algum tipo de recurso controlado pelo Governo.**

Fonte: do autor, 2009.

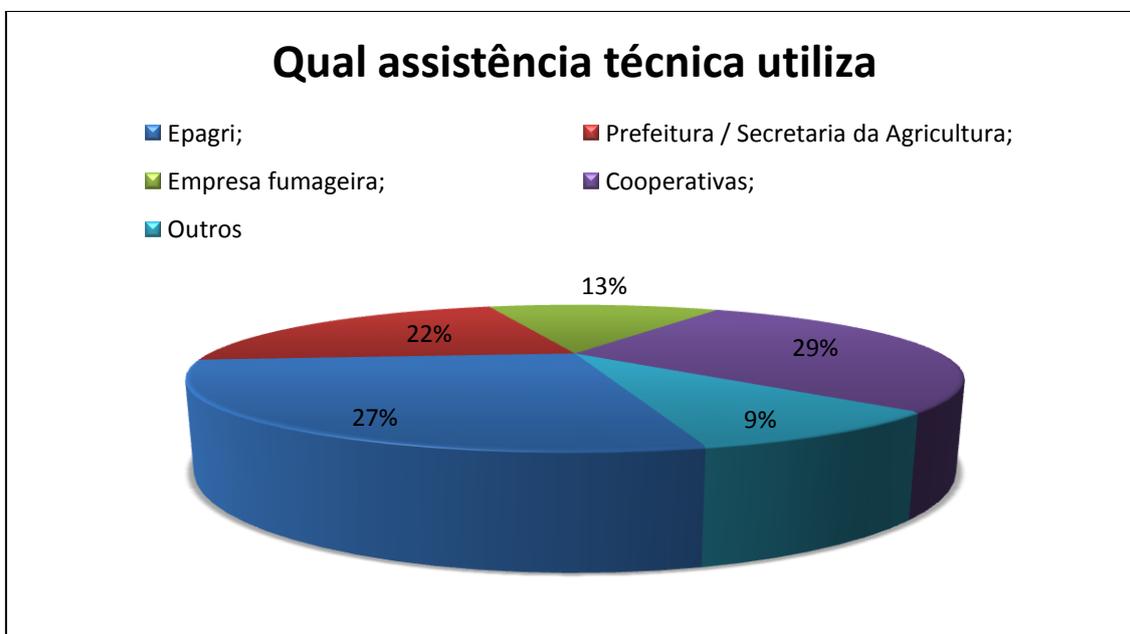
Outro questionamento que mensura a importância das políticas públicas é sobre o uso da assistência técnica na sua propriedade. 49% dos produtores responderam que utilizam as vezes (1 ou 2 vezes ao ano). Esta assistência muitas vezes é confundida com atendimento técnico, por exemplo, com o chamado de médico veterinário para atender um animal doente. Quanto ao trabalho de assistência para busca de tecnologia, informação etc, 36% respondeu que sempre que necessário utiliza e 15% nunca utiliza.



**Gráfico 14 - Qual a importância da assistência técnica na sua propriedade**

Fonte: do autor, 2009.

Verifica-se que 49% dos produtores recebem assistência técnica a qual esta distribuída da seguinte forma quanto à empresa prestadora:



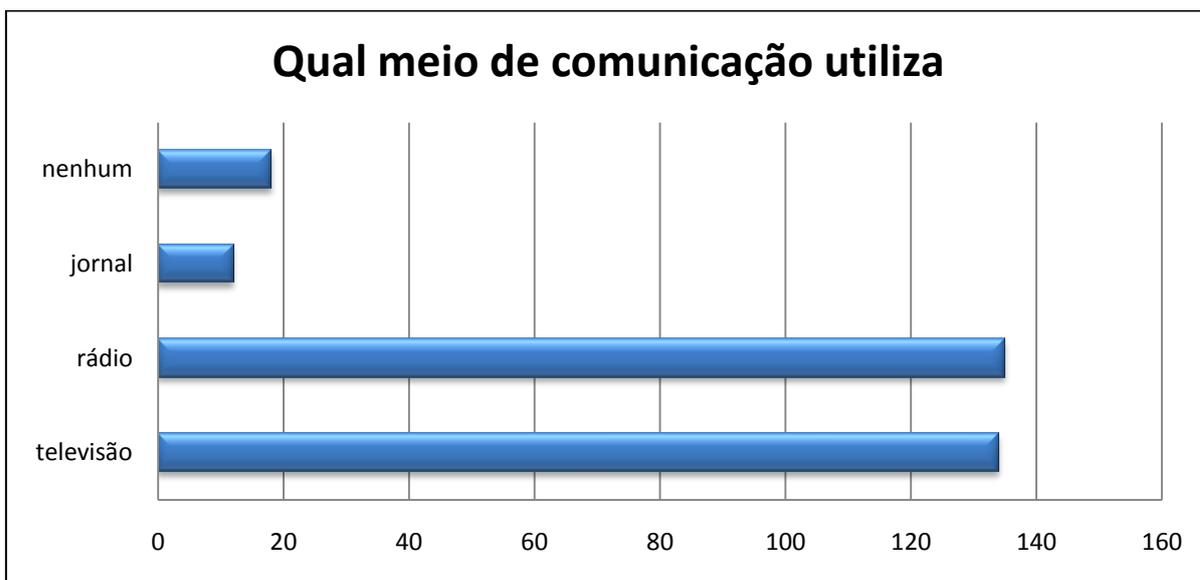
**Gráfico 15 - Qual a empresa de assistência técnica é utilizada.**

Fonte: do autor, 2009.

Dentre as empresas prestadoras de assistência técnica as propriedades atendidas destacam-se a assistência dada pelas cooperativas de leite com 29%,

Epagri com 27%, prefeitura (secretaria de agricultura) com 22%, fomento de indústrias fumageiras 13% e outros 9%.

A assistência técnica como política pública a pequenas propriedades torna-se fundamental tanto no aspecto da proteção do patrimônio, neste caso os animais leiteiros, quanto em aspectos como qualidade do leite, produtividade, e outros fatores que influenciam sobre o valor aferido ao produto.

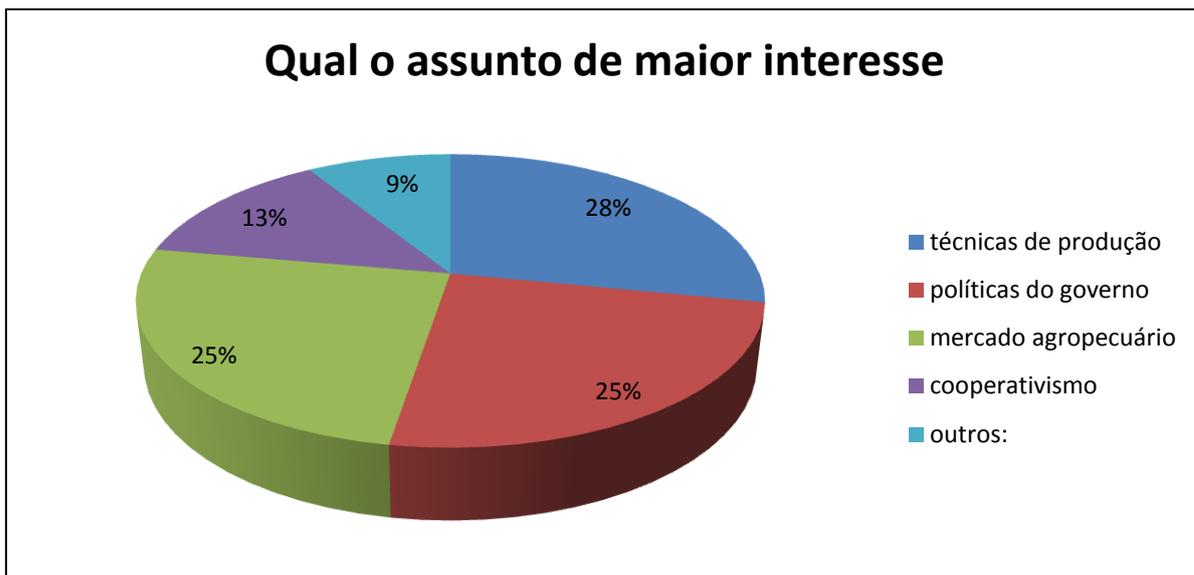


**Gráfico 16 - Qual o meio de comunicação que você utiliza?**

Fonte: do autor, 2009.

Observando o gráfico anterior tem-se uma idéia da importância da mídia (televisão e rádio) como formadora de opinião. Existem programas transmitidos pelo rádio de cooperativas, empresas de extensão e outros que informam ao produtor sobre épocas, disponibilidade, tipos de recursos, etc. para que este possa buscar estas formas de incentivos.

Ao perguntar aos entrevistados qual o tipo de informação mais ele acompanha o resultado foi o demonstrado a seguir:



**Gráfico 17 - Qual o assunto apresenta maior interesse.**

Fonte: do autor, 2009.

Os pontos mais relevantes mostrados anteriormente, somados a pesquisa observacional e a entrevista dão subsídios suficientes para as conclusões e considerações finais descritas no próximo capítulo.

## 6 CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a maioria das pequenas propriedades não está preparada para solucionar seus problemas isoladamente, justamente porque entre outras razões, não possuem os conhecimentos, as habilidades e principalmente as atitudes necessárias para realizarem tais ações.

Esta dependência da agropecuária familiar faz parte da história do Brasil e da própria humanidade. Sua extensão foi reduzida ao longo dos séculos devido ao desenvolvimento tecnológico do próprio setor agropecuário e dos outros setores produtivos da economia. Assim, paulatinamente, o termo familiar tem sido associado a passado, atraso e pouca significância.

Porém, o mundo moderno colocou o sistema familiar de produção dentro de um contexto sócio-econômico próprio e delicado, haja vista, que sua importância ganha força quando se questiona o futuro das pessoas que subsistem do campo, a problemática do êxodo rural e, conseqüentemente, a tensão social decorrente da desigualdade social no campo e nas cidades. Se por um lado, a agropecuária familiar tem um papel social inquestionável, por outro, sua sobrevivência é incerta. Por si só, este setor produtivo é desorganizado e ineficaz para promover seus próprios interesses.

Contrapor o obstáculo da Convenção-Quadro sobre controle do Uso do Tabaco, que faz com que o agricultor abandone a fumicultura e tenha que migrar para alguma alternativa de produção, é o desafio. Este desafio busca nas políticas públicas sua base de apoio. Ações estão deixando de contemplar papéis para ir à busca da efetividade. Os produtores têm hoje acesso a vários programas que o amparam.

Para avaliar com precisão a importância e a complexidade do segmento familiar da pequena propriedade rural, devem-se considerar, além da agropecuária propriamente dita, as atividades a montante (antes da fazenda) e a jusante (depois da fazenda). O objetivo é que essas atividades sejam extremamente interdependentes do ponto de vista econômico, social e tecnológico.

Quanto, as políticas públicas, de um lado, e as estratégias das entidades representativas dos setores envolvidos, de outro, tenderão a ser mais eficazes sempre que levarem em conta tais interdependências.

Quanto á gestão da atividade rural, verificam-se com intensidade setores produtivos são capazes de associar suas empresas a fim de defender interesses comuns, mas no caso do setor agropecuário, a consolidação de grupos que alvejam ideais parecidos é uma tarefa emaranhada e às vezes inviável. O grande número de unidades de produção rural diverge em termos de tamanho, capital e tecnologia, tornando as prioridades individuais diferentes.

Especificamente no que tange a fumicultura o pacote tecnológico imposto pelas agroindústrias deste ramo promovem uma relação de dependência. Esta vinculação tende a avançar para dimensões que superam a própria dependência econômica, atrelando-se a pontos como as questões ambientais e sociais.

Na conjuntura das propriedades de menor porte, o problema é proeminente, dada à disparidade de sistemas e estratégias produtivas que determinam objetivos difusos, por conseqüência, a força do setor é diluída em grupamentos locais. Associações e cooperativas possibilitam a permanência do sistema familiar em algumas regiões, mas são totalmente inexistentes em outras.

Cabe, então, ao governo e às comunidades a promoção de medidas capazes de alterar os rumos da produção familiar, devido a sua importância estratégica no que se diz respeito ao bem estar geral da sociedade.

Pode-se observar que a dependência com a monocultura fumageira, ainda carece de políticas mais definidas para que exista a possibilidade das pequenas propriedades estimularem-se a efetuar a mudança, seja ela para a bovinocultura leiteira, objeto deste estudo, ou para outra atividade cabível.

Como limitantes, sociais, econômicos e ambientais, na transição de sua atividade fumo – leite está a necessidade do direcionamento de políticas públicas, com ênfase na pequena propriedade familiar. É, primordialmente, necessário traçar o perfil deste segmento. A delimitação do espaço ocupado por este setor dentro do amplo contexto da economia brasileira pode auxiliar a criação de alternativas que visem à manutenção, ou mesmo, a melhoria da feição familiar, buscando a tão alvejada sustentabilidade deste tipo de ocupação.

Socialmente a bovinocultura leiteira apresenta-se como a atividade que dá opções de valorização do trabalho feminino como mão de obra digna, remunerada mensalmente, capaz inclusive de promover certo “grau” de liberdade.

Outro aspecto refere-se à diversificação de atividades, colocando as propriedades

opções de: comercialização do produto, não atrelado a contratos ou aquisição de insumos de forma compulsória.

Sob a ótica ambiental evidencia-se fortemente a diminuição do uso de produtos agrotóxicos, espécies vegetais (lenha), e a prática de manejo e conservação do solo. Evidenciou-se que na bovinocultura de leite estas práticas são menos agressivas e debilitantes ao meio ambiente.

Ao ponderar-se a razão do que se faz, do que pode ser feito e do que foi feito – nota-se a influência e importância das políticas públicas denominadas programas (...) onde estas ferramentas promovem a mudança no contexto da propriedade, da comunidade e da região no entorno.

A pequena propriedade produtora de leite soma-se as demais propriedades que formam um domínio leiteiro local (linha de leite) com um responsável pela coleta e transporte deste leite, e direcionamento a uma unidade receptora (Indústria). Aparece o fortalecimento da comunidade que passa a ter “força” de negociação de seu produto coletivamente. Isto não acontecia anteriormente na fuminicultura atrelada.

A assistência técnica seja ela: do município, do estado, ou de empresas particulares aparece com maior efetividade e desvinculada da empresa compradora do produto origem. O produtor define pela oferta da assistência e cria seu vínculo de confiança a esta, sem receio de ser induzido de qualquer forma. Existe um sentimento de empregador, de liberdade de escolha, de independência.

As políticas públicas nas esferas federal, estaduais e municipais tendem a considerar o meio rural apenas na dimensão da produção agropecuária.

As pequenas propriedades rurais receberam, até recentemente, o mesmo tratamento dispensado as médias e grandes pelas políticas públicas voltadas à agricultura.

A orientação por meio de serviços de extensão rural de qualidade, a assistência técnica, o treinamento gerencial e a disponibilização dos serviços públicos essenciais são de fundamental importância aos pequenos produtores rurais.

É importante e necessário a discussão de ações governamentais e o seu papel como articulador das políticas públicas para melhoria da qualidade de vida em pequenas propriedades do município de Irineópolis (SC).

Essas preocupações com as melhorias abrangem momentos tanto antes quanto depois da porteira.

Como contribuição, identificou-se que o governo vem desenvolvendo seu papel de maneira cada vez mais atuante, indo ao encontro dos problemas nas pequenas propriedades rurais e sempre que possível solucionando-os ou encaminhando-os aos setores ou órgãos competentes.

A prefeitura utiliza-se de fomentar, ainda que de maneira simples, projetos de desenvolvimento local na atividade rural que podem agregar valor trabalho ao produtor e, conseqüentemente, todos receberão maior benefício em troca.

Procura-se apresentar algumas possibilidades de geração de renda em pequenas propriedades rurais, partindo de um exemplo concreto e de uma proposta alternativa que implica na organização coletiva desta categoria de produtores.

O exemplo concreto apresentado consiste no Projeto Micro Bacias 2 do governo do estado de Santa Catarina.

Quando se estuda a sustentabilidade têm-se dois pontos de vista, o público (promovendo desenvolvimento sustentável) e o privado (promovendo a sustentabilidade empresarial através de ações sócio-ambientais).

São duas visões que se complementam para o desenvolvimento. Nesta dissertação a analisa-se a visão das políticas públicas a partir da mudança produção fomicultura para bovinocultura de leite em pequenas propriedades rurais de Irineópolis (SC) e suas relações com outros agentes econômicos nos quais os indicadores são voltados para ações internas promovendo melhorias de processos (produtores rurais), social e a redução de impactos ambientais, ações sociais.

A análise das principais atividades produtivas de cunho comercial implementadas pelos agricultores locais permite a elaboração de algumas considerações: dimensão ambiental, dimensão econômica, dimensão social.

A atividade leiteira é, sem dúvida, aquela que apresenta o maior potencial de expansão. Apesar de apresentar importantes limitações na cadeia produtiva (dispersão dos produtores, fragilidade do setor industrial do município, deficiências técnicas dos produtores), esta atividade pode vir a constituir uma significativa fonte

de renda para os agricultores com maior disponibilidade de áreas agrícolas.

Em contrapartida, com relação a fumicultura, pode-se aferir que a quase totalidade dos sistemas de produção implementados pelos agricultores locais dependem da cultura comercial do fumo implementada de forma intensiva e altamente dependente de insumos agroquímicos modernos. Esta situação exige dos agricultores locais a utilização de suas melhores áreas agrícolas para a realização desta cultura.

Do ponto de vista econômico, é forçoso constatar que a cultura do fumo é responsável por grande parte da renda agrícola dos agricultores da região. No entanto, a importância da cultura do fumo tem acarretado uma redução da utilização da rotação de culturas e um progressivo aumento na ocorrência de pragas e moléstias. Tal situação, associada a padrões de qualidade em níveis elevados por parte das empresas fumageiras, tem exigido dos agricultores locais uma constante incorporação, em suas plantações, de novas tecnologias produtivas e uma crescente utilização de insumos agroquímicos.

Assim, pode-se constatar que os agricultores locais buscam alcançar a sua reprodução social implementando sistemas produtivos que priorizam critérios de ordem econômica em detrimento de critérios sociais e ecológicos, situação que pode acarretar a médio e longo prazo a inviabilidade dos sistemas de produção baseados na fumicultura.

Quanto à questão fundiária, constatou-se que um grande segmento dos agricultores familiares locais estão confrontados a relações de produção francamente desfavoráveis para obterem acesso a terra. O estabelecimento de contratos de parceria com menores imposições (em relação à duração dos contratos e aos custos e encargos), assim como o acesso ao crédito fundiário, parece constituir um meio de intervenção na realidade agrária local capaz de reverter o processo de exclusão social destes agricultores.

Por fim, cabe salientar que o instrumental sistêmico utilizado para fundamentar o presente estudo permitiu colocar em evidência a importante diversidade de situações vividas pelos agricultores familiares locais.

Tal expressão induziu, igualmente, um processo de reflexão sobre as ações e proposições de desenvolvimento rural mais apropriada às peculiaridades apresentadas pelos diferentes tipos de agricultores familiares identificados na região de estudo, a ponto de concluir-se sobre a fundamental importância das políticas

públicas para o desenvolvimento da pequena propriedade, das comunidades, e da região.

## 7 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1992.

\_\_\_\_\_. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. São Paulo: APAEB, 2000.

AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil. **Dados da Fumicultura na Região Sul e Câmara Setorial do Fumo**. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br>>. Acesso em: jan. 2009.

AURAS, M. **Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla**. Florianópolis (SC): UFSC; Cortez, 1984. 177p.

BARBETTA P. A. **Estatísticas aplicadas às ciências sociais**. 4.ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

BITTENCOURT, G. A. **Abrindo a caixa preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil**. Campinas,SP: Unicamp, 2003.

BOEIRA, S. L. **Atrás da cortina de fumaça**. Tabaco, tabagismo e meio ambiente: estratégias da indústria e dilemas da crítica. 2000. Tese [Doutorado em Ciências Humanas]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

BONATO, A. **Perspectivas e desafios para a diversificação produtiva nas áreas de cultivo de fumo – a realidade da produção de fumo na região Sul do Brasil**. Curitiba: DESER. 2007.

BRANCO, S. M. Ecologia e ecologismos. In: KUPSTAS, M. (Org.) **Ecologia em debate**. São Paulo: Moderna, 1997, p. 21-31.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil-1988**. Disponível em <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 16 fev. 2006.

\_\_\_\_\_. Constituição Federal. **Código civil, código de processo civil, Código Comercial**. Yussef Said Cahali (Org.). 9. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. Disponível em: <<http://www.facef.br>>. Acesso em: 09 abr. 2009.

BUAINAIM, A. M. et al. Peculiaridades regionais da agricultura familiar brasileira. In: SOUZA FILHO, H. M. de S.; BATALHA, M. O. (Org.) **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: EdUFSCar, 2005, p. 13-41.

CARVALHO, C. B. de. **Relação socioeconômica dos fumicultores-fumageiras da região de Sombrio, SC e uma proposta de transição agroecológica**. Dissertação de Mestrado em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina; Florianópolis, 2006. 131p.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. 3. ed. Brasília, DF: MDA/SAF/DATER, 2007.

CASTRO, E. **Vida heróica Frederico Grobe – O homem que viveu o Contestado**. Paulo Frontin, PR: Frontin, 2002.

CHIAVENATO, I. **Administração – teoria, processo e prática**. 3 ed. São Paulo: Makron Books, 1997.

\_\_\_\_\_. **Iniciação à administração geral**. 3 ed. São Paulo: Makron Books, 2000b.

\_\_\_\_\_. **Introdução à teoria geral da administração**. 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000c.

CHIAVENATO, J. J. Desenvolvimento sustentável para todos. In: KUPSTAS, M. (Org.) **Ecologia em debate**. São Paulo: Moderna, 1997, p. 112-127.

CNM. Disponível em: <<http://www.cnm.org.br>>/ Acesso em 2 jan. 2009.

DESER - Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais - Cadeia Produtiva do *Fumo* - **Revista Contexto Rural**, n.4... 2009. Disponível em: <<http://www.deser.org.br>>. Acesso em: fev. 2009.

DIAS, R. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atas, 2006.

DOMINÓ, C. D.. **Crédito rural: as melhores opções para agricultores dos municípios de União da Vitória – PR e Porto União – SC**. 2008. f.71. Trabalho de Conclusão de

Curso [Graduação em Administração com ênfase em Agronegócios]. Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu – Uniguaçu, União da Vitória (PR).

EPAGRI. **Microbacias 2**. Disponível em: <<http://www.epagri.rct-sc.br>>. Acesso em: 10 abr. 2009

ETGES, V. **Sujeição e resistência**: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo. Santa Cruz do Sul: Editora e Livraria da FISC, 1991.

FIRETTI, R.; RIBEIRO, M. M. O. Cooperativismo e assistência técnica: novos parâmetros para ação **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 23, n. 4, p. 1039-1043, 2001. **Anais do X Encontro Anual de Iniciação Científica, 2001**. p. 292-293 .

GUANZIROLO I, C. H.; CARDIM, S. E. O novo relato da agricultura familiar. Departamento de Agropecuária, Pesquisas da Pecuária Municipal (PPM), 2000, Rio de Janeiro.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 3 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Confronto das safras de 2008 e 2009** - Brasil - Fevereiro 2009 ... FONTE - Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias - GCEA/IBGE, DPE. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/lspa\\_200902\\_6.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/lspa_200902_6.shtm). Acesso em: 08 abr. 2009.

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001.

LINHAS de crédito e investimento da agricultura familiar na safra 2008 e 2009. <<http://www.atrpr.com/planilhas/linhasdecreditoinvestimento/20082009/linhasdecreditoinvestimentogriculturafamiliaranosafra0809.pdf>>. Acesso em 05 de out. 2008.

MARCONDES, T. Considerações sobre a produção leiteira de Santa Catarina, **EPAGRI/CEPA – I Seminário Territorial da Cadeia Leite no PNC** (2007 p.32).

MARCONDES, T. **Leite** - expressivo crescimento da produção de Santa Catarina. Publicado em 19 dez. 2007. Disponível em: <<http://cepa.epagri.sc.gov.br/Infconj/ultimos/leite.htm>>. Acesso em: 02 mar. 2008.

MAREK, J . **Plano de desenvolvimento sustentável, com enfoque ambiental, para a agricultura familiar na Comunidade Cerro do Leão – Paula Freitas – PR.** 2008. f.132. Trabalho de Conclusão de Curso [Graduação em Administração com ênfase em Agronegócios]. Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu – Uniguaçu, União da Vitória (PR).

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa é referência em alternativas para a cultura do fumo** - 30/05/2008. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codinterno/17345>>. Acesso em: 11 abr. 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<http://luzparatodos.mme.gov.br/www.territoriosdacidadania.gov.br>>. Acesso em: 11 abr. 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Territórios e cidadania. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community>>. Acesso em: 11 abr. 2009.

MELO, M. J. F. Herdeiros do Contestado. **Jornal Correio do Contestado**, Papanduva (SC), 07 fev. 2008

MICROBACIAS. Disponível em: <[HTTP// www.microbacias.sc.gov.br](http://www.microbacias.sc.gov.br)> Acesso em 2009.

NARDI, J. B. **O fumo brasileiro no período colonial**. São Paulo: ed. Brasiliense S.A., 1996.

OLALDE, A. R. **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br>>. Acesso em: 22 jan. 2009.

PROCHNOW, M. e SCHÄFFER W. B. **Fumicultura é responsável por devastação em Santa Catarina**. Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí – Apremavi/SC (1998).

RESUMOS do V CBA - Desenvolvimento Rural. **REV. BRAS. DE AGROECOLOGIA**/out. 2007 Vol.2 No.2

RIBAS, S.D. **Resgate de memórias**. Papanduva em Histórias. Famílias - p.67. Florianópolis: Insular, 2007.

RIBEIRO, M. L. S. História da educação brasileira. **Educação brasileira**, Brasília, v. 11, n. 22, 1989.

SANTOS, L. W. **Estação agrônômica e de veterinária do estado - (1895-1920)**, Florianópolis: UFSC, 1998. 197p.

SANTOS, A. R. dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 5.ed. Ver. (conforme NBR 6.023/2000). Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SANTOS, O. V.; MARCONDES, T.; CORDEIRO, J.L.F. **Estudo da cadeia do leite em Santa Catarina: prospecção e demandas (versão preliminar)** Florianópolis: Epagri/Cepa, 2006

SEGANFREDO, M.A. Os dejetos de suínos são um fertilizante ou um poluente do solo? **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v.16, n.3, p.129-141, 1999.

SILVA, M. R. S.; SANTOS, S. S. C. A saúde no contexto do desenvolvimento sustentável. *In*: CIANCIARULLO, T. I.; CORNETTA, V. K. (Org.). **Saúde, desenvolvimento e globalização: um desafio para os gestores do terceiro milênio**. São Paulo: Ícone, 2002, p. 13-35.

SOUZA, P. R. P. De. Servidão ambiental. *In*: HERMANS, M. A. A. (Coord.). **Direito ambiental: o desafio brasileiro e a nova dimensão global**. Brasília: Brasília Jurídica: OAB, Conselho Federal, 2002. p.143-169.

STÉDILE, J. P. (Org.): **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003**. Discurso do Presidente João Goulart. Proferido a 13 de março de 1964. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

THOMÉ, N. **Uma nova história para o Contestado**. Caçador: Universidade do Contestado/Museu do Contestado, 2004.

WANDERLEY, M. N. Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In*: **20º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, Caxambu, 1996.

## APÊNDICE A - MODELO DE FORMULÁRIO DE ENTREVISTA

### UNIVERSIDADE DO CONTESTADO – UNC Entrevista de Campo João Estevão Sebben

#### Pequenas propriedades rurais em comunidades do município de Irineópolis SC

#### 1. Dados Iniciais:

Nome do produtor entrevistado \_\_\_\_\_

Comunidade \_\_\_\_\_

1.1 - Reside na propriedade: ( ) sim ( ) não

1.2 - Trabalha como empregado parte do ano: ( ) sim ( ) não

1.3 - Realiza mutirões ou troca dias de serviço com outros agricultores: ( ) sim ( ) não

1.4 - Vende dias de serviço: ( ) sim ( ) não

1.5 - Há Quanto tempo trabalha no meio rural agrícola: \_\_\_\_\_ anos

1.6 - Escolaridade:

Primeiro grau: ( ) completo ( ) incompleto

Segundo grau ( ) completo ( ) incompleto

Não freqüentou a escola: ( )

Outros ( ) \_\_\_\_\_

1.7 - Profissão:

Além da atividade agropecuária tem outra ocupação: ( ) sim ( ) não

Qual? \_\_\_\_\_

1.8 - Número de dependentes: \_\_\_\_\_

1.9 - Número de filhos: \_\_\_\_\_

#### 2 - ANÁLISE ESTRUTURAL DAS PEQUENAS PROPRIEDADES EM ESTUDO

**Obs.: Para efeitos de comparação da evolução da propriedade considerando-se as variáveis social, econômica e ambiental o inventário será realizado com perguntas relacionando-se as atividades antes da mudança e após a mudança da fomicultura para leite.**

2.1 - Caracterização da propriedade - Condição legal do produtor:

( ) proprietário

( ) posseiro

( ) meeiro

( ) arrendatário

( ) misto

( ) outro

2.2 - Estrutura física

a) Imóveis Rurais:

	Área da propriedade Ha	
	Antes	Após
Média		
Diferença		

## b). Uso da área

	Área (observações)	
	Antes	Após
Culturas anuais		
Culturas permanentes		
Pastagens nativas		
Pastagens cultivadas		
Mata Nativa		
Reflorestamento		
Várzea		
Pousio / Capoeira		
Pomar Doméstico		
Horta Caseira		
Sede / Instalação		
Inaproveitáveis		
Total		

## c). Benfeitorias:

Descrição	Antes	Após
Galpão / paiol		
Aviário / galinheiro		
Estábulo / abrigo bovino		
Pocilga / chiqueiro		
Galpão de fumo / estufa		
Outros:		

## d) Rebanho:

Espécie de Animal	Quantidade	
	Antes	Após
Bovinos		
Suínos		
Aves caseiras		
Equinos (cavalo)		
Outros		

## e) Equipamento utilizados na propriedade:

Descrição	Antes	Após
Trator		
Arado		
Grade		
Pulverizador – trator		
Carreta – trator		

Subsolador / escarificador		
Semeadeira / adubadeira		
Distribuidor de calcário		
Distribuidor de esterco		
Carroça		
Arado tração animal		
Grade tração animal		
Semeadeira tração animal		
Saraquá / matraca		
Pulverizador costal		
Moto serra		
Máquina – tecedeira de fumo		

### 3 – ANÁLISE ECONÔMICA DAS PEQUENAS PROPRIEDADES EM ESTUDO.

Em relação as principais culturas da sua propriedade responda:

3.1 Qual a área cultivada de soja em sua propriedade?

Antes da mudança fumo para leite \_\_\_\_\_ ha

Após a mudança fumo para leite \_\_\_\_\_ ha

3.2 Qual a área cultivada de milho em sua propriedade?

Antes da mudança fumo para leite \_\_\_\_\_ ha

Após a mudança fumo para leite \_\_\_\_\_ há

3.3 Qual a área cultivada de feijão preto em sua propriedade?

Antes da mudança fumo para leite \_\_\_\_\_ ha

Após a mudança fumo para leite \_\_\_\_\_ há

3.4 Qual a área cultivada de fumo em sua propriedade?

Antes da mudança fumo para leite \_\_\_\_\_ ha

Após a mudança fumo para leite \_\_\_\_\_ ha

3.5 Qual a área cultivada de outras cultura em sua propriedade?

Antes da mudança fumo para leite \_\_\_\_\_ ha

Após a mudança fumo para leite \_\_\_\_\_ ha

3.6 Com relação a produtividade das culturas produzidas em sua propriedade responda:

3.7 Qual a produtividade de soja em sua propriedade?

Antes da mudança fumo para leite \_\_\_\_\_ kg

Após a mudança fumo para leite \_\_\_\_\_ kg

3.8 Qual a produtividade de milho em sua propriedade?

Antes da mudança fumo para leite \_\_\_\_\_ kg

Após a mudança fumo para leite \_\_\_\_\_ kg

3.9 Qual a produtividade de feijão preto em sua propriedade?

Antes da mudança fumo para leite \_\_\_\_\_ kg

Após a mudança fumo para leite \_\_\_\_\_ kg

3.10 Qual a produtividade de fumo em sua propriedade?

Antes da mudança fumo para leite \_\_\_\_\_ kg

Após a mudança fumo para leite \_\_\_\_\_ kg

3.11 Qual a produtividade de outras culturas em sua propriedade?

Antes da mudança fumo para leite \_\_\_\_\_ kg

Após a mudança fumo para leite \_\_\_\_\_ kg

3.12 - Histórico dos produtos cultivados nas a propriedades antes e depois da mudança fumo para leite.

Produtividade obtida em safras normais, por safra em kg/ha.						Renda	Renda
Produtos	Produtividades			ÁREA-Ha	ÁREA-Ha	(antes)	(atual)
	Anterior	Posterior	Resultado %	Anterior	Posterior		
Soja							
Milho							
Feijão Preto							
Fumo							
Outros							
Total							

3.13 Histórico da atividade pecuária a propriedades antes e depois da mudança fumo para leite.

Renda Bruta Anual R\$	Produtividade	Produtividade	Renda Bruta	Renda Bruta
Pecuária	Anterior na fumicultura	Posterior c/ bovinos de leite	Anterior na fumicultura	Posterior c/ bovinos de leite
Bovinocultura de corte				
Bovinocultura de leite				
Avicultura de corte				
Avicultura de postura				
Suinocultura				
Outros (ovinos/caprinos)				
Total da receita pecuária				

#### 4 – ANÁLISE AMBIENTAL DAS PEQUENAS PROPRIEDADES EM ESTUDO.

##### 4.1 - Conservação ambiental

Realiza (sim ou não)	Antes	Após
Adubação verde (verão / inverno)		
Pastagem (verão / inverno)		
Plantio direto		
Cultivo mínimo		
Terraceamento (curva de nível)		

## 4.2 - Uso de Insumos na propriedade

Descrição	Antes	Após
Calcário		
Fertilizante de base		
Fertilizante de cobertura		
Agrotóxicos		
Concentrado para criações		
Sal mineral		
Silagem		
Ração para criações		

4.3 - Qual das atividades desenvolvidas que você julga contaminar mais o ambiente na sua propriedade?

- Fumicultura ( )
- Bovino de leite ( )

4.4 - Abastecimento de água da casa:

- ( ) mina
- ( ) poço
- ( ) rio
- ( ) outro \_\_\_\_\_

4.5 - Quais práticas que utiliza visando a conservação de solo?

- ( ) plantio em nível
- ( ) terraceamento
- ( ) plantio intercalado
- ( ) plantio direto
- ( ) cultivo consorciado
- ( ) cordão de retenção nas culturas
- ( ) embaciamento nas estradas - (dentro da propriedade)
- ( ) bacias de retenção nas estradas (de acesso a propriedade)

4.6 - Faz análise da terra:

- ( ) sim
- ( ) não

4.7 - Faz correção do solo com calcáreo: sim não

- ( ) Em toda a área:
- ( ) Somente em área de culturas anuais
- ( ) somente em áreas de capineira
- ( ) somente nas áreas de pastejo rotacionado

4.8 - Utiliza-se de queimadas para o preparo do solo:

- ( ) sim
- ( ) não

4.9 - Utiliza madeira da vegetação nativa:

- ( ) sim
- ( ) não

4.10 - De que maneira: lenha

- ( ) madeiramento - ( ) cercas

lenha para casa -  lenha para estufa de fumo

4.11 - Faz plantio de árvores:

sim -  não

4.12 - Para que finalidade: reflorestamento

frutíferas

sombreamento

recomposição da mata ciliar (próxima a rios, córregos e nascentes).

4.13 - Na propriedade há preservação da mata ciliar:

sim -  não

4.14 - Destino da água residual da casa:

rio,  sumidouro,  fossa séptica,  outro

4.15 - Destino dos dejetos sólidos (lixo):

enterra  queima  outro

4.16 - Destino dos resíduos orgânicos (esterco/chorume) da atividade de produção leiteira?

vende como adubo orgânico

utiliza-o na propriedade, sem prévio tratamento

utiliza-o na propriedade após tratamento

deixa o resíduo líquido escorrer até os rios ou córregos

contém o resíduo líquido para trata-lo

#### **4. ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS PEQUENAS PROPRIEDADES EM ESTUDO.**

4.1 - É associado de Cooperativa:  sim  não

4.2 - Participa de Sindicato:  sim  não

4.3 - Participa de alguma associação formal ou informal:  sim  não

4.4 - Utiliza algum meio de comunicação:

televisão

rádio

jornal

nenhum

4.5 - Qual o assunto de maior interesse?

técnicas de produção

políticas do governo

mercado agropecuário

cooperativismo

outros: (descrever) \_\_\_\_\_

4.6 - Qual a importância da assistência técnica?

Nunca utilizo

Utilizo as vezes

Sempre utilizo

4.7 - O senhor ou algum membro da sua família tem ou tiveram acesso a algum tipo de financiamento nos últimos 5 anos:

sim -  não

4.8 - Para que foi solicitado o financiamento:

custeio

- investimento
- custeio e investimento
- outros (especificar)

4.9 - Em que entidade foi solicitado o financiamento:

- banco público
- banco privado
- outras (especificar)

4.10 - Houve aumento de produtividade depois do financiamento:

- sim
- não

4.11 - O senhor quitou o financiamento:

- sim
- não pagou, devido aos altos encargos
- não, porque a safra foi insuficiente
- não, por causa dos preços dos produtos
- ainda esta pagando
- outros (especificar)

4.12 - Qual?

- Pronaf A, B, C,D ou E
- Proger
- Pronaf mais alimentos
- Outro

4.13 - Quantas vezes?

- 1  2  3  4  mais \_\_\_\_\_

4. 14 - Você conhece o projeto Micro Bacias II do governo de Santa Catarina?

- sim -  não

4.15 - Já participou de algum grupo de mutuário do programa Micro Bacias II?

- Já fui mutuário;
- Nunca fui mutuário;
- Participo atualmente

4.16 - Na sua opinião, você considera este projeto?

- pouco importante
- de média importância
- muito importante

4.17 - Coloque em ordem crescente (1, 2, 3, 4 ...) de acordo com o grau de importância a política pública que você acha que mais ajudou você na mudança de fumo para leite.

- Financiamentos com recursos controlados ( pronaf, proger, etc).
- Programa Micro bacias II
- Programas da Prefeitura

- ( ) Programas de Cooperativas
- ( ) Programas de empresas integradoras

## 5. ANÁLISE SOCIAL DAS PEQUENAS PROPRIEDADES EM ESTUDO.

5.1 - Qual a razão o levou a tomar a decisão de mudar da atividade fumo para leite?

- (....) dependência com a agroindústria
- (....)renda do leite é mensal
- (....)menos trabalhosa
- (....)menos prejudicial à saúde
- (....)outra

5.2 - Conforto da casa:

- ( ) Área habitável : metros quadrados
- ( ) Água encanada
- ( ) Luz elétrica
- ( ) Banheiro
- ( ) Telefone
- ( ) Televisão
- ( ) Geladeira
- ( ) Freezer
- ( ) Computador
- ( ) Máquina de lavar roupa
- ( ) Máquina de lavar louça
- ( ) Microondas
- ( ) Automóvel
- ( ) Fogão a lenha
- ( ) Fogão a gás
- ( ) Outros:

5.3 -Trabalha como empregado parte do ano: ( ) sim - ( ) não

5.4 - Realiza mutirões ou troca dias de serviço com outros agricultores:

- ( ) sim - ( ) não

5.5 - O Sr. venderia suas terras por algum motivo seguinte?

- ( ) Não tem ( ou se não tivesse) sucessor
- ( ) Para comprar uma área maior em outro local
- ( ) Para comprar uma terra melhor em outro lugar
- ( ) Para mudar de profissão
- ( ) Para ajudar os filhos a se instalarem
- ( ) Para investir fora da agricultura se isso render mais

5.6 - Se tivesse alguma economia, a utilizaria com:

- ( ) Comprar equipamentos agrícolas
- ( ) Melhorar sua casa
- ( ) Ajudar seus filhos a se instalarem
- ( ) Comprar um carro
- ( ) Colocar o dinheiro na poupança
- ( ) Compra terra
- ( ) Comprar gado
- ( ) Investir em casas, imóveis
- ( ) Terminar de pagar suas dívidas

5.7 - O Sr. preferiria que seus filhos homens vivessem:

- ( ) na cidade - ( ) no campo

5.8 -E para suas filhas, o que o Sr. preferiria?

( ) na cidade - ( ) no campo - ( ) tanto faz

5.9 -O Sr. participa das festas ou das manifestações esportivas ou outra atividade de recreação realizada na região?

- ( ) sim, sempre que há
- ( ) com frequência
- ( ) raramente
- ( ) nunca

5.10 - O Sr. tira férias?

- ( ) nunca
- ( ) menos de uma semana/ano
- ( ) uma semana
- ( ) quinze dias
- ( ) mais de quinze dias

## ANEXO A - DECRETO Nº 5.658, DE 02 DE JANEIRO DE 2006

### Decreto nº 5.658, de 02 de Janeiro de 2006

Promulga a Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, adotada pelos países membros da Organização Mundial de Saúde em 21 de maio de 2003 e assinada pelo Brasil em 16 de junho de 2003.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e Considerando que o Congresso Nacional aprovou o texto da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, por meio do Decreto Legislativo nº 1.012, de 27 de outubro de 2005; Considerando que o Governo brasileiro ratificou a citada Convenção em 3 de novembro de 2005; Considerando que a Convenção entrou em vigor internacional em 27 de fevereiro de 2005, e entra em vigor para o Brasil em 1º de fevereiro de 2006;  
Decreta :

Art. 1º A Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, adotada pelos países membros da Organização Mundial de Saúde em 21 de maio de 2003, e assinada pelo Brasil em 16 de junho de 2003, apensa por cópia ao presente Decreto, será executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção ou que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Brasília, 2 de janeiro de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Celso Luiz Nunes Amorim

### CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO

#### Preâmbulo

As Partes desta convenção,

Determinadas a dar prioridade ao seu direito de proteção à saúde pública;

Reconhecendo que a propagação da epidemia do tabagismo é um problema global com sérias conseqüências para a saúde pública, que demanda a mais ampla cooperação internacional possível e a participação de todos os países em uma resposta internacional eficaz, apropriada e integral;

Tendo em conta a preocupação da comunidade internacional com as devastadoras conseqüências sanitárias, sociais, econômicas e ambientais geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco, em todo o mundo;

Seramente preocupadas com o aumento do consumo e da produção mundial de cigarros e outros produtos de tabaco, particularmente nos países em desenvolvimento, assim como o ônus que se impõe às famílias, aos pobres e aos sistemas nacionais de saúde;

Reconhecendo que a ciência demonstrou de maneira inequívoca que o consumo e a exposição à fumaça do tabaco são causas de mortalidade, morbidade e incapacidade e que as doenças relacionadas ao tabaco não se revelam imediatamente após o início da exposição à fumaça do tabaco e ao consumo de qualquer produto derivado do tabaco;

Reconhecendo ademais que os cigarros e outros produtos contendo tabaco são elaborados de maneira sofisticada de modo a criar e a manter a dependência, que muitos de seus compostos e a fumaça que produzem são farmacologicamente ativos, tóxicos, mutagênicos, e cancerígenos, e que a dependência ao tabaco é classificada separadamente como uma enfermidade pelas principais classificações internacionais de doenças;

Admitindo também que há evidências científicas claras de que a exposição pré-natal à fumaça do tabaco causa condições adversas à saúde e ao desenvolvimento das crianças;

Profundamente preocupadas com o elevado aumento do número de fumantes e outras formas de consumo de tabaco entre crianças e adolescentes em todo o mundo, particularmente com o fato de que se começa a fumar em idades cada vez menores;

Alarmadas pelo aumento do número de fumantes e de outras formas de consumo de tabaco por mulheres e meninas em todo o mundo e tendo presente a importância da participação plena das mulheres em todos os níveis de elaboração e implementação de políticas, bem como da necessidade de estratégias de controle específicas para cada gênero;

Profundamente preocupadas com o elevado número de fumantes e de outras formas de consumo do tabaco por membros de povos indígenas;

Seramente preocupadas com o impacto de todos os tipos de publicidade, promoção e patrocínio destinados a estimular o uso de produtos de tabaco;

Reconhecendo que uma ação cooperativa é necessária para eliminar todas as formas de tráfico ilícito de cigarros e de outros produtos de tabaco, incluídos contrabando, fabricação ilícita e falsificação;

Reconhecendo que o controle do tabaco em todos os níveis, e particularmente nos países em desenvolvimento e nos de economia em transição, requer recursos financeiros e técnicos suficientes e adequados às necessidades atuais e estimadas para as atividades de controle do tabaco;

Reconhecendo a necessidade de estabelecer mecanismos apropriados para enfrentar as conseqüências sociais e econômicas que, a longo prazo, surgirão com o êxito das estratégias de redução da demanda de tabaco;

Conscientes das dificuldades sociais e econômicas que podem gerar a médio e longo prazo os programas de controle do tabaco em alguns países em desenvolvimento ou com economias em transição, e reconhecendo suas necessidades por assistência técnica e financeira no contexto das estratégias de desenvolvimento sustentável formuladas no nível nacional;

Conscientes do valioso trabalho sobre controle do tabaco conduzido por vários Estados, destacando a liderança da Organização Mundial de Saúde, bem como os esforços de outros organismos e entidades do sistema das Nações Unidas e de outras organizações intergovernamentais internacionais e regionais no estabelecimento de medidas de controle do tabaco;

Enfatizando a contribuição especial de organizações não-governamentais e de outros membros da sociedade civil não vinculados à indústria do tabaco – incluindo as associações de profissionais da saúde, de mulheres, de jovens, de ambientalistas e de grupo de consumidores e instituições docentes e de atenção à saúde – às atividades de controle do tabaco no âmbito nacional e internacional, bem como a importância decisiva de sua participação nas atividades nacionais e internacionais de controle do tabaco;

Reconhecendo a necessidade de manter a vigilância ante qualquer tentativa da indústria do tabaco de minar ou desvirtuar as atividades de controle do tabaco, bem como a necessidade de manterem-se informadas sobre as atuações da indústria do tabaco que afetem negativamente às atividades de controle do tabaco;

Recordando o Artigo 12 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, adotado pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1966, pelo qual se declara que toda pessoa tem direito de gozar o mais elevado nível de saúde física e mental;

Recordando ainda o preâmbulo da Constituição da Organização Mundial de Saúde, que afirma que o gozo do mais elevado nível de saúde que se possa alcançar é um dos direitos fundamentais de todo ser humano, sem distinção de raça, religião, ideologia política, condição econômica ou social;

Determinadas a promover medidas de controle do tabaco fundamentadas em considerações científicas, técnicas e econômicas atuais e pertinentes;

Recordando que a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, adotada pela Assembléia Geral da ONU em 18 de dezembro de 1979, dispõe que os Estados Participantes daquela convenção devem tomar as medidas cabíveis para eliminar a discriminação contra as mulheres na área da atenção médica,

Recordando ademais que a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembléia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989, dispõe que os Estados Participantes daquela convenção reconhecem o direito da criança de desfrutar o mais elevado nível possível de saúde,

Acordaram o seguinte:

## PARTE I: INTRODUÇÃO

### Artigo 1

#### Uso de termos

Para os fins da presente Convenção:

- (a) "comércio ilícito" é qualquer prática ou conduta proibida por lei, relacionada à produção, envio, recepção, posse, distribuição, venda ou compra, incluída toda prática ou conduta destinada a facilitar essa atividade;
- (b) "organização regional de integração econômica" é uma organização integrada por Estados soberanos, que transferiram àquela organização regional competência sobre uma diversidade de assuntos, inclusive a faculdade de adotar decisões de natureza mandatária para seus membros em relação àqueles assuntos;
- (c) "publicidade e promoção do tabaco" é qualquer forma de comunicação, recomendação ou ação comercial com o objetivo, efeito ou provável efeito de promover, direta ou indiretamente, um produto do tabaco ou o seu consumo;
- (d) "controle do tabaco" é um conjunto de estratégias direcionadas à redução da oferta, da demanda e dos danos causados pelo tabaco, com o objetivo de melhorar a saúde da população, eliminando ou reduzindo o consumo e a exposição à fumaça de produtos de tabaco;
- (e) "indústria do tabaco" é o conjunto de fabricantes, distribuidores atacadistas e importadores de produtos de tabaco;
- (f) "produtos de tabaco" são todos aqueles total ou parcialmente preparados com a folha de tabaco como matéria prima, destinados a serem fumados, sugados, mascarados ou aspirados;
- (g) "patrocínio do tabaco" é qualquer forma de contribuição a qualquer evento, atividade ou indivíduo com o objetivo, efeito ou possível efeito de promover, direta ou indiretamente, um produto do tabaco ou o seu consumo;

### Artigo 2

#### Relação entre a presente Convenção e outros acordos e instrumentos jurídicos

1. Com vistas a melhor proteger a saúde humana, as Partes são estimuladas a implementar medidas que vão além das requeridas pela presente Convenção e de seus protocolos, e nada naqueles instrumentos impedirá que uma Parte imponha exigências mais rígidas, compatíveis com suas disposições internas e conforme ao Direito Internacional.
2. As disposições da Convenção e de seus protocolos em nada afetarão o direito das Partes de celebrar acordos bilaterais ou multilaterais, inclusive acordos regionais ou sub-regionais, sobre questões relacionadas à Convenção e seus protocolos ou adicionais a ela e seus protocolos, desde que esses acordos sejam compatíveis com as obrigações estabelecidas pela Convenção e seus protocolos. As Partes envolvidas deverão notificar tais acordos à Conferência das Partes, por intermédio da Secretaria.

## PARTE II: OBJETIVO, PRINCÍPIOS NORTEADORES E OBRIGAÇÕES GERAIS

### Artigo 3

#### Objetivo

O objetivo da presente Convenção e de seus protocolos é proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco, proporcionando uma referência para as medidas de controle do tabaco, a serem implementadas pelas Partes nos níveis nacional, regional e internacional, a fim de reduzir de maneira contínua e substancial a prevalência do consumo e a exposição à fumaça do tabaco.

### Artigo 4

#### Princípios norteadores

Para atingir o objetivo da presente Convenção e de seus protocolos e para implementar suas disposições, as Partes serão norteadas, inter alia, pelos seguintes princípios:

1. Toda pessoa deve ser informada sobre as consequências sanitárias, a natureza aditiva e a ameaça mortal imposta pelo consumo e a exposição à fumaça do tabaco e medidas legislativas, executivas, administrativas e outras medidas efetivas serão implementadas no nível governamental adequado para proteger toda pessoa da exposição à fumaça do tabaco.
2. Faz-se necessário um compromisso político firme para estabelecer e apoiar, no âmbito nacional, regional e internacional, medidas multissetoriais integrais e respostas coordenadas, levando em consideração:
  - (a) a necessidade de tomar medidas para proteger toda pessoa da exposição à fumaça do tabaco;
  - (b) a necessidade de tomar medidas para prevenir a iniciação, promover e apoiar a cessação e alcançar a redução do consumo de tabaco em qualquer de suas formas;
  - (c) a necessidade de adotar medidas para promover a participação de pessoas e comunidades indígenas na elaboração, implementação e avaliação de programas de controle do tabaco que sejam social e culturalmente apropriados às suas necessidades e perspectivas; e
  - (d) a necessidade de tomar medidas, na elaboração das estratégias de controle do tabaco, que tenham em conta aspectos específicos de gênero.
3. Uma parte importante da Convenção é a cooperação internacional, especialmente no que tange à transferência de tecnologia, conhecimento e assistência financeira, bem como à prestação de assessoria especializada com o objetivo de estabelecer e aplicar programas eficazes de controle do tabaco, tomando em conta os fatores culturais, sociais, econômicos, políticos e jurídicos locais.
4. Devem ser adotadas, no âmbito nacional, regional e internacional, medidas e respostas multissetoriais integrais para reduzir o consumo de todos os produtos de tabaco, com vistas a prevenir, de conformidade com os princípios de saúde pública, a incidência das doenças, da incapacidade prematura e da mortalidade associadas ao consumo e a exposição à fumaça do tabaco.
5. As questões relacionadas à responsabilidade, conforme determinado por cada Parte dentro de sua jurisdição, são um aspecto importante para um amplo controle do tabaco.
6. Devem ser reconhecidos e abordados, no contexto das estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, a importância da assistência técnica e financeira para auxiliar a transição econômica dos produtores agrícolas e trabalhadores cujos meios de vida sejam

gravemente afetados em decorrência dos programas de controle do tabaco, nas Partes que sejam países em desenvolvimento, e nas que tenham economias em transição.

7. A participação da sociedade civil é essencial para atingir o objetivo da Convenção e de seus protocolos.

#### Artigo 5

##### Obrigações Gerais

1. Cada Parte formulará, aplicará e atualizará periodicamente e revisará estratégias, planos e programas nacionais multisetoriais integrais de controle do tabaco, de conformidade com as disposições da presente Convenção e dos protocolos aos quais tenha aderido.
2. Para esse fim, as Partes deverão, segundo as suas capacidades:
  - (a) estabelecer ou reforçar e financiar mecanismo de coordenação nacional ou pontos focais para controle do tabaco; e
  - (b) adotar e implementar medidas legislativas, executivas, administrativas e/ou outras medidas e cooperar, quando apropriado, com outras Partes na elaboração de políticas adequadas para prevenir e reduzir o consumo de tabaco, a dependência da nicotina e a exposição à fumaça do tabaco.
3. Ao estabelecer e implementar suas políticas de saúde pública relativas ao controle do tabaco, as Partes agirão para proteger essas políticas dos interesses comerciais ou outros interesses garantidos para a indústria do tabaco, em conformidade com a legislação nacional.
4. As Partes cooperarão na formulação de medidas, procedimentos e diretrizes propostos para a implementação da Convenção e dos protocolos aos quais tenham aderido.
5. As Partes cooperarão, quando apropriado, com organizações intergovernamentais internacionais e regionais e com outros órgãos competentes para alcançar os objetivos da Convenção e dos protocolos aos quais tenham aderido.
6. As Partes cooperarão, tendo em conta os recursos e os meios a sua disposição, na obtenção de recursos financeiros para a implementação efetiva da Convenção por meio de mecanismos de financiamento bilaterais e multilaterais.

### PARTE III: MEDIDAS RELATIVAS À REDUÇÃO DA DEMANDA DE TABACO

#### Artigo 6

##### Medidas relacionadas a preços e impostos para reduzir a demanda de tabaco

1. As Partes reconhecem que medidas relacionadas a preços e impostos são meios eficazes e importantes para que diversos segmentos da população, em particular os jovens, reduzam o consumo de tabaco.
2. Sem prejuízo do direito soberano das Partes em decidir e estabelecer suas respectivas políticas tributárias, cada Parte levará em conta seus objetivos nacionais de saúde no que se refere ao controle do tabaco e adotará ou manterá, quando aplicável, medidas como as que seguem:
  - a) aplicar aos produtos do tabaco políticas tributárias e, quando aplicável, políticas de preços para contribuir com a consecução dos objetivos de saúde tendentes a reduzir o consumo do tabaco;
  - b) proibir ou restringir, quando aplicável, aos viajantes internacionais, a venda e/ou a importação de produtos de tabaco livres de imposto e livres de tarifas aduaneiras.
3. As Partes deverão fornecer os índices de taxaço para os produtos do tabaco e as tendências do consumo de produtos do tabaco, em seus relatórios periódicos para a Conferência das Partes, em conformidade com o artigo 21.

#### Artigo 7

##### Medidas não relacionadas a preços para reduzir a demanda de tabaco

As Partes reconhecem que as medidas integrais não relacionadas a preços são meios eficazes e importantes para reduzir o consumo de tabaco. Cada Parte adotará e aplicará medidas legislativas, executivas, administrativas ou outras medidas eficazes necessárias ao cumprimento de suas obrigações decorrentes dos artigos 8 a 13 e cooperará com as demais Partes, conforme proceda, diretamente ou pelo intermédio dos organismos internacionais competentes, com vistas ao seu cumprimento. A Conferência das Partes proporá diretrizes apropriadas para a aplicação do disposto nestes artigos.

#### Artigo 8

##### Proteção contra a exposição à fumaça do tabaco

1. As Partes reconhecem que a ciência demonstrou de maneira inequívoca que a exposição à fumaça do tabaco causa morte, doença e incapacidade.
2. Cada Parte adotará e aplicará, em áreas de sua jurisdição nacional existente, e conforme determine a legislação nacional, medidas legislativas, executivas, administrativas e/ou outras medidas eficazes de proteção contra a exposição à fumaça do tabaco em locais fechados de trabalho, meios de transporte público, lugares públicos fechados e, se for o caso, outros lugares públicos, e promoverá ativamente a adoção e aplicação dessas medidas em outros níveis jurisdicionais.

#### Artigo 9

##### Regulamentação do conteúdo dos produtos de tabaco

A Conferência das Partes, mediante consulta aos organismos internacionais competentes, proporá diretrizes para a análise e a mensuração dos conteúdos e emissões dos produtos de tabaco, bem como para a regulamentação desses conteúdos e emissões. Cada Parte adotará e aplicará medidas legislativas, executivas e administrativas, ou outras medidas eficazes aprovadas pelas autoridades nacionais competentes, para a efetiva realização daquelas análises, mensuração e regulamentação.

#### Artigo 10

##### Regulamentação da divulgação das informações sobre os produtos de tabaco

Cada Parte adotará e aplicará, em conformidade com sua legislação nacional, medidas legislativas, executivas, administrativas e/ou outras medidas eficazes para exigir que os fabricantes e importadores de produtos de tabaco revelem às autoridades governamentais a informação relativa ao conteúdo e às emissões dos produtos de tabaco. Cada Parte adotará e implementará medidas efetivas para a divulgação ao público da informação sobre os componentes tóxicos dos produtos de tabaco e sobre as emissões que possam produzir.

#### Artigo 11

##### Embalagem e etiquetagem de produtos de tabaco

1. Cada Parte, em um período de três anos a partir da entrada em vigor da Convenção para essa Parte, adotará e implementará, de acordo com sua legislação nacional, medidas efetivas para garantir que:
  - (a) a embalagem e a etiquetagem dos produtos de tabaco não promovam produto de tabaco de qualquer forma que seja falsa, equivocada ou enganosa, ou que possa induzir ao erro, com respeito a suas características, efeitos para a saúde, riscos ou emissões, incluindo termos ou expressões, elementos descritivos, marcas de fábrica ou de comércio, sinais figurativos ou de outra classe que tenham o efeito, direto ou indireto, de criar a falsa impressão de que um determinado produto de tabaco é menos nocivo que outros. São exemplos dessa promoção falsa, equivocada ou enganosa, ou que possa induzir a erro, expressões como "low tar" (baixo teor de alcatrão), "light", "ultra light" ou "mild" (suave); e
  - (b) cada carteira unitária e pacote de produtos de tabaco, e cada embalagem externa e etiquetagem de tais produtos também contenham advertências descrevendo os efeitos nocivos do consumo do tabaco, podendo incluir outras mensagens apropriadas. Essas advertências e mensagens:
    - (i) serão aprovadas pela autoridade nacional competente;
    - (ii) serão rotativas;

- (iii) serão amplas, claras, visíveis e legíveis;
  - (iv) ocuparão 50% ou mais da principal superfície exposta e em nenhum caso menos que 30% daquela superfície;
  - (v) podem incluir imagens ou pictogramas.
2. Cada carteira unitária e pacote de produtos de tabaco, e cada embalagem externa e etiquetagem de tais produtos deverá conter, além das advertências especificadas no parágrafo 1(b) do presente Artigo, informações sobre os componentes e as emissões relevantes dos produtos de tabaco, tais como definidos pelas autoridades nacionais competentes.
  3. Cada Parte exigirá que as advertências e a informação especificada nos parágrafos 1(b) e 2 do presente artigo figurem – em cada carteira unitária, pacote de produtos de tabaco, e em cada embalagem externa e etiquetagem de tais produtos – em seu idioma, ou em seus principais idiomas.
  4. Para os fins deste Artigo, a expressão "embalagem externa e etiquetagem", em relação a produtos de tabaco, aplica-se a qualquer embalagem ou etiquetagem utilizadas na venda no varejo de tais produtos.

#### Artigo 12

##### Educação, comunicação, treinamento e conscientização do público

Cada Parte promoverá e fortalecerá a conscientização do público sobre as questões de controle do tabaco, utilizando, de maneira adequada, todos os instrumentos de comunicação disponíveis. Para esse fim, cada Parte promoverá e implementará medidas legislativas, executivas, administrativas e/ou outras medidas efetivas para promover:

- (a) amplo acesso a programas eficazes e integrais de educação e conscientização do público sobre os riscos que acarretam à saúde, o consumo e a exposição à fumaça do tabaco, incluídas suas propriedades aditivas;
- (b) conscientização do público em relação aos riscos que acarretam para a saúde o consumo e a exposição à fumaça do tabaco, assim como os benefícios que advém do abandono daquele consumo e dos estilos de vida sem tabaco, conforme especificado no parágrafo 2 do artigo 14;
- (c) acesso do público, em conformidade com a legislação nacional, a uma ampla variedade de informação sobre a indústria do tabaco, que seja de interesse para o objetivo da presente Convenção;
- (d) programas de treinamento ou sensibilização eficazes e apropriados, e de conscientização sobre o controle do tabaco, voltados para trabalhadores da área de saúde, agentes comunitários, assistentes sociais, profissionais de comunicação, educadores, pessoas com poder de decisão, administradores e outras pessoas interessadas;
- (e) conscientização e participação de organismos públicos e privados e organizações não-governamentais, não associadas à indústria do tabaco, na elaboração e aplicação de programas e estratégias intersectoriais de controle do tabaco; e
- (f) conscientização do público e acesso à informação sobre as conseqüências adversas sanitárias, econômicas e ambientais da produção e do consumo do tabaco;

#### Artigo 13

##### Publicidade, promoção e patrocínio do tabaco

1. As Partes reconhecem que uma proibição total da publicidade, da promoção e do patrocínio reduzirá o consumo de produtos de tabaco.
2. Cada Parte, em conformidade com sua Constituição ou seus princípios constitucionais, procederá a proibição total de toda forma de publicidade, promoção e patrocínio do tabaco. Essa proibição compreenderá, em conformidade com o entorno jurídico e os meios técnicos de que disponha a Parte em questão, uma proibição total da publicidade, da promoção e dos patrocínios além-fronteira, originados em seu território. Nesse sentido, cada Parte adotará, em um prazo de cinco anos a partir da entrada em vigor da presente Convenção para essa Parte, medidas legislativas, executivas, administrativas e/ou outras medidas apropriadas e informará sobre as mesmas, em conformidade com o Artigo 21.
3. A Parte que não esteja em condições de proceder a proibição total devido às disposições de sua Constituição ou de seus princípios constitucionais aplicará restrições a toda forma de publicidade, promoção e patrocínio do tabaco. Essas restrições compreenderão, em conformidade com o entorno jurídico e os meios técnicos de que disponha a Parte em questão, a restrição ou proibição total da publicidade, da promoção e do patrocínio originados em seu território que tenham efeitos na além-fronteira. Nesse sentido, cada Parte adotará medidas legislativas, executivas, administrativas ou outras medidas apropriadas e informará sobre as mesmas em conformidade com o artigo 21.
4. No mínimo, e segundo sua Constituição ou seus princípios constitucionais, cada Parte se compromete a:
  - (a) proibir toda forma de publicidade, promoção e patrocínio do tabaco, que promova um produto de tabaco por qualquer meio, que seja falso, equivocado ou enganoso ou que possa induzir ao erro, a respeito de suas características, efeitos para a saúde, riscos e emissões;
  - (b) exigir que toda publicidade de tabaco e, quando aplicável, sua promoção e seu patrocínio, venha acompanhada de advertência ou mensagem sanitária ou de outro tipo de mensagem pertinente;
  - (c) restringir o uso de incentivos diretos ou indiretos, que fomentem a compra de produtos de tabaco pela população;
  - (d) exigir, caso se não tenha adotado a proibição total, a divulgação para as autoridades governamentais competentes, de todos os gastos da indústria do tabaco em atividades de publicidade, promoção e patrocínios, ainda não proibidos. Essas autoridades poderão divulgar aquelas cifras, de acordo com a legislação nacional, ao público e à Conferência das Partes, de acordo com o Artigo 21;
  - (e) proceder, em um prazo de cinco anos, a proibição total ou, se a Parte não puder impor a proibição total em razão de sua Constituição ou de seus princípios constitucionais, à restrição da publicidade, da promoção e do patrocínio do tabaco no rádio, televisão, meios impressos e, quando aplicável, em outros meios, como a Internet;
  - (f) proibir ou, no caso de uma Parte que não possa fazê-lo em razão de sua Constituição ou de seus princípios constitucionais, restringir o patrocínio do tabaco a eventos e atividades internacionais e/ou a seus participantes;
5. As Partes são encorajadas a implementar medidas que vão além das obrigações estabelecidas no parágrafo 4.
6. As Partes cooperarão para o desenvolvimento de tecnologias e de outros meios necessários para facilitar a eliminação da publicidade de além-fronteira.
7. As Partes que tenham proibido determinadas formas de publicidade, promoção e patrocínio do tabaco terão o direito soberano de proibir as formas de publicidade, promoção e patrocínio de além-fronteira de produtos de tabaco que entrem em seus respectivos territórios, bem como aplicar as mesmas penalidades previstas para a publicidade, promoção e patrocínio que se originem em seus próprios territórios, em conformidade com a legislação nacional. O presente parágrafo não apóia nem aprova nenhuma penalidade específica.
8. As Partes considerarão a elaboração de um protocolo em que se estabeleçam medidas apropriadas que requeiram colaboração internacional para proibir totalmente a publicidade, a promoção e o patrocínio de além-fronteira.

#### Artigo 14

##### Medidas de redução de demanda relativas à dependência e ao abandono do tabaco

1. Cada Parte elaborará e divulgará diretrizes apropriadas, completas e integradas, fundamentadas em provas científicas e nas melhores práticas, tendo em conta as circunstâncias e prioridades nacionais, e adotará medidas eficazes para promover o abandono do consumo do tabaco, bem como o tratamento adequado à dependência do tabaco.
2. Para esse fim, cada Parte procurará:
  - (a) criar e aplicar programas eficazes de promoção do abandono do consumo do tabaco em locais tais como as instituições de ensino, as unidades de saúde, locais de trabalho e ambientes esportivos;

- (b) incluir o diagnóstico e o tratamento da dependência do tabaco, e serviços de aconselhamento para o abandono do tabaco em programas, planos e estratégias nacionais de saúde e educação, com a participação, conforme apropriado, de profissionais da área da saúde, agentes comunitários e assistentes sociais;
- (c) estabelecer, nos centros de saúde e de reabilitação, programas de diagnóstico, aconselhamento, prevenção e tratamento da dependência do tabaco; e
- (d) colaborar com outras Partes para facilitar a acessibilidade e exequibilidade dos tratamentos de dependência do tabaco, incluídos produtos farmacêuticos, em conformidade com o artigo 22. Esses produtos e seus componentes podem incluir medicamentos, produtos usados para administrar medicamentos ou para diagnósticos, quando apropriado.

#### PARTE IV: MEDIDAS RELATIVAS À REDUÇÃO DA OFERTA DE TABACO

##### Artigo 15

##### Comércio ilícito de produtos de tabaco

1. As Partes reconhecem que a eliminação de todas as formas de comércio ilícito de produtos de tabaco – como o contrabando, a fabricação ilícita, a falsificação - e a elaboração e a aplicação, a esse respeito, de uma legislação nacional relacionada e de acordos sub-regionais, regionais e mundiais são componentes essenciais do controle do tabaco.
2. Cada Parte adotará e implementará medidas legislativas, executivas, administrativas ou outras medidas efetivas para que todas as carteiras ou pacote de produtos de tabaco e toda embalagem externa de tais produtos tenham uma indicação que permita as Partes determinar a origem dos produtos do tabaco e, em conformidade com a legislação nacional e os acordos bilaterais ou multilaterais pertinentes, auxilie as Partes a determinar o ponto de desvio e a fiscalizar, documentar e controlar o movimento dos produtos de tabaco, bem como a determinar a situação legal daqueles produtos. Ademais, cada Parte:
  - (a) exigirá que cada carteira unitária e cada embalagem de produtos de tabaco para uso no varejo e no atacado, vendidos em seu mercado interno, tenham a declaração: "Venda autorizada somente em (inserir nome do país, unidade sub-nacional, regional ou federal)", ou tenham qualquer outra indicação útil em que figure o destino final ou que auxilie as autoridades a determinar se a venda daquele produto no mercado interno está legalmente autorizada; e
  - (b) examinará, quando aplicável, a possibilidade de estabelecer um regime prático de rastreamento e localização que conceda mais garantias ao sistema de distribuição e auxilie na investigação do comércio ilícito.
3. Cada Parte exigirá que a informação ou as indicações incluídas nas embalagens, previstas no parágrafo 2 do presente artigo, figurem em forma legível e/ou no idioma ou idiomas principais do país.
4. Com vistas a eliminar o comércio ilícito de produtos do tabaco, cada Parte:
  - (a) fará um monitoramento do comércio de além-fronteira dos produtos do tabaco, incluindo o comércio ilícito; reunirá dados sobre o mesmo e intercambiará informação com as autoridades aduaneiras, tributárias e outras autoridades, quando aplicável, e de acordo com a legislação nacional e os acordos bilaterais ou multilaterais pertinentes aplicáveis;
  - (b) promulgará ou fortalecerá a legislação, com sanções e recursos apropriados, contra o comércio ilícito de tabaco, incluídos a falsificação e o contrabando;
  - (c) adotará medidas apropriadas para garantir que todos os cigarros e produtos de tabaco oriundos da falsificação e do contrabando e todo equipamento de fabricação daqueles produtos confiscados sejam destruídos, aplicando métodos inócuos para o meio ambiente quando seja factível, ou sejam eliminados em conformidade com a legislação nacional;
  - (d) adotará e implementará medidas para fiscalizar, documentar e controlar o armazenamento e a distribuição de produtos de tabaco que se encontrem ou se desloquem em sua jurisdição em regime de isenção de impostos ou de taxas alfandegárias; e
  - (e) adotará as medidas necessárias para possibilitar o confisco de proventos advindos do comércio ilícito de produtos de tabaco.
5. A informação coletada em conformidade aos subparágrafos 4(a) e 4(d) do presente Artigo deverá ser transmitida, conforme proceda, pelas Partes de forma agregada em seus relatórios periódicos à Conferência das Partes, em conformidade com o Artigo 21.
6. As Partes promoverão, conforme proceda e segundo a legislação nacional, a cooperação entre os organismos nacionais, bem como entre as organizações intergovernamentais regionais e internacionais pertinentes, no que se refere a investigações, processos e procedimentos judiciais com vistas a eliminar o comércio ilícito de produtos de tabaco. Prestar-se-á especial atenção à cooperação no nível regional e sub-regional para combater o comércio ilícito de produtos de tabaco.
7. Cada Parte procurará adotar e aplicar medidas adicionais, como a expedição de licenças, quando aplicável, para controlar ou regulamentar a produção e a distribuição dos produtos de tabaco, com vistas a prevenir o comércio ilícito.

##### Artigo 16

##### Venda a menores de idade ou por eles

1. Cada Parte adotará e aplicará no nível governamental apropriado, medidas legislativas, executivas, administrativas ou outras medidas efetivas para proibir a venda de produtos de tabaco aos menores de idade, conforme determinada pela legislação interna, pela legislação nacional ou a menores de dezoito anos. Essas medidas poderão incluir o seguinte:
  - (a) exigir que todos os vendedores de produtos de tabaco coloquem, dentro de seu ponto de venda, um indicador claro e proeminente sobre a proibição de venda de tabaco a menores e, em caso de dúvida, exijam que o comprador apresente prova de ter atingido a maioridade;
  - (b) proibir que os produtos de tabaco à venda estejam diretamente acessíveis como nas prateleiras de mercado ou de supermercado;
  - (c) proibir a fabricação e a venda de doces, comestíveis, brinquedos ou qualquer outro objeto com o formato de produtos de tabaco que possam ser atraentes para menores; e
  - (d) garantir que as máquinas de venda de produtos de tabaco em suas jurisdições não sejam acessíveis a menores e não promovam a venda de produtos de tabaco a menores.
2. Cada Parte proibirá ou promoverá a proibição da distribuição gratuita de produtos de tabaco ao público, e principalmente a menores.
3. Cada Parte procurará proibir a venda avulsa de cigarros ou em embalagens pequenas que tornem mais acessíveis esses produtos aos menores.
4. As Partes reconhecem que, a fim de torná-las mais eficazes, as medidas direcionadas a impedir a venda de produtos de tabaco a menores devem aplicar-se, quando aplicável, conjuntamente com outras disposições previstas na presente Convenção.
5. Ao assinar, ratificar, aceitar ou aprovar a presente Convenção ou a ela aderir, ou em qualquer momento posterior, toda Parte poderá indicar mediante declaração escrita que se compromete a proibir a introdução de máquinas de venda de produtos de tabaco em sua jurisdição ou, quando cabível, a proibir totalmente as máquinas de venda de produtos de tabaco. O Depositário distribuirá a todas as Partes da Convenção as declarações que se formularem em conformidade com o presente artigo.
6. Cada Parte adotará e implementará medidas legislativas, executivas, administrativas ou outras medidas eficazes, inclusive penalidades contra os vendedores e distribuidores, para garantir o cumprimento das obrigações contidas nos parágrafos 1 a 5 do presente Artigo.
7. Cada Parte deve adotar e aplicar, conforme proceda, medidas legislativas, executivas, administrativas ou outras medidas eficazes para proibir a venda de produtos de tabaco por pessoas abaixo da idade estabelecida pela lei interna, pela lei nacional ou por menores de dezoito anos.

##### Artigo 17

##### Apoio a atividades alternativas economicamente viáveis

As Partes, em cooperação entre si e com as organizações intergovernamentais internacionais e regionais competentes promoverão, conforme proceda, alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores, os cultivadores e, eventualmente, os

varejistas de pequeno porte.

## PARTE V: PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

### Artigo 18

#### Proteção ao meio ambiente e à saúde das pessoas

Em cumprimento às obrigações estabelecidas na presente Convenção, as Partes concordam em prestar devida atenção, no que diz respeito ao cultivo do tabaco e à fabricação de produtos de tabaco em seus respectivos territórios, à proteção do meio ambiente e à saúde das pessoas em relação ao meio ambiente.

## PARTE VI: QUESTÕES RELACIONADAS À RESPONSABILIDADE

### Artigo 19

#### Responsabilidade

1. Para fins de controle do tabaco, as Partes considerarão a adoção de medidas legislativas ou a promoção de suas leis vigentes, para tratar da responsabilidade penal e civil, inclusive, conforme proceda, da compensação.
2. As Partes cooperarão entre si no intercâmbio de informação por meio da Conferência das Partes, de acordo com o Artigo 21, incluindo:
  - (a) informação, em conformidade com o parágrafo 3(a) do artigo 20, sobre os efeitos à saúde do consumo e da exposição à fumaça do tabaco; e
  - (b) informação sobre a legislação e os regulamentos vigentes, assim como sobre a jurisprudência pertinente.
3. As Partes, quando aplicável e segundo tenham acordado entre si, nos limites da legislação, das políticas e das práticas jurídicas nacionais, bem como dos tratados vigentes aplicáveis, prestar-se-ão ajuda reciprocamente nos procedimentos judiciais relativos à responsabilidade civil e penal, em conformidade com a presente Convenção.
4. A Convenção não afetará de nenhuma maneira os direitos de acesso das Partes aos tribunais umas das outras onde houver tais direitos, nem os limitará de modo algum.
5. A Conferência das Partes poderá considerar, se for possível em uma primeira etapa, tendo em conta os trabalhos em curso nos foros internacionais pertinentes, questões relacionadas à responsabilidade, inclusive enfoques internacionais apropriados de tais questões e meios idôneos para apoiar as Partes, quando assim a solicitarem, em suas atividades legislativas ou de outra índole em conformidade com o presente artigo.

## PARTE VII: COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA E COMUNICAÇÃO DE INFORMAÇÃO

### Artigo 20

#### Pesquisa, vigilância e intercâmbio de informação

1. As Partes se comprometem a elaborar e promover pesquisas nacionais e a coordenar programas de pesquisa regionais e internacionais sobre controle de tabaco. Com esse fim, cada Parte:
  - (a) iniciará, diretamente ou por meio de organizações intergovernamentais internacionais e regionais, e de outros órgãos competentes, pesquisas e avaliações que abordem os fatores determinantes e as conseqüências do consumo e da exposição à fumaça do tabaco e pesquisas tendentes a identificar cultivos alternativos; e
  - (b) promoverá e fortalecerá, com o apoio de organizações intergovernamentais internacionais e regionais e de outros órgãos competentes, a capacitação e o apoio destinados a todos os que se ocupem de atividades do controle de tabaco, incluídas a pesquisa, a execução e a avaliação.
2. As Partes estabelecerão, conforme proceda, programas para a vigilância nacional, regional e mundial da magnitude, padrões, determinantes e conseqüências do consumo e da exposição à fumaça do tabaco. Com esse fim, as Partes integrarão programas de vigilância do tabaco nos programas nacionais, regionais e mundiais de vigilância sanitária para que possam cotejar e analisar no nível regional e internacional, conforme proceda.
3. As Partes reconhecerão a importância da assistência financeira e técnica das organizações intergovernamentais internacionais e regionais e de outros órgãos. Cada Parte procurará:
  - (a) estabelecer progressivamente um sistema nacional para a vigilância epidemiológica do consumo do tabaco e dos indicadores sociais, econômicos e de saúde conexos;
  - (b) cooperar com organizações intergovernamentais internacionais e regionais e com outros órgãos competentes, incluídos organismos governamentais e não-governamentais, na vigilância regional e mundial do tabaco e no intercâmbio de informação sobre os indicadores especificados no parágrafo 3(a) do presente artigo;
  - (c) cooperar com a Organização Mundial da Saúde na elaboração de diretrizes ou de procedimentos de caráter geral para definir a recopilção, a análise e a divulgação de dados de vigilância relacionados ao tabaco.
4. As Partes, em conformidade com a legislação nacional, promoverão e facilitarão o intercâmbio de informação científica, técnica, socioeconômica, comercial e jurídica de domínio público, bem como de informação sobre as práticas da indústria de tabaco e sobre o cultivo de tabaco, que seja pertinente para a presente Convenção, e ao fazê-lo terão em conta e abordarão as necessidades especiais das Partes que sejam países em desenvolvimento ou tenham economias em transição. Cada Parte procurará:
  - (a) estabelecer progressivamente e manter um banco de dados atualizado das leis e regulamentos sobre o controle do tabaco e, conforme proceda, de informação sobre sua aplicação, assim como da jurisprudência pertinente, e cooperar na elaboração de programas de controle do tabaco no âmbito regional e mundial;
  - (b) compilar progressivamente e atualizar dados procedentes dos programas nacionais de vigilância, em conformidade com o parágrafo 3(a) do presente artigo; e
  - (c) cooperar com organizações internacionais competentes para estabelecer progressivamente e manter um sistema mundial com o objetivo de reunir regularmente e difundir informação sobre a produção e a fabricação do tabaco e sobre as atividades da indústria do tabaco que tenham repercussões para a presente Convenção ou para as atividades nacionais de controle de tabaco.
5. As Partes deverão cooperar com as organizações intergovernamentais regionais e internacionais e com as instituições financeiras e de desenvolvimento a que pertençam, a fim de fomentar e apoiar a provisão de recursos financeiros ao Secretariado para que este possa dar assistência às Partes, que sejam países em desenvolvimento ou que tenham economias em transição, a cumprir com seus compromissos de vigilância, pesquisa e intercâmbio de informação.

### Artigo 21

#### Apresentação de relatórios e intercâmbio de informação

1. Cada Parte apresentará à Conferência das Partes, por meio da Secretaria, relatórios periódicos sobre a implementação da presente Convenção, que deverão incluir o seguinte:
  - (a) informação sobre as medidas legislativas, executivas, administrativas ou de outra índole adotadas para aplicar a presente Convenção;
  - (b) informação, quando aplicável, sobre toda limitação ou obstáculo encontrados na aplicação da presente Convenção, bem como sobre as medidas adotadas para superá-los;
  - (c) informação, quando aplicável, sobre a ajuda financeira ou técnica fornecida ou recebida para as atividades de controle do tabaco;
  - (d) informação sobre a vigilância e pesquisa especificadas no Artigo 20; e
  - (e) informações conforme especificadas nos Artigos 6.3, 13.2, 13.3, 13.4(d), 15.5 e 19.2.
2. A frequência e a forma de apresentação desses relatórios das Partes serão determinados pela Conferência das Partes. Cada Parte elaborará seu primeiro relatório no período dos dois anos que seguem a entrada em vigor da Convenção para aquela Parte.
3. A Conferência das Partes, em conformidade com os Artigos 22 e 26, considerará, quando solicitada, mecanismos para auxiliar as

Partes, que sejam países em desenvolvimento ou que tenham economias em transição, a cumprir as obrigações estipuladas no presente.

- d. A apresentação de relatórios e o intercâmbio de informações, previstos na presente Convenção, estarão sujeitos à legislação nacional relativa à confidencialidade e à privacidade. As Partes protegerão, segundo decisão de comum acordo, toda informação confidencial que seja intercambiada.

#### Artigo 22

##### Cooperação científica, técnica e jurídica e prestação de assistência especializada

1. As Partes cooperarão diretamente ou por meio de organismos internacionais competentes a fim de fortalecer sua capacidade em cumprir as obrigações advindas da presente Convenção, levando em conta as necessidades das Partes que sejam países em desenvolvimento ou que tenham economias em transição. Essa cooperação promoverá a transferência de conhecimentos técnicos, científicos e jurídicos especializados, e de tecnologia, segundo decidido de comum acordo, com o objetivo de estabelecer e fortalecer estratégias, planos e programas nacionais de controle de tabaco direcionadas, entre outras, ao seguinte:

- (a) facilitar o desenvolvimento, a transferência e a aquisição de tecnologia, conhecimento, habilidades, capacidade e competência técnica, relacionados ao controle do tabaco;
- (b) prestar assistência técnica, científica, jurídica ou de outra natureza para estabelecer e fortalecer as estratégias, planos e programas nacionais de controle do tabaco, visando a implementação da presente Convenção por meio de, dentre outras, o que segue:
  - (i) ajuda, quando solicitado, para criar uma sólida base legislativa, assim como programas técnicos, em particular programas de prevenção à iniciação, promoção da cessação do tabaco e proteção contra a exposição à fumaça do tabaco;
  - (ii) ajuda, quando aplicável, aos trabalhadores do setor do tabaco para desenvolver, de maneira economicamente viável, meios alternativos de subsistência, apropriados, que sejam economicamente e legalmente viáveis;
  - (iii) ajuda, quando aplicável, aos produtores agrícolas de tabaco para efetuar a substituição da produção para cultivos alternativos, de maneira economicamente viável;
- (c) apoiar programas de treinamento e sensibilização apropriados, para as pessoas pertinentes envolvidas, em conformidade com o Artigo 12;
- (d) fornecer, quando aplicável, material, equipamento e suprimentos necessários, assim como apoio logístico, para as estratégias, planos e programas de controle do tabaco;
- (e) identificar métodos de controle do tabaco, incluindo tratamento integral da dependência à nicotina; e
- (f) promover, quando aplicável, pesquisa para tornar economicamente mais acessível o tratamento integral à dependência da nicotina.

2. A Conferência das Partes promoverá e facilitará a transferência de conhecimento técnico, científico e jurídico especializado e de tecnologia, com apoio financeiro garantido, em conformidade ao Artigo 26.

#### PARTE VIII: MECANISMOS INSTITUCIONAIS E RECURSOS FINANCEIROS

#### Artigo 23

##### Conferência das Partes

1. A Conferência das Partes fica estabelecida por meio do presente artigo. A primeira sessão da Conferência será convocada pela Organização Mundial de Saúde, ao mais tardar, um ano após a entrada em vigor da presente Convenção. A Conferência determinará em sua primeira sessão o local e a datas das sessões subseqüentes, que se realizarão regularmente.

2. Sessões extraordinárias da Conferência das Partes realizar-se-ão nas ocasiões em que a Conferência julgar necessário, ou mediante solicitação por escrito de alguma Parte, sempre que, no período de seis meses seguintes à data em que a Secretaria da Convenção tenha comunicado às Partes a solicitação e um terço das Partes apóiem aquela realização da sessão.

3. A Conferência das Partes adotará por consenso seu Regulamento Interno, em sua primeira sessão.

4. A Conferência das Partes adotará por consenso suas normas de gestão financeira, que também se aplicarão sobre o financiamento de qualquer órgão subsidiário que venha a ser estabelecido, bem como as disposições financeiras que regularão o funcionamento da Secretaria. A cada sessão ordinária, adotará um orçamento, para o exercício financeiro, até a próxima sessão ordinária.

5. A Conferência das Partes examinará regularmente a implementação da Convenção, tomará as decisões necessárias para promover sua aplicação eficaz e poderá adotar protocolos, anexos e emendas à Convenção, em conformidade com os Artigos 28, 29 e 33. Para tanto, a Conferência das Partes:

- (a) promoverá e facilitará o intercâmbio de informação, em conformidade com os Artigos 20 e 21;
- (b) promoverá e orientará o estabelecimento e aprimoramento periódico de metodologias comparáveis para pesquisa e coleta de dados, além daquelas previstas no Artigo 20, que sejam relevantes para a implementação da Convenção;
- (c) promoverá, quando aplicável, o desenvolvimento, a implementação e a avaliação das estratégias, planos e programas, assim como das políticas, legislação e outras medidas;
- (d) considerará os relatórios apresentados pelas Partes, em conformidade com o Artigo 21, e adotará relatórios regulares sobre a implementação da Convenção;
- (e) promoverá e facilitará a mobilização de recursos financeiros para a implementação da Convenção, em conformidade com o Artigo 26;
- (f) estabelecerá os órgãos subsidiários necessários para alcançar o objetivo da Convenção;
- (g) requisitará, quando for o caso, os serviços, a cooperação e a informação, das organizações e órgãos das Nações Unidas, de outras organizações e órgãos intergovernamentais e não-governamentais internacionais e regionais competentes e pertinentes, como meio de fortalecer a aplicação da Convenção; e
- (h) considerará outras medidas, quando aplicável, para alcançar o objetivo da Convenção, à luz da experiência adquirida em sua implementação.

6. A Conferência das Partes estabelecerá os critérios para a participação de observadores em suas sessões.

#### Artigo 24

##### Secretaria

1. A Conferência das Partes designará uma secretaria permanente e adotará disposições para seu funcionamento. A Conferência das Partes procurará fazer isso em sua primeira sessão.

2. Até o momento em que uma secretaria permanente seja designada e estabelecida, as funções da secretaria da presente Convenção serão desempenhadas pela Organização Mundial de Saúde.

3. As funções de secretaria serão as seguintes:

- (a) adotar disposições para as sessões da Conferência das Partes e para qualquer de seus órgãos subsidiários e prestar a estes os serviços necessários;
- (b) transmitir os relatórios recebidos, em conformidade com a presente Convenção;
- (c) oferecer apoio às Partes, em especial às que sejam países em desenvolvimento ou tenham economias em transição, quando for solicitado, para a compilação e a transmissão das informações requeridas, em conformidade com as disposições da Convenção;
- (d) preparar relatórios sobre suas atividades no âmbito da presente Convenção, em conformidade com as orientações da Conferência das Partes, e submetê-los à consideração da Conferência das Partes;
- (e) garantir, sob orientação da Conferência das Partes, a coordenação necessária, com as organizações intergovernamentais

internacionais e regionais e outros órgãos competentes;

(f) concluir, sob orientação da Conferência das Partes, arranjos administrativos ou contratuais que possam ser necessários para a execução eficaz de suas funções; e

(g) desempenhar outras funções de secretaria especificadas pela Convenção ou por seus protocolos e outras funções determinadas pela Conferência das Partes.

#### Artigo 25

##### Relação entre a Conferência das Partes e outras organizações intergovernamentais

Com a finalidade de fornecer cooperação técnica e financeira, para alcançar o objetivo da Convenção, a Conferência das Partes poderá solicitar a cooperação de organizações intergovernamentais internacionais e regionais competentes, inclusive das instituições de financiamento e de desenvolvimento.

#### Artigo 26

##### Recursos Financeiros

1. As Partes reconhecem o importante papel que têm os recursos financeiros para alcançar o objetivo da Convenção.
2. Cada Parte prestará apoio financeiro para suas atividades nacionais voltadas a alcançar o objetivo da Convenção, em conformidade com os planos, prioridades e programas nacionais.
3. As Partes promoverão, quando aplicável, a utilização de canais bilaterais, regionais, sub-regionais e outros canais multilaterais para financiar a elaboração e o fortalecimento de programas multisetoriais integrais de controle do tabaco, das Partes que sejam países em desenvolvimento ou que tenham economias em transição. Devem ser abordados e apoiados, portanto, no contexto de estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, alternativas economicamente viáveis à produção do tabaco, inclusive culturas alternativas.
4. As Partes representadas em organizações intergovernamentais regionais e internacionais e em instituições de financiamento e de desenvolvimento pertinentes incentivarão essas entidades a prestar assistência financeira às Partes, que sejam países em desenvolvimento ou que tenham economias em transição, para auxiliá-las no cumprimento de suas obrigações decorrentes da presente Convenção, sem limitar os direitos de participação naquelas organizações.
5. As Partes acordam o seguinte:
  - (a) com a finalidade de auxiliar as Partes no cumprimento das suas obrigações decorrentes da Convenção, devem ser mobilizados e utilizados, para o benefício de todas as Partes, e principalmente para os países em desenvolvimento ou com economias em transição, todos os recursos pertinentes, existentes ou potenciais, sejam eles financeiros, técnicos, ou de outra índole, tanto públicos quanto privados, que estejam disponíveis para atividades de controle do tabaco.
  - (b) a Secretaria informará as Partes, que sejam países em desenvolvimento ou que tenham economias em transição, quando for solicitado, sobre as fontes de financiamento disponíveis para facilitar a implementação de suas obrigações decorrentes da Convenção;
  - (c) A Conferência das Partes, em sua primeira sessão, examinará as fontes e mecanismos de assistência, potenciais e existentes, com base em estudo realizado pela Secretaria e em outras informações relevantes, e julgará sobre sua pertinência; e
  - (d) os resultados desse exame serão levados em conta pela Conferência das Partes ao determinar a necessidade de melhorar os mecanismos existentes ou ao estabelecer um fundo global de natureza voluntária ou outros mecanismos de financiamento, adequados a canalizar recursos financeiros adicionais, conforme necessário, às Partes que sejam países em desenvolvimento ou que tenham economias em transição, a fim de auxiliá-las a alcançar os objetivos da Convenção.

#### PARTE IX: SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

#### Artigo 27

##### Solução de Controvérsias

1. Na hipótese de surgir uma controvérsia entre duas ou mais Partes referente à interpretação ou aplicação da Convenção, as Partes envolvidas procurarão resolver a controvérsia por canais diplomáticos, por meio de negociação ou por alguma outra forma pacífica de sua escolha, como bons ofícios, mediação ou conciliação. O fato de não alcançar acordo mediante bons ofícios, mediação ou conciliação não eximirá as Partes na controvérsia da responsabilidade de continuar na busca de solução.
2. Ao ratificar, aceitar, aprovar ou confirmar oficialmente a Convenção, ou a ela aderir, ou em qualquer outro momento posterior, um Estado ou organização de integração econômica regional poderá declarar por escrito ao Depositário que, na hipótese de controvérsia não resolvida em conformidade com o parágrafo 1º do presente Artigo, aceita, como mandatória, a arbitragem ad hoc, em conformidade com os procedimentos que deverão ser adotados por consenso pela Conferência das Partes.
3. As disposições do presente Artigo aplicar-se-ão a todos os protocolos e às Partes nesses protocolos, salvo quando neles se dispuser o contrário.

#### PARTE X: DESENVOLVIMENTO DA CONVENÇÃO

#### Artigo 28

##### Emendas à presente Convenção

1. Qualquer Parte poderá propor emendas à presente Convenção. Essas emendas serão consideradas pela Conferência das Partes.
2. As emendas à Convenção serão adotadas pela Conferência das Partes. A Secretaria transmitirá às Partes o texto da proposta de emenda à Convenção, pelo menos seis meses antes da sessão proposta para sua adoção. A Secretaria também transmitirá as emendas propostas aos signatários da Convenção e, como informação, ao Depositário.
3. As Partes empenharão todos os esforços para alcançar um acordo por consenso sobre qualquer proposta de emenda à Convenção. Caso se esgotem todos os esforços para alcançar acordo por consenso, como último recurso, a emenda será adotada por maioria de três quartos das Partes presentes e votantes na sessão. Para os fins do presente Artigo, "Partes presentes e votantes" são aquelas Partes presentes e que votam a favor ou contra. A Secretaria comunicará toda emenda adotada ao Depositário, e este a fará chegar às Partes da presente Convenção para aceitação.
4. Os instrumentos de aceitação das emendas serão entregues ao Depositário. As emendas adotadas em conformidade ao parágrafo 3º do presente artigo entrarão em vigor, para aquelas Partes que a aceitaram, no nonagésimo dia após a data de recebimento pelo Depositário do instrumento de aceitação de pelo menos dois terços das Partes da Convenção.
5. A emenda entrará em vigor para as demais Partes no nonagésimo dia após a data em que a Parte entregar ao Depositário o instrumento de aceitação da referida emenda.

#### Artigo 29

##### Adoção e emenda de anexos desta Convenção

1. Os anexos da Convenção e emendas à Convenção serão propostos, adotados e entrarão em vigor em conformidade com o procedimento estabelecido no Artigo 28.
2. Os anexos da Convenção serão parte integral dela e, salvo expressamente disposto em contrário, uma referência à Convenção constituirá simultaneamente uma referência a seus anexos.
3. Nos anexos somente serão incluídos: listas, formulários e qualquer outro material descritivo relacionado com questões de procedimento e aspecto científicos, técnicos ou administrativos.

#### PARTE XI: DISPOSIÇÕES FINAIS

#### Artigo 30

##### Reservas

Não se poderão fazer reservas à presente Convenção.

## Artigo 31

## Denúncia

1. Em qualquer momento após um prazo de dois anos, a partir da data de entrada em vigor da Convenção para uma Parte, essa Parte poderá denunciar a Convenção, por meio de prévia notificação por escrito ao Depositário.
2. A denúncia terá efeito um ano após a data em que o Depositário receber a notificação de denúncia, ou em data posterior, conforme especificado na notificação de denúncia.
3. Considerar-se-á que a Parte que denunciar a Convenção também denuncia todo protocolo de que é Parte.

## Artigo 32

## Direito de Voto

1. Salvo o disposto no parágrafo 2º do presente artigo, cada Parte da Convenção terá um voto.
2. As organizações de integração econômica regional, nas questões de sua competência, exercerão seu direito de voto com um número de votos igual ao número de seus Estados Membros que sejam Partes da Convenção. Essas organizações não poderão exercer seu direito de voto se um de seus Estados Membros exercer esse direito, e vice-versa.

## Artigo 33

## Protocolos

1. Qualquer Parte pode propor protocolos. Essas propostas serão examinadas pela Conferência das Partes.
2. A Conferência das Partes poderá adotar os protocolos da presente Convenção. Ao adotá-los, todos os esforços deverão ser empreendidos para alcançar consenso. Caso se esgotem todos aqueles esforços para alcançar acordo por consenso, como último recurso, o protocolo será adotado por maioria de três quartos dos votos das Partes presentes e votantes na sessão. Para os fins do presente Artigo, "Partes presentes e votantes" são aquelas Partes presentes e que votam a favor ou contra.
3. O texto de qualquer protocolo proposto será transmitido às Partes pela Secretaria, pelo menos seis meses antes da sessão proposta para sua adoção.
4. Somente as Partes da Convenção podem ser partes de um protocolo da Convenção.
5. Qualquer protocolo da Convenção será vinculante apenas para as partes do protocolo em questão. Somente as Partes de um protocolo poderão tomar decisões sobre questões exclusivamente relacionadas ao protocolo em questão.
6. Os requisitos para a entrada em vigor do protocolo serão estabelecidos por aquele instrumento.

## Artigo 34

## Assinatura

A presente Convenção estará aberta à assinatura de todos os Membros da Organização Mundial de Saúde, de todo Estado que não seja Membro da Organização Mundial de Saúde, mas que sejam membros das Nações Unidas, bem como de organizações de integração econômica regional, na sede da Organização Mundial da Saúde, em Genebra, de 16 de junho de 2003 a 22 de junho de 2003 e, posteriormente, na Sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, de 30 de junho de 2003 a 29 de junho de 2004.

## Artigo 35

## Ratificação, aceitação, aprovação, confirmação oficial ou adesão

1. A presente Convenção estará sujeita a ratificação, aceitação, aprovação ou adesão dos Estados, e a confirmação oficial ou adesão das organizações de integração econômica regional. A Convenção estará aberta a adesões a partir do dia seguinte à data em que ela ficar fechada à assinatura. Os instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação, confirmação oficial ou adesão serão entregues ao Depositário.
2. As organizações de integração econômica regional que se tornem Partes da presente Convenção, sem que nenhum de seus Estados Membros o seja, ficarão sujeitas a todas as obrigações resultantes da Convenção. No caso das organizações que tenham um ou mais Estados Membros como Parte na Convenção, a organização e seus Estados Membros determinarão suas respectivas responsabilidades pelo cumprimento das obrigações resultantes da presente Convenção. Nesses casos, a organização e os Estados Membros não poderão exercer simultaneamente direitos conferidos pela presente Convenção.
3. As organizações de integração econômica regional expressarão, em seus instrumentos de confirmação oficial ou de adesão, o alcance de sua competência com respeito às questões regidas pela Convenção. Essas organizações, ademais, comunicarão ao Depositário toda modificação substancial no alcance de sua competência, e o Depositário as comunicará, por sua vez, a todas as Partes.

## Artigo 36

## Entrada em vigor

1. A presente Convenção entrará em vigor no nonagésimo dia após a data da entrega ao Depositário do quadragésimo instrumento de ratificação, aceitação, aprovação, confirmação oficial ou adesão.
2. Para cada Estado que ratifique, aceite, aprove ou adira à Convenção, após terem sido reunidas as condições para a entrada em vigor da Convenção descritas no parágrafo 1º acima, a Convenção entrará em vigor no nonagésimo dia após a data de entrega ao Depositário do instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.
3. Para cada organização de integração econômica regional que entregue ao Depositário instrumento de confirmação oficial ou de adesão à Convenção, após terem sido reunidas as condições para a entrada em vigor da Convenção descritas no parágrafo 1º acima, a Convenção entrará em vigor no nonagésimo dia após a data de entrega ao Depositário do instrumento de confirmação oficial ou de adesão.
4. Para os fins do presente artigo, os instrumentos depositados por organização de integração econômica regional não devem ser considerados adicionais aos depositados por Estados-Membros dessa organização.

## Artigo 37

## Depositário

O Secretário-Geral das Nações Unidas será o Depositário da presente Convenção, de suas emendas e de seus protocolos e de seus anexos adotados em conformidade com os Artigos 28, 29 e 33.

## Artigo 38

## Textos Autênticos

O original da presente Convenção, cujos textos em árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol são igualmente autênticos, deve ser depositado junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas.

EM FÉ DO QUE, os abaixo assinados, devidamente autorizados para esse fim, firmam esta Convenção.  
FEITO em GENEBRA aos 21 dias do mês de maio de dois mil e três.

## GLOSSÁRIO

**Agropecuária:** atividade produtiva integrante do setor primário da economia. Caracterizada pela produção de bens alimentícios e matérias-primas decorrentes do cultivo de plantas e da criação de animais.

**Agrotóxicos:** produto químico utilizado na proteção e tratamento de culturas e criações na agropecuária.

**Álico:** o solo é álico quando o valor de saturação por alumínio (m) está superior a 50% no horizonte B.

**Calagem:** é a correção da acidez do solo, normalmente feita com calcário. Ela é indispensável para que as plantas possam aproveitar melhor a adubação.

**Cambissolo:** classificação de solo, que geralmente não são muito espessos e possuem boa capacidade de troca de cátions.

**Ciclo hidrológico:** o processo que abrange a evaporação da água da superfície da Terra, sua condensação na atmosfera e seu retorno à superfície através da precipitação.

**Compactação:** compressão do solo por máquinas ou o pisoteio do gado.

**Consortiamento de culturas:** é um sistema de cultivo no qual são intercaladas duas ou mais culturas na mesma área e na mesma época.

**Controle biológico:** é o controle de pragas e doenças feito através do uso de insetos e microorganismos úteis (fungos e bactérias, vírus e nematóides).

**Diversificação:** participação de uma mesma firma ou propriedade na produção ou venda de diferentes tipos de bens e serviços.

**Drenagem:** processo, natural ou artificial de remoção do excesso de água de um terreno, mediante valetas e canais, para esgotamento da água por meio de tubos e condutores.

**Equilíbrio ecológico:** é a relação que existe entre todos os seres vivos do planeta com o meio ambiente. Deste equilíbrio depende a continuidade da vida.

**Erosão:** Erosão é a ação de agentes atmosféricos – água, gelo, ventos – e dos seres vivos sobre as rochas da superfície terrestre, que tem como resultado o desgaste dessas rochas e o transporte e deposição do material desprendido.

**Estratégia:** é a ciência de organizar e planejar com habilidade de maneira a dispor as coisas para atingir determinado fim.

**Eutrofização:** o processo pelo qual um corpo de água é enriquecido por nutrientes acima do limite suportável, desequilibrando sua estrutura.

**Extrativismo:** prática que consiste em extrair ou retirar algo de algum lugar, por exemplo a extração de erva mate.

**Fator abiótico:** componente não vivo do ambiente, como: solo, nutrientes, luz, fogo ou umidade.

**Fator biótico:** um aspecto do ambiente relacionado com organismos vivos e as suas interações.

**Fertilizantes:** são materiais que são adicionados ao solo para suprir os nutrientes das plantas suplementando sua fertilidade natural.

**Húmus:** terra negra, proveniente da decomposição de animais e vegetais, que forma a parte fértil do solo.

**Lixiviação:** remoção de materiais que se dissolvem na água, à medida que ela passa pelo solo.

**Macronutrientes:** elementos que as plantas devem possuir em quantidade relativamente altas para completar seus ciclos de vida.

**Micronutrientes:** elementos nutritivos necessários à planta em quantidades reduzidas.

**Mineração:** atividade de extração, elaboração e beneficiamento de minerais que se encontram em estado sólido, líquido ou gasoso, como carvão, petróleo e gás natural.

**Monocultura:** plantio de uma e mesma cultura no mesmo campo durante anos.

**Patógeno:** microrganismo causador de doenças e moléstias.

**Reflorestamento:** técnica de plantar árvore em áreas que já foram ocupadas por matas.

**Rotação de culturas:** é plantar, num campo, culturas diferentes em seqüência determinada para conservar a bioestrutura do solo e utilizar racionalmente os adubos.

**Silvicultura:** disciplina que se ocupa do cuidado, aproveitamento, exploração e manutenção racional das florestas, em função do interesse ecológico, científico, econômico e social.

**Subsistência:** estado ou qualidade de subsistente, com estabilidade ou sustento, para sobrevivência para apenas manter-se.

**Valor agregado:** é a incorporação de valor a um produto primário da propriedade para aumentar-lhe o valor final para a venda. Podendo ser através da melhor seleção, limpeza, secagem, classificação, processamento ou transformação,

escoamento e demais práticas.

**Zoneamento Agrícola:** é a definição das áreas mais indicadas para cada cultura ou exploração agrícola em uma determinada região, geralmente feita pelos órgãos governamentais.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)